

Neste contundente ensaio, Ellen Meiksins Wood discute criticamente o "modelo mercantilista" de desenvolvimento e questiona a suposta naturalidade e inevitabilidade do capitalismo, apontando-o antes como resultado de condições históricas muito específicas.

Em sua análise, aproxima-se de Karl Marx e Karl Polanyi e oferece ao leitor excelentes resumos das contribuições de Paul Sweezy, Maurice Dobb, Robert Brenner, E.P. Thompson, Perry Anderson, entre outros, para o debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo.

Agraciado em 1999 com o Outstanding Academic Award, premiação da revista americana *Choice*, *A origem do capitalismo* destaca-se pela contemporaneidade do debate que traz.



"Este livro não é apenas uma valiosa nova interpretação de uma questão antiga – traz importantes lições para nossos tempos."

Michael Barratt Brown

"Wood é convincente ao desconstruir os mitos aceitos das origens do capitalismo. Sua consideração última é de natureza política: quando o lucro é a base para a moralidade de uma sociedade, a compaixão pelo homem e as preocupações ambientais são frequentemente postas de lado."

Independent Publisher

"Wood apresenta as idéias com clareza, mesmo para quem não é familiarizado com os debates ... Obrigatório para qualquer pessoa com um mínimo de interesse pelo capitalismo ou pelo pensamento econômico."

Choice

JZ E

Jorge Zahar Editor

ISBN 85-7110-5



9 788571 1059

330.12209

W874o

Ex.1

E.M. Wood

A Origem do Capitalismo

Ellen Meiksins Wood

A Origem do

CAPITALISMO



Ellen Meiksins Wood

A Origem do Capitalismo

Tradução:
Vera Ribeiro

Apresentação:
Emir Sader

BIBLIOTECA NGK - PUC/SP



100216593

Biblioteca
Rafael Gouvêas Moura
PUC/SP

Jorge Zahar Editor
Rio de Janeiro

TOMBO 256351	
FA 1	DATA 06/10
NF	
VALOR	
PROCED.	
DORCO MARTIN	

Título original:
The Origin of Capitalism

Tradução autorizada da primeira edição norte-americana publicada em 1999 por Monthly Review Press, de Nova York, Estados Unidos

Copyright © 1999, Monthly Review Press

Copyright © 2001 da edição brasileira:

Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031-144 Rio de Janeiro, RJ
tel.: (21) 240-0226 / fax: (21) 262-5123
e-mail: jze@zahar.com.br
site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.
A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright. (Lei 9.610)

Capa: Carol Sá e Sérgio Campante

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Wood, Ellen Meiksins
W853o A origem do capitalismo / Ellen Meiksins Wood; tradução, Vera Ribeiro; apresentação, Emir Sader. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

Tradução de: The origin of capitalism
ISBN 85-7110-590-1

1. Capitalismo — História. I. Título.

01-0095

CDD 330.12209
CDU 330.342.14(09)

330.12209
W853o
Excl

Sumário

<i>Apresentação à edição brasileira</i>	7
<i>Introdução</i>	11
PARTE I. Versões históricas da transição	
1. O modelo mercantil e seu legado	21
2. Debates marxistas	36
3. Alternativas marxistas	50
PARTE II. A origem do capitalismo	
4. A origem agrária do capitalismo	75
5. Do capitalismo agrário ao capitalismo industrial: esboço sucinto	101
6. Modernidade e pós-modernidade	113
<i>Conclusão</i>	125
<i>Notas</i>	131
<i>Agradecimentos</i>	137
<i>Índice remissivo</i>	139

Apresentação à edição brasileira

Emir Sader

Para Ellen Meiksins Wood, “pensar sobre as alternativas futuras ao capitalismo requer que exploremos concepções alternativas sobre seu passado”. Este, portanto, não é um livro sobre o passado, mas sobre a natureza *histórica* do capitalismo e sobre seu passado e seu futuro.

Se até os anos 70 a discussão era sobre quando e como o capitalismo seria substituído pelo socialismo, as transformações históricas das décadas posteriores, ao contrário, representaram a mais abrangente tentativa de *naturalizar* o capitalismo. A autora retoma neste livro as condições de surgimento do capitalismo, para repassar as principais concepções sobre sua natureza. Conforme as características consideradas como inerentes a esse tipo de sociedade, teremos um diagnóstico sobre sua natureza atual.

Ellen Meiksins Wood é uma das principais intelectuais socialistas contemporâneas. Professora de ciência política da Universidade York, em Toronto, ela é autora de *Mind and Politics, Class Ideology and Ancient Political Theory* (com Neal Wood), mas começou a ficar internacionalmente conhecida quando publicou *A Retreat from Class – A New “True Socialism”*, que recebeu o Prêmio do Memorial Isaac Deutscher em 1986.

Neste livro ela desenvolve uma visão crítica das influências na chamada teoria “pós-marxista”. Enfrentando a dissociação da política de seus fundamentos de classe, Meiksins Wood elabora uma concepção original e complexa das relações entre classe, ideologia e política,

explorando os vínculos entre socialismo e democracia e reinterpretando as relações entre democracia socialista e democracia liberal.

Em sua obra posterior, *Peasant-citizen and Slave: The Foundations of Athenian Democracy*, articulando sua sólida formação histórica com sua formação econômico-social, ela desenvolve a surpreendente tese segundo a qual, apesar da importância do escravismo na sociedade grega, o caráter mais marcante da democracia ateniense era a proeminência sem precedentes que ela deu ao trabalho livre. Meiksins Wood argumenta que a emergência do camponês como cidadão, jurídica e politicamente independente e com liberação das tradicionais relações tributárias, acaba sendo determinante nas instituições políticas atenienses, bem como em seus valores sociais e em sua cultura.

Posteriormente sua densa obra teórica inclui *The Pristine Culture of Capitalism and Democracy Against Capitalism: Renewing Historical Materialism*. Neste, Meiksins Wood argumenta que, com o colapso da URSS, o projeto teórico do marxismo e sua crítica do capitalismo se tornam mais urgentes e importantes do que nunca. O destaque dado, a partir daí, à “fragmentação pós-moderna”, à “diferença”, à “contingência” e às “políticas de identidade” deslocam o tema central da crítica ao capitalismo. Ela desenvolve os conceitos antigo e moderno de democracia, colocando em evidência as contradições entre a democracia e um tipo de sociedade fundado na busca constante e multiplicada do lucro.

Como editora da revista marxista norte-americana *Monthly Review*, organizou e publicou livros de coletâneas de números especiais dessa revista – entre os quais *Em defesa da história* (com John Bellamy Foster), publicado no Brasil pela Jorge Zahar Editor, *Capitalism and the Information Age* e *Rising from the Ashes? Labor in the Age of “Global” Capitalism*.

A origem do capitalismo situa-se na continuidade desse empreendimento teórico, que conclui de forma clara:

Com as pressões da competição, da acumulação e da exploração impostas pelas economias capitalistas mais desenvolvidas, e com as crises inevitáveis de capacidade excedente geradas pela competição capitalista, a

tentativa de alcançar a prosperidade material de acordo com os princípios capitalistas tende cada vez mais a trazer em seu bojo apenas o lado negativo da contradição capitalista, sua desapropriação e destruição em seus benefícios materiais – para a vasta maioria, com certeza.

O objetivo essencial dos intelectuais anticapitalistas é recolocar o socialismo na agenda histórica do presente. Condição prévia é a compreensão atualizada do capitalismo realmente existente, de que faz parte o acerto de contas com as diversas concepções que – dentro e fora do marxismo – buscam dar conta desse tipo de sociedade. Não como ponto natural de chegada da história, mas como realidade construída pelos homens – isto é, histórica – e que, portanto, como teve começo e meio, poderá ter fim, na dependência da capacidade de compreensão e ação organizada e consciente dos homens. Este primeiro livro de Ellen Meiksins Wood publicado no Brasil é instrumento indispensável para quem se arrisca a essa empreitada.

Introdução

O colapso do comunismo, no fim da década de 1980 e início da de 1990, pareceu confirmar aquilo em que muitas pessoas acreditam há tempos: que o capitalismo é a condição natural da humanidade, que ele se harmoniza com as leis da natureza e as inclinações humanas fundamentais e que qualquer desvio dessas leis naturais e inclinações só pode ocasionar mau resultado.

Existem hoje, é claro, muitas razões para se questionar o triunfalismo capitalista que veio na esteira desse colapso. No momento em que escrevo esta introdução, meu jornal matutino fala do que é “talvez o mais grave colapso da era capitalista moderna”, e adverte para uma possível depressão mundial, na escalada dos anos 30, e de âmbito ainda maior. O mundo ainda está zozinho com a crise asiática, e ninguém duvida de que ainda estamos muito longe de seu fim e de que seu efeito completo na economia global ainda está por vir. Entremontes, o mais orgulhoso feito da vitória capitalista — o fim da União Soviética — levou ao colapso quase total da economia soviética, com efeitos de ampla repercussão em todo o mundo capitalista avançado — efeitos mais nocivos, disseram alguns editoriais da imprensa ocidental, do que a União Soviética jamais infligiu ao capitalismo.

No passado, o capitalismo sempre saiu de suas reiteradas crises, mas nunca sem lançar as bases para crises novas e ainda piores. Não há dúvida de que também desta vez o sistema será salvo do naufrágio. Mas, sejam quais forem os meios encontrados para restringir ou reparar os danos, é certo que muitos milhões de pessoas sofrerão tanto da cura quanto da doença.

As fraquezas e contradições do sistema capitalista, cada vez mais transparentes, poderão acabar convencendo até mesmo alguns de

seus defensores mais acríticos da necessidade de se encontrar uma alternativa. Porém a convicção de que não existe nem pode existir nenhuma alternativa está muito profundamente arraigada, sobretudo na cultura ocidental. Essa convicção é respaldada não somente pelas expressões mais flagrantes da ideologia capitalista como também por algumas de nossas crenças mais diletas e menos questionadas a respeito da história. É como se o capitalismo sempre tivesse sido o destino do movimento histórico, e, mais ainda, como se o próprio movimento da história tivesse sido guiado desde o início pelas “leis de movimento” capitalistas.

Fugindo da questão

O capitalismo é um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de troca lucrativa; em que até a capacidade humana de trabalho é uma mercadoria à venda no mercado; e em que, como todos os agentes econômicos dependem do mercado, os requisitos da competição e da maximização do lucro são as regras fundamentais da vida. Por causa dessas regras, ele é um sistema singularmente voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho através de recursos técnicos. Acima de tudo, é um sistema em que o grosso do trabalho da sociedade é feito por trabalhadores sem posses, obrigados a vender sua mão-de-obra por um salário, a fim de obter acesso aos meios de subsistência. No processo de atender às necessidades e desejos da sociedade, os trabalhadores também geram lucros para os que compram sua força de trabalho. Na verdade, a produção de bens e serviços está subordinada à produção do capital e do lucro capitalista. O objetivo básico do sistema capitalista, em outras palavras, é a produção e a auto-expansão do capital.

Essa forma característica de suprir as necessidades materiais dos seres humanos, muito diferente de todas as maneiras anteriores de organizar a vida material e a reprodução social, existe há pouquíssimo tempo — uma mera fração da vida da humanidade na Terra. Nem mesmo os que insistem mais enfaticamente em que o sistema tem raízes na natureza humana afirmam que ele existiu antes do iní-

cio da era moderna e, ainda assim, apenas na Europa Ocidental. Tais pessoas podem ver indícios dele em épocas anteriores, ou detectar seus primórdios na Idade Média — como uma ameaça que pairava sobre o feudalismo em declínio, embora ainda fosse cerceado pelas limitações feudais — ou dizer que ele se iniciou com a expansão do comércio ou com as viagens de descobrimento, especialmente a de Colombo, no fim do século XV. Mas poucos afirmariam que ele existiu de verdade antes dos séculos XVI ou XVII, e alguns situariam sua chegada já no fim do século XVIII — ou talvez até no século XIX, quando ele amadureceu em sua forma industrial.

No entanto, os relatos históricos de como esse sistema passou a existir têm-no tratado tipicamente como a realização natural de tendências que sempre estiveram presentes. Desde que os historiadores começaram a explicar o surgimento do capitalismo, quase não houve explicação que não começasse por presumir a própria coisa que precisava ser explicada. Quase sem exceção, os relatos sobre a origem do capitalismo são fundamentalmente circulares: presumem a existência prévia do capitalismo para explicar seu aparecimento. No intuito de explicar o impulso de maximização do lucro que é característico do capitalismo, pressupõem a existência de uma racionalidade universal maximizadora do lucro; para explicar o impulso capitalista de aumentar a produtividade do trabalho através de recursos técnicos, pressupõem um progresso contínuo e quase natural do aprimoramento tecnológico na produtividade do trabalho.

Essas explicações paralogísticas têm sua origem na economia política clássica e nas concepções iluministas do progresso. Juntas, elas fazem um relato do desenvolvimento histórico em que o despontar e o amadurecimento do capitalismo já estariam prefigurados nas mais antigas manifestações da racionalidade humana, nos avanços tecnológicos iniciados quando o homo sapiens pela primeira vez manejou uma ferramenta, e nos atos de troca que os seres humanos praticaram desde tempos imemoriais. A trajetória da história para a “sociedade mercantil”, ou capitalismo, foi longa e árdua, admitem eles, e houve muitos obstáculos em seu caminho. Mas, apesar disso, seu progresso foi natural e inevitável. Assim, para explicar a “ascensão do capitalismo”, não é preciso nada além de explicar como os

muitos obstáculos a esse movimento de avanço foram superados — alguns de modo paulatino, outros subitamente, com uma violência revolucionária.

Na maioria das descrições do capitalismo e de sua origem, na verdade *não há* origem. O capitalismo parece estar sempre lá, em algum lugar, precisando apenas ser libertado de suas correntes — dos grilhões do feudalismo, por exemplo — para poder crescer e amadurecer. Caracteristicamente, esses grilhões são políticos: os poderes senhoriais parasitários ou as restrições de um Estado autocrático. Às vezes, são culturais ou ideológicos — a religião errada, quem sabe. Essas restrições limitam a livre movimentação dos agentes econômicos, a livre expressão da racionalidade econômica. Nessas formulações, o “econômico” é identificado com o intercâmbio ou com os mercados, e é nisso que podemos detectar o pressuposto de que as sementes do capitalismo estariam contidas nos mais simples atos de troca, em qualquer forma de comércio ou de atividade de mercado. Esse pressuposto costuma ser tipicamente associado a um outro: o de que a história é um processo quase natural de desenvolvimento tecnológico. De um modo ou de outro, o capitalismo aparece, mais ou menos naturalmente, onde e quando os mercados em expansão e o desenvolvimento tecnológico atingem o nível certo. Muitas explicações marxistas são fundamentalmente iguais — acrescidas das revoluções burguesas para ajudar a romper os grilhões.

O efeito dessas explicações é enfatizar a *continuidade* entre as sociedades não-capitalistas e capitalistas, e negar ou disfarçar a *especificidade* do capitalismo. A troca existiu praticamente desde sempre, e o mercado capitalista fica com jeito de ser apenas uma dose maior da mesma coisa. Nesse tipo de argumentação a industrialização torna-se o resultado inevitável das inclinações mais fundamentais da humanidade — dado que a necessidade específica e singular do capitalismo de revolucionar constantemente as forças de produção é uma mera extensão e aceleração de tendências universais, transistóricas e quase *naturais*. Assim, a linhagem do capitalismo evolui, naturalmente, do mais antigo mercador babilônio ou romano para o habitante dos burgos medievais, para o primeiro burguês moderno e, finalmente, para o capitalista industrial.¹

Há uma lógica semelhante em certas versões marxistas dessa história, ainda que a narrativa, em versões mais recentes, desloque-se frequentemente da cidade para o campo, e mesmo que os mercados sejam substituídos por produtores rurais, pequenos ou “médios” fazendeiros aparentemente à espera da oportunidade de desabrocharem em sua forma de capitalistas plenamente desenvolvidos. Nesse tipo de narrativa, a pequena produção mercantil, livre do jugo do feudalismo, evolui mais ou menos naturalmente para o capitalismo, e os pequenos produtores mercantis, tendo uma oportunidade, tomam o rumo capitalista.

Nessas descrições convencionais da história, são centrais alguns pressupostos explícitos ou implícitos sobre a natureza humana e sobre o modo como os seres humanos se portam, se tiverem uma oportunidade. Nessas versões, eles sempre aproveitam a chance de maximizar os lucros através de atos de troca e, para concretizar essa inclinação natural, sempre encontram meios de aprimorar a organização e os instrumentos de trabalho, a fim de aumentar a produtividade do trabalho.

Oportunidade ou imperativo?

No modelo clássico, portanto, o capitalismo é uma oportunidade a ser aproveitada, onde e sempre que possível. Essa idéia de *oportunidade* é absolutamente crucial para a compreensão convencional do sistema capitalista, estando presente até mesmo em nossa linguagem cotidiana. Consideremos o uso corriqueiro da palavra que está no cerne do capitalismo: mercado. Quase todas as definições de “mercado” nos dicionários conotam uma *oportunidade*: como local ou instituição concreta, o mercado é o lugar onde há oportunidades de comprar e vender; como abstração, o mercado é a possibilidade de venda. As mercadorias “encontram mercado”, e dizemos que “existe um mercado” para um serviço ou um produto quando há uma demanda dele, o que significa que ele pode e será vendido. Os mercados ficam “abertos” para quem quer vender. O mercado representa “as condições referentes à compra e venda, a oportunidade de comprar e vender” (*The Concise Oxford Dictionary*). Mercado implica *oferta e escolha*.

O que são, portanto, as *forças* de mercado? Por acaso força não implica coação? Na ideologia capitalista, o mercado não implica compulsão, mas liberdade. Ao mesmo tempo, essa liberdade é garantida por alguns mecanismos que asseguram uma economia racional, na qual a oferta se equipara à demanda, colocando à disposição mercadorias e serviços que as pessoas escolhem livremente. Esses mecanismos são as forças impessoais do mercado e, se de algum modo são coercitivos, é simplesmente no sentido de que obrigam os agentes econômicos a agirem “racionalmente”, a fim de maximizarem a escolha e a oportunidade. Nesse raciocínio, o capitalismo, suprema “sociedade de mercado”, é a situação ótima de oportunidade e escolha: há mais bens e serviços a oferecer, mais pessoas têm maior liberdade de vender e obter lucro com sua venda, e mais pessoas têm maior liberdade de escolher entre esses bens e serviços e comprá-los.

Então, o que há de errado nessa concepção? É provável que um socialista diga que os grandes ingredientes omitidos são a transformação do trabalho em mercadoria e a exploração das classes. Até aí, tudo bem. Mas o que talvez nem sempre fique muito claro, nem mesmo nas descrições socialistas do mercado, é que a característica distintiva dominante do mercado capitalista não é a oportunidade nem a escolha, mas, ao contrário, a compulsão. Isso se observa em dois sentidos: primeiro, a vida material e a reprodução social no capitalismo são universalmente mediadas pelo mercado, de forma que, de um modo ou de outro, todos os indivíduos têm que entrar nas relações de mercado para obter acesso aos meios de subsistência; e segundo, os ditames do mercado capitalista — seus imperativos de competição, acumulação, maximização dos lucros e crescente produtividade do trabalho — regem não apenas todas as transações econômicas, mas as relações sociais em geral. Como as relações entre os seres humanos são mediadas pelo processo da troca de mercadorias, as relações sociais entre as pessoas assemelham-se a relações entre coisas — o “fetichismo da mercadoria”, na célebre expressão de Marx.

É provável que alguns leitores objetem, neste ponto, que isso é algo que todo socialista, ou pelo menos todo marxista, sabe. Mas os traços específicos do capitalismo, como o fato de o mercado capitalista funcionar mais como um imperativo do que como uma oportuni-

dade, tendem a se perder até mesmo nas explicações históricas marxistas do capitalismo. O mercado capitalista, como forma social específica, perde-se quando a transição das sociedades pré-capitalistas para as sociedades capitalistas é apresentada como uma extensão ou maturação mais ou menos natural, ainda que muitas vezes distorcida, de formas sociais já existentes: como uma transformação mais quantitativa do que qualitativa.

Este livrinho é sobre a origem do capitalismo e as controvérsias que ela despertou, tanto históricas quanto teóricas. A Parte I é um levantamento dos relatos históricos mais importantes e dos debates que os cercaram. Tratará, em particular, do modelo mais comum do desenvolvimento capitalista, o chamado modelo mercantil, em diversas de suas variações, e também de alguns de seus principais questionamentos. A Parte II esboça uma história alternativa, que, segundo espero, evita algumas das armadilhas mais comuns das explicações padronizadas no estilo paralogístico. Esse esboço tem uma profunda dívida para com os textos históricos sobre o capitalismo, discutidos na Parte I, que questionaram algumas das convenções históricas preponderantes. É minha intenção, acima de tudo, questionar a colocação do capitalismo como algo natural e destacar suas maneiras particulares de representar uma forma social historicamente específica, bem como uma ruptura com formas sociais anteriores.

O objetivo deste exercício é acadêmico e político. Explicar o capitalismo como natural, com isso negando sua especificidade e os longos e dolorosos processos históricos que o originaram, restringe nossa compreensão do passado. Ao mesmo tempo, limita nossas esperanças e expectativas de futuro, pois, se o capitalismo é a culminância natural da história, superá-lo é inimaginável. A questão da origem do capitalismo pode parecer esotérica, mas atinge o âmago de pressupostos profundamente enraizados em nossa cultura — as ilusões difundidas e perigosas sobre o chamado mercado livre e seus benefícios para a humanidade. Pensar em alternativas futuras ao capitalismo exige que exploremos concepções alternativas de seu passado.

PARTE I

Versões históricas da transição

Capítulo 1

O modelo mercantil e seu legado

A maneira mais comum de explicar a origem do capitalismo é pressupor que seu desenvolvimento foi o resultado natural de práticas humanas quase tão antigas quanto a própria espécie, e que requereu apenas a eliminação de obstáculos externos que impediam sua materialização. Essa modalidade de explicação — ou não-explicação —, embora exista em muitas variações, constitui o que se tem chamado de “modelo mercantil” do desenvolvimento econômico, podendo-se argumentar que ele ainda é o modelo dominante. E isso se observa até mesmo entre seus críticos mais severos. Ele não está inteiramente ausente das explicações demográficas que afirmam tê-lo substituído, nem tampouco da maioria das explicações marxistas.

O modelo mercantil

Longe de reconhecer que o mercado se tornou capitalista ao se tornar compulsório, a maioria das narrativas históricas sugere que o capitalismo surgiu quando o mercado foi libertado de antiquíssimas restrições e quando, por uma ou outra razão, expandiram-se as oportunidades de comércio. Nessas argumentações, o capitalismo representa menos um rompimento qualitativo com formas anteriores do que um maciço aumento quantitativo: uma expansão dos mercados e uma crescente mercantilização da vida econômica.

A explicação tradicional — que aparece na economia política clássica, nas concepções iluministas do progresso e em muitos textos modernos de história — é a seguinte: com ou sem uma inclinação natural para “comerciar, permutar e trocar” (na célebre formulação

de Adam Smith), indivíduos racionalmente voltados para seus próprios interesses têm-se empenhado em atos de troca desde o alvorecer da história. Esses atos tornaram-se cada vez mais especializados com a evolução da divisão do trabalho, que também foi acompanhada de aperfeiçoamentos técnicos nos instrumentos da produção. Em muitas dessas explicações, na verdade, os aumentos da produtividade podem ter sido o objetivo primordial dessa divisão do trabalho cada vez mais especializada, donde a tendência a haver uma estreita ligação entre essas explicações do desenvolvimento mercantil e uma espécie de determinismo tecnológico. O capitalismo, portanto, ou “sociedade mercantil”, estágio mais elevado do progresso, representa o amadurecimento de práticas comerciais antiqüíssimas (juntamente com avanços técnicos) e sua libertação das restrições políticas e culturais.

Mas somente no Ocidente, segundo consta, essas restrições foram eliminadas de maneira abrangente e decisiva. No antigo Mediterrâneo, a sociedade mercantil já estava bem estabelecida, mas sua evolução posterior foi interrompida por uma ruptura antinatural — o hiato do feudalismo e dos vários séculos obscuros durante os quais a vida econômica tornou a ser aprisionada pela irracionalidade e pelo parasitismo político do poder senhorial.

A explicação clássica dessa interrupção invoca as invasões do Império Romano pelos bárbaros, mas uma versão posterior e muito influente desse modelo foi elaborada pelo historiador belga Henri Pirenne. Ele situou a ruptura da civilização mercantil mediterrânea muito depois — na invasão muçulmana, a qual, segundo sua tese, eliminou o antigo sistema de comércio ao fechar as rotas comerciais do Mediterrâneo entre o Oriente e o Ocidente. Uma crescente “economia de troca”, liderada por uma classe profissional de mercadores, foi substituída por uma “economia de consumo” — a economia rentista [*rentier*] da aristocracia feudal.¹

Mas, com o tempo, de acordo com Pirenne e seus predecessores, o comércio ressuscitou com o crescimento das cidades e a libertação dos comerciantes. Nesse ponto, deparamos com um dos pressupostos mais comumente ligados ao modelo mercantil: a associação do capitalismo com as cidades — a rigor, a suposição de que, desde o

começo, as cidades foram um capitalismo embrionário. Na Europa, diz a tese, surgiram cidades com uma autonomia singular e sem precedentes, cidades dedicadas ao comércio e dominadas por uma classe autônoma de habitantes de burgos (ou burgueses), que viria a se libertar de uma vez por todas dos grilhões das antigas restrições culturais e do parasitismo político. Esta libertação da economia urbana, da atividade comercial e da racionalidade mercantil, acompanhada pelos inevitáveis aperfeiçoamentos das técnicas de produção que decorrem, evidentemente, da emancipação do comércio, aparentemente bastou para explicar a ascensão do capitalismo moderno.

Todas essas explicações têm em comum alguns pressupostos sobre a continuidade do comércio e dos mercados, desde suas manifestações mais primitivas de troca até sua maturidade no moderno capitalismo industrial. A antiqüíssima prática de auferir lucros comerciais sob a forma de “comprar barato e vender caro” não é, nessas explicações, fundamentalmente diferente da troca e da acumulação capitalistas através da apropriação da mais-valia.

Há também outro tema que tende a ser comum nessas versões históricas do capitalismo: o burguês como agente do progresso. Estamos tão habituados à identificação de *burguês* com *capitalista* que os pressupostos ocultos nessa fusão tornaram-se invisíveis a nossos olhos. O cidadão do burgo ou burguês é, por definição, um morador da cidade. Afora isso, especificamente em sua forma francesa, a palavra não costumava significar outra coisa senão alguém sem status de nobreza que, embora trabalhasse para viver, em geral não sujava as mãos e usava mais a cabeça do que o corpo no trabalho. Esse antigo uso nada nos diz sobre o capitalismo, e tem tanta probabilidade de se referir a um profissional liberal, um servidor público ou um intelectual quanto a um comerciante. No deslizamento semântico de morador urbano para capitalista, passando pelo comerciante, deslizamento este que veio a ocorrer nos usos posteriores de burguês, podemos acompanhar a lógica do modelo mercantil: o antigo morador da cidade deu lugar ao habitante do burgo medieval, que, por sua vez, evoluiu imperceptivelmente para o capitalista moderno. Nas palavras com que um famoso historiador descreveu sar-

casticamente esse processo, a história é a perene ascensão da classe média.

Isso não quer dizer que todos os historiadores que subscrevem esses modelos tenham deixado de reconhecer que o capitalismo representou uma ruptura ou uma transformação histórica deste ou daquele tipo. É verdade que alguns tenderam a encontrar não apenas o comércio, mas um pouco do próprio capitalismo, em quase toda parte, especialmente na Antiguidade greco-romana, sempre apenas à espera de ser libertado dos empecilhos externos. Mas até esses autores insistiram, em geral, numa grande mudança dos princípios econômicos do feudalismo para a nova racionalidade da sociedade mercantil, ou capitalismo. Fala-se com frequência, por exemplo, na transição de uma economia “natural” para uma economia monetária, ou até na transição entre produção para uso e produção para troca. No entanto, se há uma grande transformação nessas explicações históricas, não é na natureza do comércio e dos mercados em si. A mudança se dá, antes, no que acontece com as forças e instituições — políticas, jurídicas, culturais e ideológicas, bem como tecnológicas — que impediram a evolução natural do comércio e o amadurecimento dos mercados.

Nesses modelos, quando muito, é o feudalismo que representa a verdadeira ruptura histórica. A retomada do desenvolvimento comercial, iniciada nos interstícios do feudalismo e rompendo suas restrições, é tratada como uma grande mudança na história da Europa, mas aparece como a retomada de um processo histórico que sofrera um desvio temporário — ainda que drástico e por um período bastante longo. Esses pressupostos tendem a apresentar um outro corolário importante, qual seja, o de que as cidades e o comércio eram, por natureza, antitéticos ao feudalismo, de modo que seu crescimento, como quer que tenha ocorrido, solapou as bases do sistema feudal.

Mas, se o feudalismo trouxe o descarrilamento do progresso da sociedade mercantil, a lógica intrínseca do mercado, de acordo com essas explicações, nunca se modificou significativamente. Desde o começo, ela implicou indivíduos racionalmente egoístas, que maximizavam sua utilidade vendendo mercadorias em troca de lucro,

sempre que surgia essa oportunidade. Em termos mais particulares, ela implicou uma divisão do trabalho e uma especialização cada vez maiores, que exigiram redes cada vez mais complexas de comércio e, acima de tudo, técnicas de produção sempre mais aprimoradas, para reduzir custos e aumentar os lucros comerciais. Essa lógica podia ser prejudicada de várias maneiras. Podia até ser suprimida em caráter mais ou menos completo — de tal sorte que, por exemplo, os senhores feudais puderam eliminá-la, fazendo sua apropriação não pelo engajamento no intercâmbio lucrativo ou pelo incentivo ao aperfeiçoamento das técnicas produtivas, mas pela exploração do trabalho forçado, arrancando o trabalho excedente dos camponeses por meio de um poder superior. Em princípio, no entanto, a lógica do mercado teria permanecido a mesma: sempre uma oportunidade a ser aproveitada em todas as ocasiões possíveis, sempre conducente ao crescimento econômico e ao aperfeiçoamento das forças produtivas, sempre fadada a acabar produzindo o capitalismo industrial, se lhe fosse dada liberdade para pôr em prática sua lógica natural.

Em outras palavras, o modelo mercantil não demonstrou nenhum reconhecimento de imperativos que são específicos do capitalismo, dos modos específicos de funcionamento do mercado no capitalismo e de suas leis de movimento específicas, as quais, de modo singular, obrigam as pessoas a entrarem no mercado e obrigam os produtores a produzirem “com eficiência”, aumentando a produtividade do trabalho — as leis da competição, da maximização do lucro e da acumulação de capital. Decorre daí que os adeptos desse modelo não viram necessidade de explicar as relações sociais de propriedade específicas e o modo específico de exploração que determinam essas leis de movimento específicas.

Segundo o modelo mercantil, na verdade, não havia nenhuma necessidade de explicar o surgimento do capitalismo. Ele presumiu que o capitalismo existiu, pelo menos sob forma embrionária, desde o alvorecer da história, se não no próprio cerne da natureza humana e da racionalidade humana. Dada essa oportunidade, presumiu o modelo, as pessoas sempre se portaram de acordo com as regras da racionalidade capitalista, visando o lucro e, nessa busca, procurando meios de melhorar a produtividade do trabalho. Assim, a história,

na verdade, teria avançado de acordo com as leis do desenvolvimento capitalista, num processo de crescimento econômico sustentado por forças produtivas em desenvolvimento, ainda que com algumas grandes interrupções. Se o surgimento da economia capitalista madura requeria alguma explicação, era para identificar as barreiras que se ergueram no caminho de seu desenvolvimento natural e o processo pelo qual essas barreiras foram superadas.

Há nisso, é claro, um grande paradoxo. Supôs-se que o mercado seria o campo da escolha e que a “sociedade mercantil” seria a liberdade em sua perfeição. Mas essa concepção do mercado parece excluir a liberdade humana. Tende a se associar a uma teoria da história na qual o capitalismo moderno é o resultado de um processo quase natural e inevitável, que segue certas leis universais, transistóricas e imutáveis. A operação dessas leis pode ser prejudicada, ao menos temporariamente, mas não sem um grande ônus. E seu produto final, o mercado “livre”, é um mecanismo impessoal que, até certo ponto, pode ser controlado e regulado, mas que, em última instância, não pode ser impedido sem todos os riscos — e a inutilidade — acarretados por qualquer tentativa de violar as leis da natureza.

Depois do modelo mercantil clássico

Houve vários aprimoramentos do modelo mercantil básico, desde Max Weber até Fernand Braudel.² Weber por certo não deixou de perceber que o capitalismo plenamente desenvolvido só surgiu em condições históricas muito específicas, e não em outras. Mostrou-se mais do que disposto a vislumbrar algum tipo de capitalismo em épocas anteriores, inclusive na Antigüidade clássica. Mas, afinal, sua intenção era distinguir a Europa de outras partes do mundo e, evidentemente, ele enfatizou a singularidade da cidade ocidental e da religião européia, especialmente para explicar o desenvolvimento ímpar do capitalismo ocidental. Mas o fato é que sempre tendeu a falar dos fatores que *impediram* o desenvolvimento do capitalismo noutros lugares — as formas de parentesco, as formas de dominação, as tradições religiosas que prevaleciam neles etc. —, como se o

crescimento natural e *não* obstaculizado das cidades e do comércio e a libertação das classes urbanas e burguesas significassem, por definição, o capitalismo. Convém acrescentar que Weber também compartilhou com muitos outros o pressuposto de que o desenvolvimento do capitalismo foi um processo transeuropeu (ou europeu ocidental) — não apenas que algumas circunstâncias gerais européias foram condições necessárias do capitalismo, mas que toda a Europa, a despeito de todas as suas variações internas, seguiu essencialmente uma mesma via histórica.

Mais recentemente, houve alguns ataques frontais ao modelo mercantil em geral e à tese de Pirenne em particular, a qual é hoje geralmente desprestigiada. Entre os mais recentes e influentes desses ataques está o modelo demográfico, que atribui o desenvolvimento econômico europeu a certos ciclos autônomos de crescimento e declínio populacional. Mas, por maior que tenha sido a veemência com que se questionou o antigo modelo, não fica realmente claro que os pressupostos básicos da explicação demográfica estejam tão distantes do modelo mercantil quanto afirmam seus expoentes.

A premissa subjacente ao modelo demográfico, afinal, é que a transição para o capitalismo foi determinada pelas leis da oferta e da procura.³ Essas leis seriam determinadas de modos mais complexos do que o modelo mercantil seria capaz de explicar. Teriam menos a ver com os processos sociais de urbanização e comércio crescente do que com complexos padrões cíclicos de crescimento e declínio populacional, ou barreiras malthusianas. Mas a transição para o capitalismo continua a ser uma resposta às leis universais e transistóricas do mercado — as leis da oferta e da procura. A natureza do mercado e de suas leis nunca é realmente questionada.

O modelo demográfico certamente questiona algumas teses convencionais sobre a primazia da expansão do comércio como determinante do desenvolvimento econômico europeu. Talvez nem chegue a negar, ao menos explicitamente, que o mercado capitalista é qualitativamente diferente dos mercados das sociedades não capitalistas, e não apenas quantitativamente maior e mais abrangente do que eles. Mas tampouco representa um questionamento frontal dessa convenção e, a rigor, toma-a como certa.

Numa variação do antigo tema da mercantilização, alguns historiadores sugeriram que o capitalismo resultou de um processo cumulativo em que, à medida que o centro de gravidade comercial foi-se deslocando de um ponto da Europa para outro — das cidades-estados italianas para a Holanda ou para as cidades da Liga Hanseática, e da expansão colonial espanhola para outros imperialismos —, cada um deles baseou-se nas realizações do anterior, não só ampliando o alcance do comércio europeu, mas também aprimorando seus instrumentos, desde as técnicas de contabilidade por partidas dobradas da Itália até os aperfeiçoamentos das tecnologias de produção, culminando na Revolução Industrial inglesa. O resultado final desse “processo baseado na agregação de valor” (talvez com a ajuda das revoluções burguesas) foi o capitalismo moderno.⁴

De um modo ou de outro, portanto, seja por processos de urbanização e de comércio crescente, seja pelos padrões cíclicos do crescimento demográfico, a transição para o capitalismo, em todas essas explicações, foi uma resposta às leis universais e transistóricas do mercado. É desnecessário dizer que a economia neoclássica nada fez para desarticular esses pressupostos — até porque, em geral, não tem o menor interesse na história. Quanto aos historiadores de hoje, os que se interessam pela *longue durée* tendem a pertencer à escola demográfica, a menos que estejam mais interessados nas *mentalités* ou no discurso do que nos processos econômicos. Outros, especialmente no mundo de língua inglesa, costumam desconfiar muito dos processos de longo prazo e se interessam mais por histórias muito localizadas ou episódicas e pelas causas imediatas. Na verdade, não chegam propriamente a questionar as teorias existentes do desenvolvimento a longo prazo, mas meramente as descartam ou evitam.⁵

A nova onda da sociologia histórica é diferente. Interessa-se primordialmente, é claro, pelos processos de mudança social a longo prazo. Mas, mesmo nesse caso, há uma tendência a fugir da questão de várias maneiras. Por exemplo, em uma das mais importantes obras recentes nesse gênero, Michael Mann adota explicitamente o que chama de “viés teleológico”, segundo o qual o capitalismo industrial já estava prefigurado nos arranjos sociais da Europa medieval.⁶ Como não é de surpreender, essa tese, apesar de todas as suas

complexidades, situa a força impulsionadora do desenvolvimento europeu na “aceleração das forças intensivas da práxis econômica” e no “extenso crescimento dos circuitos da mercadoria” — em outras palavras, no progresso tecnológico e na expansão mercantil.⁷ E essa explicação, mais uma vez, decorre da ausência de cerceamentos: o capitalismo teve liberdade para se desenvolver na Europa porque uma organização social essencialmente acéfala (a ordem política descentralizada e fragmentada do feudalismo) concedeu a vários agentes (sobretudo aos comerciantes) um grau substancial de autonomia (com a ajuda do racionalismo e da ordem normativa proporcionados pelo cristianismo). Além disso, a propriedade privada pôde evoluir para a propriedade capitalista porque nenhuma comunidade ou organização de classe detinha poderes de monopólio. Em suma, não só o surgimento do capitalismo, como também sua maturação eventual e aparentemente inevitável para sua forma industrial, são explicados, sobretudo, por uma série de *ausências*. Portanto, nem que seja por falta de outra indicação, o tradicional modelo mercantil continua a prevalecer, quer na superfície, quer sob forma mais subterrânea.

Uma exceção digna de nota: Karl Polanyi

Em seu clássico *A grande transformação* (1944), assim como noutros trabalhos, o historiador econômico e antropólogo Karl Polanyi afirmou que a motivação do lucro individual, associada às trocas no mercado, nunca foi, até a era moderna, o princípio dominante da vida econômica.⁸ Mesmo nos casos em que havia mercados bem desenvolvidos, disse ele, é preciso fazer uma clara distinção entre as sociedades com mercados, como as que existiram em toda a história escrita, e a “sociedade de mercado”. Em todas as sociedades anteriores, as relações e práticas econômicas estavam inseridas ou imersas em relações não econômicas — de parentesco, comunais, religiosas e políticas. Havia outras motivações impulsionando a atividade econômica, além das motivações puramente econômicas do lucro e do ganho material, tais como a conquista de status e prestígio ou a manutenção da solidariedade comunitária. Havia outras maneiras de

organizar a vida econômica que não os mecanismos das trocas de mercado, em particular a “reciprocidade” e a “redistribuição” — complexas obrigações recíprocas que eram determinadas, por exemplo, pelo parentesco, ou a apropriação autorizada dos excedentes por algum tipo de poder político ou religioso e sua redistribuição a partir desse centro.

Polanyi contestou diretamente os pressupostos de Adam Smith sobre o “homem econômico” e sua “propensão [natural] a comerciar, permutar e trocar”, afirmando que, antes da época do próprio Smith, essa propensão nunca havia desempenhado o papel preponderante que ele lhe atribuía, e só veio a regular a economia um século depois. Quando existiam mercados nas sociedades pré-mercado, e mesmo nos casos em que estes eram extensos e importantes, eles se mantinham como um aspecto subalterno da vida econômica, dominada por outros princípios de comportamento econômico. E não apenas isso: tais mercados, mesmo nos sistemas comerciais mais vastos e complexos, funcionavam de acordo com uma lógica muito distinta da do mercado capitalista moderno.

Em particular, nem os mercados locais nem o comércio de longa distância que caracterizou as economias pré-capitalistas eram essencialmente competitivos (e muito menos, como ele poderia ter acrescentado, *movidos* pela competição). Essas formas de comércio — entre a cidade e o campo, num dos casos, e as zonas climáticas, no outro — eram, sugeriu Polanyi, mais “complementares” do que competitivas (mesmo, evidentemente, quando a complementaridade era distorcida por relações de poder desiguais). O comércio exterior consistia simplesmente em “transportar”. Nele, a tarefa do comerciante era deslocar as mercadorias de um mercado para outro, enquanto, no comércio local, no dizer de Polanyi, a atividade mercantil era estritamente regulada e excludente. Em geral, a competição era deliberadamente eliminada, porque tendia a desorganizar o comércio.

Polanyi assinalou que somente os mercados internos nacionais — um fenômeno muito tardio e que deparou com grande resistência dos comerciantes locais e das cidades autônomas nos centros comerciais mais avançados da Europa — viriam a ser conduzidos de

acordo com princípios competitivos. Mas, durante algum tempo, até os mercados internos dos estados nacionais europeus do início da era moderna foram simplesmente uma coletânea frouxa de mercados municipais separados, unidos por um comércio transportador que mal diferia, em princípio, do comércio ultramarino de longo curso. E o mercado interno integrado tampouco foi um descendente direto ou uma evolução natural do comércio local ou de longa distância que o antecederam. Foi produto, argumentou Polanyi, da intervenção do Estado — e, mesmo nesses casos, numa economia que ainda era grandemente baseada na produção de famílias auto-suficientes de camponeses que trabalhavam pela subsistência, a regulação estatal continuou a preponderar sobre os princípios da concorrência.

Somente na moderna sociedade de mercado, segundo Polanyi, é que há uma motivação econômica distinta, instituições econômicas distintas e relações separadas das relações não econômicas. Visto que os seres humanos e a natureza — sob a forma do trabalho e da terra — são tratados, ainda que da maneira mais fictícia, como mercadorias, num sistema de mercados auto-regulados e movidos pelo mecanismo dos preços, a própria sociedade torna-se um apêndice do mercado. A economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado, isto é, numa sociedade em que, em vez de uma economia inserida nas relações sociais, as relações sociais é que se inserem na economia.

Polanyi não foi o único, é claro, a assinalar o papel secundário do mercado nas sociedades pré-capitalistas. Qualquer historiador econômico ou antropólogo competente está fadado a reconhecer os vários princípios não mercadológicos de comportamento econômico que funcionavam nessas sociedades, desde as mais “primitivas” e igualitárias até as altas civilizações mais complexas, estratificadas e exploradoras. E outros historiadores econômicos (embora, talvez, não tantos quantos se poderia imaginar) assinalaram algumas mudanças nos princípios do comércio. Mas a descrição de Polanyi é particularmente notável por sua clara demarcação da ruptura entre a sociedade de mercado e as sociedades não mercadológicas que a precederam, inclusive as sociedades com mercados — não apenas as

diferenças entre suas respectivas lógicas econômicas, mas também as mudanças sociais que essa transformação acarretou. O sistema dos mercados auto-reguladores, insiste Polanyi, foi tão perturbador não apenas para as relações sociais, mas também para a psique humana, e tão terríveis foram seus efeitos sobre a vida humana, que a história de sua implantação teve que ser, ao mesmo tempo, a história da proteção contra suas devastações. Sem “contramovimentos protetores”, particularmente por meio da intervenção estatal, “a sociedade humana teria sido aniquilada”.⁹

Essa argumentação representa, sob muitos aspectos, um drástico afastamento das explicações do desenvolvimento econômico que enfatizam as continuidades (mais ou menos benignas) entre o antigo comércio e a economia capitalista moderna, mesmo quando elas observam o antagonismo entre os princípios mercantis ou capitalistas e a lógica econômica (ou antieconômica) do feudalismo. Mas, sob alguns aspectos importantes, a descrição de Polanyi preserva afinidades significativas com os textos de história econômica mais convencionais. Os problemas principais dizem respeito à explicação que ele fornece sobre as condições em que surgiu a sociedade de mercado, ao processo histórico que a originou, e ao que isso implica em termos de sua compreensão do mercado como forma social. Aqui não é o lugar para entrarmos num debate pormenorizado sobre a natureza da posse da terra na Inglaterra medieval, o mercantilismo, o sistema de Speenhamland, ou outras questões históricas específicas sobre as quais os especialistas de hoje teriam razão para discordar de Polanyi. A questão aqui é o alcance mais amplo da narrativa histórica de Polanyi e suas conseqüências para nossa compreensão do capitalismo moderno.

Em primeiro lugar, há mais do que uma pequena dose de determinismo tecnológico em sua argumentação. O tema principal da narrativa histórica de Polanyi é a maneira como a Revolução Industrial deu origem a uma sociedade de mercado — a maneira como, numa sociedade mercantil, a invenção de máquinas complexas tornou necessário converter “a substância natural e humana da sociedade em mercadoria”.¹⁰ “Dado que as máquinas complexas são dispendiosas, elas não compensam, a menos que se produzam gran-

des quantidades de mercadorias”, escreveu ele; e, para atingir a escala de produção necessária, a produção tem que ser ininterrupta, o que equivale a dizer que, para o comerciante, “todos os fatores implicados devem estar à venda”.¹¹ O último e mais desastroso passo na criação das condições necessárias — isto é, na criação da sociedade de mercado originalmente requerida pela produção mecânica complexa — é a transformação do trabalho num “fator” da produção mercantil.

A seqüência da causação é significativa nesse ponto. A Revolução Industrial foi “meramente o começo” de uma revolução “extrema e radical”, que transformou profundamente a sociedade, ao converter a humanidade e a natureza em mercadorias.¹² Essa transformação, portanto, foi o esforço do progresso tecnológico. Em seu cerne estava “um aperfeiçoamento quase milagroso dos instrumentos da produção”;¹³ e, conquanto tenha acarretado uma transformação da sociedade, ela foi, em si mesma, o auge dos aperfeiçoamentos anteriores da produtividade, tanto nas técnicas quanto na organização do uso da terra, sobretudo no cerco de grandes propriedades particulares na Inglaterra.

Embora discorde da crença no “progresso espontâneo”, nem por um momento Polanyi parece duvidar da inevitabilidade desses avanços, pelo menos no contexto da sociedade mercantil ocidental, com suas instituições livres, sobretudo suas comunas urbanas livres, e com a expansão do comércio — o que ele chama de “tendência de progresso econômico da Europa Ocidental”.¹⁴ Seu argumento contra as visões convencionais do progresso espontâneo é, simplesmente, que elas não consideram o papel que o Estado exerce ao afetar — e, mais particularmente, reduzir — a velocidade da mudança (tal como o reinado dos Tudor e o início do dos Stuart reduziram o ritmo do *enclosure* [cercamento de terras]). Sem intervenções desse tipo, “a velocidade desse progresso poderia ter sido desastrosa e transformado o próprio processo num acontecimento degenerativo, em vez de construtivo”, do mesmo modo que a própria Revolução Industrial precisou da intervenção do Estado para preservar o tecido social.¹⁵

Sob alguns aspectos, portanto, os contornos principais da narrativa histórica de Polanyi não são inteiramente diferentes do antigo modelo mercantil: a expansão dos mercados caminha de mãos dadas com o progresso tecnológico na produção do capitalismo industrial moderno. E, embora esse processo culmine na Inglaterra, trata-se de um processo europeu geral. A propósito, parece que o processo que levou da mercantilização à industrialização e à “sociedade de mercado” pode ter sido, afinal, um fenômeno mais ou menos natural num mundo cada vez mais mercantilizado, um fenômeno que só se completou na Europa pelo simples fato de ali não ter tido seu caminho barrado por certos obstáculos não econômicos. Como explicou um estudioso de Polanyi, numa descrição das aulas deste sobre a “História Econômica Geral”, Polanyi afirmava que, em contraste com um Oriente igualmente mercantilizado, o feudalismo da Europa Ocidental não se caracterizara por laços fortes de parentesco, clã e tribo, de modo que, “quando os laços feudais se enfraqueceram e desapareceram, restou pouca coisa para barrar a dominação pelas forças de mercado”. E, embora a intervenção governamental tenha sido necessária para criar “mercados de fatores”, “a economia de mercado então em desenvolvimento ajudou a destruir as instituições econômicas e políticas feudais”.¹⁶

O que não emerge disso tudo é uma apreciação das maneiras pelas quais uma transformação radical das relações sociais precedeu a industrialização. O revolucionamento das forças produtivas pressupôs uma transformação das relações de propriedade e uma mudança na forma de exploração que criaram uma necessidade historicamente única de aumentar a produtividade do trabalho. Ele pressupôs a emergência dos imperativos capitalistas: competição, acumulação e maximização dos lucros. Dizer isto não equivale meramente a acusar Polanyi de pôr a carroça adiante dos bois. O ponto mais fundamental é que sua ordem de causação sugere uma impossibilidade de tratar o mercado capitalista em si como uma forma social específica. Os imperativos específicos do mercado capitalista — as pressões da acumulação e da produtividade crescente do trabalho — são tratados não como produto de relações sociais específicas, mas como re-

sultado de aperfeiçoamentos tecnológicos que parecem mais ou menos inevitáveis, pelo menos na Europa.

Persiste o fato de que *A grande transformação* foi um desvio significativo da historiografia convencional sobre a “transição”. Contudo, é impressionante ver quão pouco esse importante livro afetou o modelo dominante, ainda que agora pareça estar havendo um ressurgimento do interesse em Polanyi. Em geral, continuamos onde estávamos. Ou a questão do capitalismo e suas origens não surge, ou, mesmo quando se levantam questões sobre como e por que ele surgiu num caso ou casos especiais, elas tendem a ser dominadas por outra pergunta: por que o capitalismo não emergiu noutras situações? Alguns leitores talvez estejam familiarizados, por exemplo, com a idéia das “transições falhas” como maneira de descrever o que aconteceu — ou deixou de acontecer — nas cidades-estados mercantis do norte da Itália, ou na Holanda. Essa expressão, “transição falha”, já diz tudo.

A maneira como entendemos a história do capitalismo tem muito a ver com a maneira como entendemos esse fenômeno em si. Os antigos modelos do desenvolvimento capitalista foram uma mescla paradoxal de determinismo transistórico e voluntarismo do “livre” mercado, na qual o mercado capitalista era uma lei natural imutável e o supra-sumo da escolha e da liberdade humanas. A antítese desses modelos seria uma concepção do mercado capitalista que reconhecesse plenamente seus imperativos e compulsões, ao mesmo tempo reconhecendo que esses próprios imperativos radicam-se não numa lei natural transistórica, mas em relações sociais historicamente específicas, constituídas pela ação humana e sujeitas a mudanças. Esse é o tipo de concepção que esperaríamos encontrar no marxismo, mas os historiadores marxistas não têm oferecido sistematicamente esse tipo de alternativa.

Capítulo 2

Debates marxistas

Nesses debates históricos, houve tanta discordância entre os marxistas quanto entre historiadores marxistas e não marxistas. Muitos marxistas mostraram-se não menos apegados do que qualquer outra pessoa ao antigo modelo mercantil, amiúde, talvez, com uma dose ainda mais acentuada de determinismo tecnológico. Outros criticaram muito esse modelo, embora, mesmo nesses casos, persistam alguns resíduos. Com o debate ainda em andamento, resta muito trabalho por fazer.

O fato de haver duas narrativas diferentes na obra do próprio Marx¹ não facilita a questão. Uma delas é muito semelhante ao modelo convencional, no qual a história é uma sucessão de etapas na divisão do trabalho, com um processo transistórico de avanço tecnológico e com o papel principal atribuído às classes burguesas, que teriam dado origem ao capitalismo pelo simples fato de serem libertas do jugo feudal. Na verdade, o capitalismo já existiria no feudalismo, de certo modo — nos “interstícios do feudalismo”, para usar as palavras de Marx —, e entraria na corrente principal da história ao “romper” os grilhões desse sistema. É essa, basicamente, a narrativa de alguns de seus primeiros textos, como *A ideologia alemã* e *O manifesto comunista*. E é ela a narrativa que está ao menos implícita nas idéias marxistas tradicionais da “revolução burguesa”. Mas há uma outra versão, ou pelo menos seus fundamentos, nos *Elementos de crítica à economia política* e no *Capital*, que tem mais a ver com a mudança das relações de propriedade, especialmente na zona rural inglesa: a expropriação dos produtores diretos que deu origem a uma nova forma de exploração e a novas “leis de movimento” sistêmicas.

Os mais importantes textos históricos marxistas desde então têm-se apoiado nesses alicerces.

O debate sobre a transição

Em vez de explorarmos detidamente as idéias do próprio Marx, examinemos as visões históricas marxistas mais recentes. Podemos desconsiderar por completo aqueles tipos mais toscos de determinismo tecnológico que, com demasiada freqüência, têm-se feito passar por teorias marxistas da história, para nos concentrarmos, em vez disso, nas narrativas marxistas mais sérias e questionadoras.

Em 1950, houve uma divergência entre o economista Paul Sweezy e o historiador econômico Maurice Dobb, cujos *Estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo* (1946) Sweezy havia criticado. Essa divergência ampliou-se em um grande debate entre uma vasta gama de historiadores ilustres, principalmente marxistas, na revista *Science and Society*, debate este que depois foi compilado e publicado em forma de livro.² Ele ficou conhecido como o “debate sobre a transição” e, desde essa época, tornou-se um ponto de referência central para as discussões do assunto entre os marxistas — e entre outros.

O livro de Dobb representou um grande avanço na compreensão da transição. Representou um poderoso questionamento do antigo modelo mercantil, na medida em que situou as origens do capitalismo no campo, nas relações feudais primárias entre proprietários e camponeses. Como outros trabalhos dentro dessa tradição, muito especialmente os escritos de R.H. Hilton, historiador da Europa medieval, essa análise abalou os alicerces do antigo modelo, contestando algumas de suas premissas básicas, em particular o pressuposto de que a antítese do feudalismo, que o teria dissolvido e dado origem ao capitalismo, se encontraria nas cidades e no comércio.

A questão central em debate entre Sweezy e Dobb era onde situar o “motor primordial” da transição do feudalismo para o capitalismo. Deveria a causa primária da transição ser buscada nas relações constitutivas básicas do feudalismo, nas relações entre senhores e camponeses? Ou teria o motor primordial sido externo a essas relações, situando-se particularmente na expansão do comércio?

Dobb e Hilton, no debate que se seguiu, enunciaram argumentos de profunda importância para demonstrar que não foi o comércio em si que dissolveu o feudalismo. Na verdade, o comércio e as cidades não eram intrinsecamente antagônicos ao regime feudal. Ao contrário, este foi dissolvido e o capitalismo se materializou por fatores intrínsecos às relações primárias do próprio feudalismo, nas lutas de classe entre senhores e camponeses. Hilton, em particular, assinalou que se havia demonstrado ser empiricamente falha a tese de Pirenne, e explicitou como o dinheiro, o comércio, as cidades e até a chamada “revolução mercantil” não eram estranhos ao sistema feudal, mas, ao contrário, tinham sido parte integrante dele. Isso significou que, embora houvesse, indubitavelmente, um processo complexo segundo o qual esses fatores contribuíram para a transição, eles não podiam ser encarados como o que havia desarticulado o feudalismo.

De várias maneiras, Dobb e Hilton sugeriram que a dissolução do feudalismo e a ascensão do capitalismo haviam resultado da *libertação* da pequena produção mercantil, de sua liberação do jugo do feudalismo, sobretudo por meio da luta de classes entre senhores e camponeses. Dobb, por exemplo, afirmou que, embora a luta de classes não tivesse dado origem ao capitalismo “de maneira simples e direta”, ela servira para “modificar a dependência em que estava o pequeno modo de produção em relação aos senhores feudais e para acabar libertando o pequeno produtor da exploração feudal. Foi do pequeno modo de produção, portanto (na medida em que ele assegurou a independência de ação e em que, por sua vez, a diferenciação social desenvolveu-se em seu bojo), que nasceu o capitalismo”.³

Similarmente, Hilton, cujos estudos sobre os camponeses medievais e suas lutas representam alguns dos trabalhos mais importantes sobre a historiografia de *qualquer* período, ligou essa transição às lutas entre senhores e camponeses. As pressões impostas pelos senhores aos camponeses para que estes transferissem o trabalho excedente foram, segundo ele sugeriu, a causa primária do aperfeiçoamento das técnicas de produção e a base do crescimento da produção mercantil simples. Ao mesmo tempo, a resistência dos cam-

poneses a essas pressões foi de importância crucial para o processo de transição para o capitalismo, para “a libertação das economias rural e artesanal para o desenvolvimento da produção mercantil e, eventualmente, para o surgimento do empresário capitalista”.⁴

Em seu contra-argumento, Sweezy insistiu em que o feudalismo, apesar de todos os seus traços de ineficiência e instabilidade, era intrinsecamente tenaz e resistente à mudança, e em que a principal força propulsora de sua dissolução tinha que vir de fora. O sistema feudal podia tolerar e, a rigor, precisava de uma certa dose de comércio; mas, com a criação de centros de comércio e transbordo urbanos localizados, baseados no comércio de longa distância (a propósito dos quais Sweezy citou a autoridade de Henri Pirenne), desencadeou-se um processo que estimulou o crescimento da produção para troca, que se opunha ao princípio feudal da produção para uso.

No entanto, argumentou Sweezy, o capitalismo não foi o resultado imediato desse processo. A expansão do comércio foi suficiente para dissolver o feudalismo e introduzir uma fase transicional de “produção mercantil pré-capitalista”, que em si mesma era instável, preparando o terreno para o capitalismo nos séculos XVII e XVIII; mas houve uma fase posterior distinta no desenvolvimento do capitalismo. A esse respeito, Sweezy fez a importante observação de que “[c]ostumamos pensar na transição de um sistema social para outro como um processo em que os dois sistemas se enfrentam diretamente e lutam pela supremacia”, mas seria um “grave erro” pensar na transição do feudalismo para o capitalismo nesses termos.⁵

Sweezy não se propôs explicar a segunda fase do processo, mas levantou algumas questões cruciais sobre as explicações oferecidas por outros. Duas delas se destacam, em particular. Primeiro, ele expressou ceticismo quanto à plausibilidade da idéia — decorrente da interpretação convencional da teoria marxista da “via realmente revolucionária” para o capitalismo industrial — de que os capitalistas industriais teriam surgido das fileiras dos pequenos produtores. Ao contrário, propôs que entendêssemos a “via realmente revolucionária” como um processo em que o produtor, em vez de passar de pequeno produtor a comerciante e a capitalista, “começou como

comerciante e empregador de mão-de-obra assalariada”, e em que as empresas capitalistas já foram lançadas em plena maturidade, e não num processo gradativo que houvesse brotado do sistema de produção doméstica artesanal por encomenda.⁶

O segundo ponto ressaltado por Sweezy foi que a generalização da produção mercantil não poderia explicar a ascensão do capitalismo, e que a produção mercantil altamente desenvolvida — como, por exemplo, na Itália ou na Flandres medievais — não necessariamente o produziu.⁷ Em sua argumentação, ele frisou outro aspecto sugestivo. Em oposição à teoria de Maurice Dobb de que o declínio do feudalismo resultou da exploração excessiva dos camponeses e dos conflitos de classe gerados por ela, Sweezy propôs que seria “mais exato dizer que o declínio do feudalismo europeu ocidental deveu-se à impossibilidade de a classe dominante manter o controle sobre a capacidade de trabalho da sociedade e, portanto, explorá-la”.⁸

Este resumo, é claro, constitui uma abreviação e simplificação grosseiras dos argumentos complexos fornecidos pelos participantes do debate, mas deve ser suficiente para levantar algumas questões cruciais sobre os pressupostos em que se pautou cada um dos lados. À primeira vista, a coisa parece muito clara: Dobb estava atacando o modelo mercantil, enquanto Sweezy o defendia. De fato, algum tempo depois, o historiador marxista Robert Brenner acusou Sweezy, juntamente com outros, tais como Andre Gunder Frank e Immanuel Wallerstein, de serem neo-smithianos, precisamente por aderirem a algo semelhante ao modelo mercantil clássico, tal como originalmente delineado por Adam Smith.⁹ Brenner desenvolveu uma sólida argumentação sobre o modo como alguns marxistas, com efeito, engoliram os pressupostos do antigo modelo, a tendência a tratar a dinâmica específica do capitalismo — e sua necessidade de aumentar a produtividade da mão-de-obra — como um desfecho inevitável da expansão mercantil. Mas havia algo mais complexo acontecendo no debate entre Sweezy e Dobb.

A tese de Sweezy, à primeira vista e em seus contornos principais, é completamente compatível com o modelo mercantil, enquanto a explicação de Dobb é um ataque frontal a ele. Na medida

em que Sweezy parte da tese de Pirenne, em particular, e sugere, em linhas mais gerais, um antagonismo fundamental entre o sistema crescente de comércio a longa distância e os princípios básicos do feudalismo, ou, vez por outra, atribui aos agentes econômicos pré-capitalistas uma racionalidade específica do capitalismo, já deve estar claro para os leitores que a tese deste livro difere da dele. A argumentação aqui exposta, especialmente na Parte II, é compatível com Dobb e Hilton — a rigor, influenciada por eles — em diversos aspectos importantes: os de que as cidades e o comércio não eram necessariamente antagônicos por natureza ao feudalismo, de que o “motor primordial” encontra-se nas relações primárias de propriedade do feudalismo, e de que a luta de classes entre os senhores e os camponeses foi central nesse processo.

Porém havia mais do que isso em discussão. Sweezy frisou um aspecto que tende a se perder nas considerações do debate sobre a transição. Decerto atribuiu a dissolução do feudalismo aos efeitos da expansão comercial e ao crescimento das cidades. Mas insistiu em que tal dissolução não seria suficiente para explicar a ascensão do capitalismo e em que, na verdade, esses foram dois processos distintos. Aí encontramos um contraste interessante entre Sweezy e Dobb: Dobb parece *mais* inclinado do que Sweezy a tratar a dissolução do feudalismo como tendo sido, essencialmente, o mesmo processo da ascensão do capitalismo.

Por que isso é importante? Consideremos as implicações dessa argumentação: se a dissolução do feudalismo é suficiente para explicar a ascensão do capitalismo, não estamos de novo muito próximos dos pressupostos do modelo mercantil? Pode ser que estejamos no campo, e não na cidade, e talvez nos estejamos concentrando na luta de classes entre senhores e camponeses, e não na expansão do comércio. Mas um pressuposto crucial permanece o mesmo: o capitalismo surgiu quando os grilhões do feudalismo foram retirados. De algum modo, o capitalismo já estaria presente nos interstícios do feudalismo, simplesmente à espera de ser libertado.

Dobb e Hilton, portanto, não parecem questionar todos os pressupostos básicos do modelo mercantil, e algumas das questões levantadas por Sweezy vão ao cerne dos problemas que eles deixaram

por resolver. Um aspecto se destaca nas teses de Dobb e Hilton: a transição para o capitalismo teria sido uma questão de libertar ou “soltar” uma lógica econômica já presente na pequena produção mercantil. Fica-nos a esmagadora impressão de que, havendo oportunidade, o camponês (e o artesão) que era produtor mercantil se transformaria em capitalista. O centro de gravidade dessa argumentação deslocou-se da cidade para o campo e a luta de classes recebeu um novo papel, mas, até que ponto os pressupostos subjacentes a ela diferem de algumas das premissas principais do modelo mercantil? Quão longe estamos da premissa de que o mercado capitalista é mais uma oportunidade do que um imperativo, e de que o que requer explicação na descrição da ascensão do capitalismo é a eliminação dos obstáculos, o rompimento dos grilhões, e não a criação de uma lógica econômica inteiramente nova? A luta de classes é central nesse processo, mas o é, acima de tudo, como um meio para remover obstáculos a algo que já seria imanente.

Neste ponto, os problemas que incomodaram Sweezy em seu confronto com os argumentos de Dobb são muito pertinentes. Primeiro, o hábito de tratar as transições como um confronto entre dois modos de produção antitéticos tem servido, com demasiada frequência, como desculpa para se evitar a questão. Como sugeriu Sweezy, embora esse pressuposto possa aplicar-se à transição do capitalismo para o socialismo, ele é problemático ao lidarmos com a transição do feudalismo para o capitalismo. Como vimos, o modelo mercantil e outras explicações correlatas presumem, na verdade, a existência do capitalismo, ou de uma racionalidade capitalista, para explicar seu surgimento. O feudalismo ter-se-ia confrontado com um capitalismo já existente, ou, pelo menos, com uma lógica processual capitalista já presente, cujo aparecimento nunca é explicado. Embora, sob muitos aspectos, as explicações fornecidas por marxistas como Hilton e Dobb sejam devastadoras para o modelo mercantil e para seus pressupostos sobre a antítese entre feudalismo e comércio, elas não escaparam por completo dessa armadilha, pois, em alguns aspectos importantes, ainda pressupõem exatamente aquilo que precisa ser explicado.

Elas tampouco oferecem uma resposta inteiramente convincente para a pergunta formulada por Sweezy a respeito da “falha” de alguns centros comerciais avançados, como os da Itália e de Flandres. Também nesse ponto, há uma tendência a se presumir o capitalismo, através da simples explicação dos *obstáculos* que impediram essas cidades mercantis de chegar à maturidade. A questão levantada sobre Flandres e a Itália não é tanto por que e em que circunstâncias os imperativos capitalistas se impuseram aos agentes econômicos, como aconteceu na Inglaterra, mas, antes, por que e de que maneiras os agentes econômicos das transições “falhas” mostraram-se sem disposição ou incapazes — até por razões ideológicas ou culturais — de romperem com seu apego ao feudalismo, a fim de criarem uma nova forma social.¹⁰

Quanto às dúvidas de Sweezy sobre a “via realmente revolucionária”, é fato que, numa fase posterior do debate, ele retirou algumas de suas objeções à interpretação convencional do que Marx tinha em mente, mas não necessariamente suas objeções à idéia em si. Embora nunca tenha explicado plenamente as razões de seu mal-estar com a idéia de que o capitalismo teria surgido quando os pequenos produtores mercantis transformaram-se em capitalistas, ele parece haver considerado isso intrinsecamente implausível. E, com efeito, havia bons motivos para seu ceticismo.

Enquanto Sweezy estava predominantemente interessado, nesse ponto, na ascensão do capitalismo industrial, a “via realmente revolucionária” aparece em Dobb, mais particularmente (embora não em termos exclusivos) sob a forma dos fazendeiros capitalistas que teriam saído das fileiras dos proprietários rurais que trabalhavam a própria terra. O problema não está em dar crédito a esses fazendeiros em ascensão como criadores do capitalismo, porém, mais particularmente, em que eles tendem a ser retratados como escolhendo mais ou menos livremente a via capitalista, uma vez libertos dos empecilhos feudais, ao passo que o capitalismo é tratado como uma ramificação mais ou menos orgânica da pequena produção mercantil — mesmo que as revoluções burguesas tenham sido necessárias para eliminar os últimos obstáculos. O que quer que Sweezy tenha tido em mente em sua objeção à “via realmente revolucionária”, decerto

seria sensato dizer que é preciso algo mais, para explicar a disposição dos produtores a se portarem como capitalistas, do que sua simples libertação das restrições ou sua passagem de médios a grandes proprietários. Em outras palavras, há uma diferença qualitativa, e não apenas quantitativa, entre a pequena produção mercantil e o capitalismo, diferença esta que continua a requerer uma explicação.

Perry Anderson sobre o absolutismo e o capitalismo

Na década de 1970, quando era editor da *New Left Review*, outro marxista influente, Perry Anderson, publicou dois volumes magistrais do que pretendia que viesse a ser uma trilogia, começando por um estudo da transição da Antigüidade greco-romana para o feudalismo europeu (*Passages from Antiquity to Feudalism*), continuando com uma análise do absolutismo europeu (*Lineages of the Absolutist State*) e culminando num estudo sobre as revoluções burguesas e o desenvolvimento do capitalismo. Embora esse terceiro volume, que deveria completar sua exposição sobre a transição para o capitalismo, ainda não tenha sido lançado, há muito que aprender com os dois primeiros, especialmente *Lineages*, e com vários fragmentos encontrados aqui e ali.

Para nossos fins, podemos começar pela definição andersoniana de feudalismo como um modo de produção definido por “uma unidade orgânica da economia e da sociedade”, que assumiu a forma de uma “cadeia de soberanias fracionadas”, juntamente com uma cadeia hierárquica de posse condicional. O poder do Estado era fragmentado entre os senhores feudais, e o domínio senhorial representava uma união do poder político com o econômico. O fragmento de poder estatal que cabia aos senhores feudais — seu poder político, jurídico e militar — constituía, ao mesmo tempo, seu poder econômico de apropriação do trabalho excedente dos camponeses dependentes. A dominação senhorial era acompanhada por “um mecanismo de extorsão do excedente” — a servidão — no qual “se fundiam a exploração econômica e a coerção político-jurídica”.¹¹

Mas aconteceu algo que tornou instável essa formação feudal. Os antigos laços feudais foram enfraquecidos pela substituição dos

tributos feudais pela renda monetária e, mais particularmente, pelo crescimento de uma economia mercantil. “Com a transformação generalizada dos tributos em renda monetária”, argumentou Anderson, “a unidade celular da opressão política e econômica do campesinato foi gravemente enfraquecida e ameaçou desintegrar-se. O resultado foi um *deslocamento* da coerção político-jurídica para uma cúpula centralizada e militarizada — o Estado absolutista”.¹² Em outras palavras, para reforçar sua dominação enfraquecida do campesinato, os senhores feudais concentraram seus antigos poderes coercitivos fragmentados ou fracionados numa nova espécie de monarquia centralizada.

Entrementes, nos interstícios do sistema feudal fragmentado, nas cidades, emergiu uma esfera econômica que não era controlada pela aristocracia. Ao mesmo tempo, essas cidades tornaram-se sede de inovações técnicas. Anderson concluiu que, embora “a ordem política permanecesse feudal ...”, a sociedade tornou-se cada vez mais burguesa”.¹³

O surgimento do absolutismo representa uma etapa crucial na tese de Anderson sobre a ascensão do capitalismo. O absolutismo em si não era um Estado capitalista ou protocapitalista. Se tanto, era essencialmente feudal em sua estrutura básica, “um aparato de dominação feudal remanejado e recarregado, destinado a reaprisionar as massas camponesas em sua posição social tradicional”.¹⁴ Mas foi um momento axial no desenvolvimento do capitalismo.

Ironicamente, o efeito desse deslocamento do poder coercitivo feudal para cima — pelo menos, sua contribuição principal para a evolução do capitalismo, segundo Anderson — foi romper a união entre economia e política que havia caracterizado o feudalismo. Por um lado, o poder político ficou concentrado no Estado monárquico. Por outro, a economia começou a adquirir uma certa autonomia. À medida que a coerção político-jurídica foi “deslocada para cima”, a economia mercantil e a sociedade burguesa que haviam crescido nos interstícios do feudalismo ficaram livres e puderam desenvolver-se em seus próprios termos.

É essa, portanto, em linhas gerais, a concepção de Anderson sobre o absolutismo. E grande parte dela é também muito esclarecedo-

ra. Sua caracterização do Estado absolutista como essencialmente feudal é de particular utilidade, embora exija um exame mais detido. Convém guardar em mente o que Anderson quer dizer. O Estado absolutista era essencialmente feudal, insiste ele, porque representou o deslocamento para cima e a centralização dos poderes coercitivos político-jurídicos dos senhores feudais, separando-os da exploração econômica. Dito de outra maneira, o Estado absolutista separou os dois momentos da exploração — o processo de extorsão do excedente, de um lado, e o poder coercitivo que o sustentava, de outro. A partir daí, os dois prosseguiram em esferas separadas. A fusão feudal da economia com a política começou a dar lugar à separação que é característica do capitalismo, deixando a economia evoluir de acordo com sua própria lógica interna.

Pois bem, há outra maneira de ver o absolutismo, que consiste em considerar que ele representou uma centralização do poder feudal num sentido diferente, qual seja, que o próprio Estado monárquico tornou-se uma forma de propriedade, um instrumento de apropriação, de maneiras análogas à dominação senhorial feudal. Os poderes econômico e político continuaram fundidos, mas o senhor feudal passou a se apropriar de rendas, enquanto o Estado e os ocupantes de seus cargos apropriavam-se dos excedentes dos camponeses sob a forma de impostos. Em alguns momentos, Anderson parece pensar no absolutismo nesses termos, como sendo ainda uma união das esferas econômica e política. Mas toda a sua tese de que o absolutismo desempenhou um papel axial na transição para o capitalismo decorre de uma função essencial do Estado absolutista: a de *separar* as esferas política e econômica. Ele se empenha muito em enfatizar que o que foi “centralizado para cima” no Estado absolutista não foi a *fusão* feudal das esferas política e econômica, mas a faceta político-jurídica ou coercitiva do feudalismo, em contraste com a faceta da exploração econômica. O Estado absolutista representa para Anderson, simplesmente, o poder político-jurídico que impõe a exploração econômica, a qual se dá em um plano diferente.

Com efeito, o deslocamento ascendente do poder político feudal desempenha, na tese de Anderson, o mesmo papel da retirada dos grilhões em outras versões do antigo modelo. Na verdade, o absolu-

tismo parece ser um dos meios, se não o meio essencial pelo qual os grilhões do feudalismo foram retirados da economia. Assim, dir-se-ia que o absolutismo foi um ponto transicional necessário entre o feudalismo e o capitalismo. Pelo menos, livre da servidão política direta, a produção mercantil teria podido crescer e a economia teria podido seguir suas próprias inclinações. O capitalismo teria sido o resultado da libertação da economia, da retirada da mão morta do feudalismo e do desatrelamento dos portadores naturais da racionalidade econômica — os habitantes dos burgos, ou burgueses.

Há alguns problemas empíricos sérios nessa abordagem do absolutismo como fase aparentemente essencial da transição do feudalismo para o capitalismo. Dentre eles, um problema nada insignificante é o fato de que o capitalismo inglês não desfrutou do benefício do absolutismo, enquanto o absolutismo francês não deu origem ao capitalismo (tema de que falaremos mais na Parte II). Se é assim, talvez seja mais plausível argumentar que o absolutismo não foi uma fase transicional entre o feudalismo e o capitalismo, mas, ao contrário, uma rota alternativa do feudalismo. Seja como for, convém ao menos deixar claro que, sob muitos aspectos fundamentais, a descrição de Anderson, como outras explicações anteriores da transição para o capitalismo, pauta-se sobretudo na retirada dos grilhões de uma forma social que já existiria — mais ou menos sem explicação — nos interstícios do feudalismo.

Apesar de toda a sofisticada complexidade da tese de Anderson, ela é um aprimoramento — fascinante e esclarecedor, sob muitos aspectos, mas mesmo assim um aprimoramento — do modelo mercantil. Os ecos dessa antiga explicação fazem-se ainda mais audíveis na formulação mais recente que Anderson deu a essa tese, numa resenha que fez do livro de Robert Brenner intitulado *Merchants and Revolution*. Eis o que comentou Anderson a propósito da explicação brenneriana do capitalismo como sendo, antes de mais nada, um fenômeno especificamente inglês:

A idéia de capitalismo em um país, tomada literalmente, é apenas um pouco mais plausível que a de socialismo. Para Marx, os diferentes momentos da biografia moderna do capital foram distribuídos numa se-

qüência cumulativa, desde as cidades italianas até as cidades de Flandres e da Holanda, os impérios de Portugal ou da Espanha e os portos da França, antes de eles serem “sistematicamente combinados na Inglaterra, no fim do século XVII”. Historicamente, faz mais sentido ver o surgimento do capitalismo como um processo baseado na agregação de valor, que foi ganhando complexidade à medida que se moveu por uma cadeia de locais inter-relacionados. Nessa história, o papel das cidades sempre foi central. Os proprietários de terras ingleses nunca poderiam ter começado sua conversão para a agricultura comercial sem o mercado de lã das cidades flamengas — assim como a agricultura holandesa, na época dos Stuart, estava à frente da inglesa, até porque se vinculava a uma sociedade urbana mais rica.¹⁵

Cabe assinalar, primeiramente, que Marx, na passagem citada por Anderson, está explicando a “gênese do capitalista industrial”, e não as origens do capitalismo — o surgimento de “leis de movimento” especificamente capitalistas, de relações sociais especificamente capitalistas, de uma forma de exploração especificamente capitalista, ou dos imperativos do crescimento auto-sustentado.¹⁶ Marx tenta explicar como a acumulação da riqueza converteu-se, em condições apropriadas — isto é, nas condições sociais já capitalistas (da Inglaterra) —, em capital industrial, deixando de ser simplesmente o lucro improdutivo da usura e do comércio. Quanto às origens do sistema capitalista, da “chamada acumulação primitiva” — isto é, na expressão de Marx, da expropriação dos produtores diretos, particularmente os camponeses — que deu origem a relações de propriedade social especificamente capitalistas e à dinâmica a elas associada, Marx as situou firmemente na Inglaterra e no campo. Também nesse caso, surgiram condições para o tipo de mercado interno sem precedentes que Marx encarou como a condição *sine qua non* do capitalismo industrial. Como fez Brenner depois dele, Marx reconheceu a necessidade de explicar o caráter singular do desenvolvimento da Inglaterra. Uma das especificidades nada insignificantes da Inglaterra, como assinalou Brenner, é que, enquanto outros centros de produção, mesmo no período medieval, experimentaram surtos de crescimento das exportações, a Inglaterra moderna, em seus primórdios, teve a característica singular de manter o cresci-

mento industrial mesmo num contexto de declínio dos mercados de além-mar.¹⁷ Em outras palavras, tratou-se *de fato* de capitalismo de um país, ainda que dentro de uma rede de comércio internacional.

Mas, não há por que nos deixarmos desvirtuar por especulações sobre as idéias de Marx a respeito da relação entre o capitalismo agrário e o industrial (ou sobre as questões que ele deixou sem resposta e, a rigor, sobre as incoerências que deixou por resolver). Poderíamos simplesmente observar que, nesse aspecto, as observações de Anderson fogem à questão. Uma coisa é dizer, por exemplo, que a agricultura mercantil inglesa pressupunha o mercado de lã flamengo. Outra, muito diferente, é explicar como a “agricultura mercantil” transformou-se em agricultura *capitalista*, como a *possibilidade de comércio* converteu-se não na *realidade*, mas na *exigência da produção competitiva*, como as *oportunidades* de mercado tornaram-se *imperativos* de mercado, e como esse tipo específico de agricultura acionou o desenvolvimento de um sistema capitalista. Decerto podemos dizer que o sistema de comércio europeu e o imperialismo europeu foram condições necessárias do capitalismo, mas não podemos simplesmente presumir que o comércio e o capitalismo são uma mesma coisa, ou que um se transformou no outro por um simples processo de crescimento. Anderson presumiu exatamente aquilo que precisa ser demonstrado, ou seja, que o comércio, ou, a rigor, a produção para o mercado (prática muito difundida durante a maior parte da história escrita), transformou-se em capitalismo através da mera expansão, a qual, em algum ponto, teria atingido uma massa crítica. Sua tese, em outras palavras, sofre da mesma circularidade que sempre atormentou o modelo mercantil.

Capítulo 3

Alternativas marxistas

O que o debate sobre a transição deixou sem explicar e sem abordar foi como e em que circunstâncias os produtores passaram a ficar sujeitos aos *imperativos* do mercado. Sempre se pareceu pressupor que o capitalismo surgiu quando foram retirados os obstáculos à realização das *oportunidades* do mercado. Porém, um outro episódio no debate permanente entre os marxistas aceitou o desafio do debate sobre a transição, no esforço de explicar a passagem do feudalismo para o capitalismo sem identificar princípios capitalistas, retrospectivamente, nas sociedades pré-capitalistas — ou seja, sem presumir exatamente aquilo que precisava ser explicado.

O debate sobre Brenner

O historiador Robert Brenner desencadeou um debate, em 1976, através de um importante artigo, “Estrutura agrária de classes e desenvolvimento econômico na Europa pré-industrial”, publicado na revista *Past and Present*.¹ Esse artigo tomou por alvo dois modelos influentes de explicação histórica. O primeiro foi o modelo demográfico, cada vez mais dominante, segundo o qual o desenvolvimento econômico da Europa medieval acompanhou os ciclos de longo prazo do desenvolvimento populacional — o que ele denominou de malthusianismo secular. O segundo foi o modelo mercantil.

Brenner atacou as próprias bases desses modelos rivais. Em particular, enfatizou sua incapacidade de explicar o fato de fatores idênticos haverem produzido efeitos muito diferentes, opostos, a rigor, em diferentes países, com conseqüências variáveis não somente para

a distribuição da renda entre as classes, mas também para o crescimento econômico a longo prazo e para o desenvolvimento das forças produtivas. Esses efeitos divergentes de causas aparentemente similares — padrões demográficos semelhantes, num modelo, e inserção na mesma rede de comércio crescente, no outro — seriam o suficiente para questionar o status dessas causas como variáveis independentes e enfraqueciam seriamente o poder explicativo dos modelos dominantes. Em lugar deles, Brenner ofereceu uma poderosa explicação alternativa para o processo sem precedentes de crescimento econômico auto-sustentado que se instaurou na Inglaterra do início da era moderna. Sua explicação concentrou-se nas configurações variáveis das relações sociais de propriedade que determinaram, em contextos diferentes, os efeitos divergentes de outros fatores (cujas importâncias ele não descartou), tais como os ciclos demográficos ou a expansão do comércio.

Brenner foi claramente influenciado por Maurice Dobb e, em termos do debate original sobre a transição, ficou claramente mais ao lado de Dobb que de Sweezy. Ao mesmo tempo, pode-se argumentar que ele partiu de algumas das mesmas questões que haviam incomodado Sweezy. Como este, Brenner obviamente acreditava que um modelo de transição em que dois modos de produção antagônicos se confrontam era impróprio para lidar com a transição do feudalismo para o capitalismo. Não havia capitalismo, nem mesmo em forma embrionária, para desafiar o feudalismo — e isso se aplicava não apenas às formas pré-capitalistas de comércio, mas também à pequena produção mercantil, tratada, à maneira de Dobb e Hilton, como uma espécie de protocapitalismo. Brenner também tomou como ponto de partida a tenacidade do feudalismo, criticando outras descrições da transição por negligenciarem “a lógica e a solidez internas” das economias pré-capitalistas, e por funcionarem como se os agentes econômicos viessem a adotar estratégias capitalistas toda vez que lhes fosse dada essa oportunidade — crítica que se aplica não apenas ao modelo mercantil, mas, sob certos aspectos, até à teoria da ascensão da pequena produção mercantil.

Mas Brenner não procedeu, como Sweezy, buscando algum impulso externo para a dissolução do feudalismo (no contexto de cer-

tas relações de propriedade, por exemplo, o comércio podia levar e levou, segundo ele, a um *maior rigor* das formas de propriedade pré-capitalistas, em vez de seu afrouxamento). Ao contrário, como Dobb e Hilton, Brenner procurou uma dinâmica interna do feudalismo. Nesse ponto, porém, chegamos a uma diferença fundamental entre sua abordagem e a deles: o que ele estava buscando, explicitamente, era uma dinâmica interna que não pressupusesse uma lógica capitalista já existente.

A luta de classes figura com destaque em sua argumentação, como fizera nas de Dobb e Hilton; com Brenner, no entanto, não se trata de *libertar* um impulso para o capitalismo. Antes, trata-se de os senhores e os camponeses, em algumas condições específicas que foram peculiares da Inglaterra, dispararem involuntariamente uma dinâmica capitalista, enquanto, no conflito de classe uns com os outros, agiam no sentido de se reproduzirem *como eram*. A consequência não pretendida foi uma situação em que os produtores ficaram sujeitos aos imperativos do mercado. Portanto, Brenner realmente se afastou do antigo modelo e de sua tendência a presumir justamente aquilo que precisa ser explicado.

A explicação de Brenner tem a ver com as condições muito particulares das relações de propriedade inglesas, e ele enfatiza não apenas a especificidade da Europa em relação a outros casos, mas também as diferenças entre diversos Estados europeus. Para Brenner, em outras palavras, as condições singulares que Michael Mann, por exemplo, atribuiu à Europa em geral na Idade Média não bastam para explicar o desenvolvimento do capitalismo, nem tampouco a especificidade do processo de crescimento econômico auto-sustentado que surgiu na Inglaterra. De fato, sua argumentação deixa claro que a dissolução do feudalismo teve mais de um resultado na Europa — em particular, o capitalismo na Inglaterra e o absolutismo na França, um absolutismo que não foi, como para Perry Anderson, uma simples fase transicional numa trajetória mais ou menos unilinear para o capitalismo.

Na Inglaterra, uma proporção excepcionalmente grande da terra pertencia a latifundiários e era trabalhada por arrendatários cujas condições de posse da terra assumiram, cada vez mais, a forma de ar-

rendamentos pagos em dinheiro, cujos valores não eram fixados pela lei ou pelos costumes, mas respondiam às condições do mercado. Poder-se-ia dizer até que existia um mercado de arrendamentos. As condições de posse eram tais que um número crescente de arrendatários ficou sujeito aos imperativos do mercado — não à *oportunidade* de produzirem para o mercado e passarem de pequenos produtores a capitalistas, mas à *necessidade* de se especializarem para o mercado e produzirem de forma competitiva — simplesmente para garantirem o acesso aos meios de subsistência.

Ao mesmo tempo, os grandes proprietários da Inglaterra também ficaram numa situação especial. Embora controlassem uma parcela singularmente grande das melhores terras, não desfrutavam — e, na verdade, não precisavam — dos tipos de poderes extra-econômicos de que dependia, digamos, a aristocracia francesa, para obter grande parte de sua fortuna. A classe dominante inglesa distinguia-se por sua dependência crescente da produtividade de seus arrendatários, e não por exercer um poder coercitivo para arrancar deles um excedente maior.

Em outras palavras, as relações de propriedade inglesas tinham o que Brenner chamou de suas “regras de reprodução” características. Tanto os produtores diretos quanto os grandes proprietários passaram a depender do mercado de um modo que não tinha precedentes históricos, simplesmente para garantir as condições de sua própria auto-reprodução. Essas regras geraram suas próprias leis de movimento singulares. O resultado foi o acionamento de uma nova dinâmica histórica: uma ruptura sem precedentes com os antigos ciclos malthusianos, um processo de crescimento auto-sustentado, novas pressões competitivas, que exerciam seu próprio efeito na necessidade de aumentar a produtividade, reconfigurando e concentrando ainda mais a posse da terra, e assim por diante. Essa nova dinâmica foi o capitalismo agrário (que será discutido com maiores detalhes na Parte II) e foi específica da Inglaterra.

Embora Brenner tenha sido visivelmente influenciado por Dobb e Hilton, a diferença entre sua tese e a deles já deve estar clara. O princípio atuante em sua argumentação é a compulsão ou imperativo, e não a oportunidade. Se, por exemplo, o pequeno produtor

mercantil ou fazendeiro desempenha nisso um papel fundamental, não é como agente de uma oportunidade, mas como sujeito de um imperativo. Tipicamente, os fazendeiros eram justamente a espécie de ocupantes que estava sujeita às pressões competitivas, e até os pequenos proprietários ficaram submetidos a essas pressões, depois que a produtividade competitiva do capitalismo agrário fixou os termos da sobrevivência econômica. Grandes proprietários e arrendatários passaram a depender do sucesso no mercado, já que a renda daqueles dependia dos lucros destes. Ambos tinham interesse no “melhoramento” agrícola, no aumento da produtividade por meio do uso e de técnicas inovadoras da terra, que frequentemente implicavam, entre outras coisas, o cercamento — para não falar na crescente exploração do trabalho assalariado.

Em certo sentido, Brenner também respondeu à pergunta de Sweezy sobre a “via realmente revolucionária”. O arrendatário capitalista da Inglaterra não era apenas um pequeno produtor transformado em capitalista. Sua relação específica com os meios de produção e suas condições de acesso à própria terra fizeram dele, em certo sentido, um capitalista *desde o início* — ou seja, ele não se tornava capitalista apenas por ter crescido e alcançado um nível apropriado de prosperidade, nem tampouco apenas porque sua relativa riqueza lhe permitisse empregar mão-de-obra assalariada (mesmo no mundo antigo, é sabido que fazendeiros não-capitalistas empregaram mão-de-obra assalariada), mas porque suas relações com os meios de sua própria auto-reprodução sujeitavam-no, desde o iní-

* O verbo *to improve*, tem as diversas acepções de melhorar, aprimorar, aperfeiçoar, desenvolver; utilizar, prosperar, aproveitar; introduzir ou realizar melhoramentos ou benfeitorias (em terras ou imóveis); valorizar, beneficiar, tirar partido de; aperfeiçoar-se, desenvolver-se, progredir etc. Tem também, sobretudo nos Estados Unidos, o sentido de cultivar (terras). O “melhoramento” a que a autora se refere poderia traduzir-se, com mais exatidão, por “beneficiamento” ou “aproveitamento” (da terra). Esse termo foi preterido em favor de “melhoramento” para facilitar a compreensão das demais articulações de ordem lingüística, social e econômica feitas no texto. (N.T.)

cio, juntamente com quaisquer trabalhadores assalariados que eles empregassem, aos imperativos do mercado. A argumentação de Brenner também dá uma certa corroboração à afirmação de Sweezy de que a transição do feudalismo para o capitalismo foi alimentada não pelo poder de superexploração exercido pelos senhores feudais, mas pelas deficiências de sua capacidade de praticar a extorsão de seus camponeses: embora o Estado inglês, singularmente centralizado e unitário, garantisse a posição e a propriedade dos latifundiários ingleses, quando seus poderes feudais revelavam-se insuficientes, essas mesmas condições — que implicavam uma separação incomumente clara entre o Estado e a sociedade civil, ou entre as esferas política e econômica — privavam-no de poderes coercitivos extra-econômicos de extorsão do excedente e o tornavam cada vez mais dependente de meios de exploração puramente econômicos.

Houve diversas críticas a Brenner e, sem dúvida, algumas das discordâncias localizadas quanto a aspectos históricos específicos são pertinentes. Mas, permitam-me apenas fazer um breve esboço de algumas das críticas mais gerais que têm implicações para as questões maiores no debate sobre a transição.

A crítica de Brenner às explicações anteriores foi que, acima de tudo, elas consideravam como dados precisamente os traços do capitalismo que precisavam de explicação, invocando circularmente algum tipo de capitalismo preexistente para explicar o *surgimento* do capitalismo. As críticas formuladas contra ele em *O debate sobre Brenner* tenderam a repetir esse erro, não propriamente defendendo, mas simplesmente reproduzindo os pressupostos que ele havia contestado. Seus críticos, que incluíram historiadores demográficos e alguns marxistas, puseram-se contra ele a partir de uma visão que presumia os próprios aspectos do capitalismo que ele havia procurado explicar.

Assim, por exemplo, o decano dos historiadores demográficos, Le Roy Ladurie, atacou Brenner por fundir fatores econômicos e políticos, ao falar das classes “que extorquiam o excedente” e das classes “dominantes” como se elas fossem uma só. De modo similar, um historiador marxista, Guy Bois, discordou do “voluntarismo” do “marxismo político” de Brenner, que, segundo afirmou, havia desprezado por completo os fatores econômicos. Esta última descrição

da tese de Brenner parece ter sido reforçada na introdução do livro de R.H. Hilton, que (numa discordância diplomática e mais ou menos velada de Brenner) apresentou a divergência entre as variedades de marxismo representadas por Bois e Brenner, respectivamente, como ligada ao peso relativo dado às *forças* de produção, em contraste com as *relações* de produção, a “*todo o modo de produção*”, em contraste apenas com o conflito de classes, e aos fatores econômicos, em contraste com os simples fatores políticos. Hilton, apesar de sua tremenda contribuição para a história da luta de classes, pareceu insinuar que Brenner se inclinara demais para a via politicista.

As críticas feitas por Bois e Le Roy Ladurie foram substancialmente desprovidas de pertinência, pois ambos criticaram Brenner de uma perspectiva que presumia a separação entre o político e o econômico, que é específica do capitalismo. Toda a argumentação de Brenner pautou-se na importante observação, originalmente proposta por Marx, de que as sociedades pré-capitalistas caracterizavam-se por formas extra-econômicas de extorsão do excedente, instauradas por meio do poder político, jurídico e militar, ou pelo que Brenner hoje denomina de “propriedade politicamente constituída”. Nesses casos, os produtores diretos — em especial os camponeses, que permaneciam de posse dos meios de produção — eram obrigados pela força superior de seus senhores a abrir mão de parte de seu trabalho excedente, sob a forma de aluguéis ou impostos. No caso do feudalismo europeu, em particular, o domínio senhorial feudal (como vimos na discussão sobre Anderson) representava uma união dos poderes político e econômico. Isso contrasta acentuadamente com o capitalismo, no qual a extorsão do excedente é puramente econômica, conseguida por meio da troca de mercadorias, posto que os trabalhadores sem propriedade, reagindo a coerções puramente econômicas, vendem sua força de trabalho por um salário, a fim de obterem acesso aos meios de produção. Seguindo essa percepção até sua conclusão lógica, Brenner não estava, como reclamou Le Roy Ladurie, nem amalgamando simplisticamente os fatores econômicos e políticos, nem tampouco, como afirmou Bois, “privilegiando” os fatores políticos no cotejo com os econômicos, em sua explicação da transição do feudalismo para o capitalismo. Ao

contrário, estava explorando as conseqüências da fusão do econômico com o político, a união das classes “que extorquiam o excedente” com as classes dominantes, que era precisamente um aspecto constitutivo do modo de produção feudal.

Tampouco se tratou de desprezar as forças técnicas de produção. Brenner simplesmente pautou-se na diferença fundamental entre o modo de apropriação capitalista, que depende do aumento da produtividade do trabalho, por causa dos imperativos da competição e da maximização do lucro — e que, portanto, incentiva o aperfeiçoamento das forças produtivas —, e os modos de apropriação pré-capitalistas. Esses modos anteriores não eram movidos pela mesma necessidade de aumentar a produtividade do trabalho, porque a apropriação do excedente pelas classes dominantes não dependia do aumento da produtividade dos produtores diretos, mas do fortalecimento do poder coercitivo do apropriador para arrancar mais trabalho excedente dos produtores. As perguntas principais de Brenner, portanto, foram: de que modo as antigas formas de “propriedade politicamente constituída” foram substituídas, na Inglaterra, por uma forma puramente econômica, e como foi que isso acionou um padrão característico de crescimento econômico auto-sustentado?

Desde *O debate sobre Brenner*, outras críticas vieram à tona. Primeiro, há uma crítica generalizada à própria idéia de que as relações agrárias inglesas tenham sido suficientemente distintas — no século XVII, ou mesmo no século XVIII — para que seja lícito chamá-las de capitalismo agrário. Há dois tipos de argumentos diferentes contra a idéia do capitalismo agrário. Uma objeção concerne a saber se o crescimento econômico inglês foi realmente distintivo, se a agricultura inglesa, em particular, mesmo no século XVIII, foi singular, especialmente em seu impulso de aumentar a produtividade. Por que, por exemplo, como indagaram alguns críticos, a produtividade agrícola francesa do século XVIII foi aproximadamente equivalente à da agricultura inglesa?⁷ A segunda objeção refere-se ao trabalho assalariado: visto que o capitalismo se define, acima de tudo, pela exploração da mão-de-obra assalariada, alguns críticos questionam se porventura não seria decisivo contra o con-

ceito de capitalismo agrário — ou, pelo menos, contra sua existência no século XVII — o argumento de que a Inglaterra ainda não era, nessa época, uma sociedade predominantemente assalariada, e de que os assalariados permanentes e regulares ainda eram realmente minoria.³ E que dizer dos processos de expropriação e proletarização, da diferenciação do campesinato inglês entre fazendeiros prósperos, de um lado, e uma classe não proprietária, de outro? Não pertencem esses processos à pré-história do capitalismo?

Essas objeções são reveladoras, mas talvez revelem mais sobre os críticos do que sobre Brenner ou o conceito de capitalismo agrário. A primeira objeção — sobre a produtividade agrícola na França — não tem pertinência. Constata-se que o que esses críticos querem dizer é que a produção agrícola francesa no século XVIII era aproximadamente equivalente à agricultura inglesa em sua *produção total*. Mas considere-se que, na Inglaterra, precisava-se de uma população rural muito menor e de um número muito menor de pessoas trabalhando na agricultura do que na França para gerar essa produção. Isso significa que, longe de questionar a singularidade das relações de propriedade e do capitalismo agrário ingleses, a chamada equivalência entre a produtividade francesa e a inglesa — mais vale chamá-las de *produção* — na verdade a confirma. Essas mesmas condições singulares criaram uma força de trabalho não agrícola potencial e um mercado potencial de massa para bens de consumo baratos, como alimentos e produtos têxteis, os quais foram condições necessárias para o desenvolvimento do capitalismo *industrial*.

Assim, de que modo a tese de Brenner é afetada pela outra questão, referente à extensão do trabalho assalariado? Nesse caso, o problema não é apenas empírico. Podemos concordar em que a extensão do trabalho assalariado era limitada nos primórdios da Inglaterra moderna, especialmente o trabalho assalariado regular e permanente — em contraste com o ocasional ou sazonal. E podemos concordar em que o processo de expropriação e proletarização foi, por definição, absolutamente central na história do capitalismo. Entretanto, também nesse caso foge-se da questão e, mais uma vez, Brenner se dispõe a explicar o que os outros presumiram como certo.

Brenner não presume que uma divisão preexistente entre camponeses ricos e pobres, como a que existiu noutras épocas e lugares, levaria inevitavelmente à polarização em fazendeiros ricos e lavradores não proprietários. Por exemplo, tanto a Inglaterra quanto a França, no final do século XV, tinham um campesinato médio com propriedades relativamente grandes. (Poderíamos acrescentar que, mesmo no século XVI, a produtividade agrícola nos dois casos também ainda não era claramente diferente.) No entanto, desde esse ponto de partida comum, elas se bifurcaram em direções históricas substancialmente diferentes: os franceses rumando para uma crescente fragmentação dos domínios dos camponeses, os ingleses para a tríade agrária formada por grandes proprietários, arrendatários capitalistas e trabalhadores assalariados; os ingleses rumando para o melhoramento agrícola, os franceses para a estagnação agrícola.

Brenner foi acusado de negligenciar o papel dos pequenos e médios fazendeiros na ascensão do capitalismo e de escrever uma história do capitalismo “de cima para baixo”.⁴ Em sua tese, no entanto, não é a ação dos grandes proprietários nem a dos médios fazendeiros, nem tampouco, a rigor, a de nenhuma outra classe isolada, que explica a ascensão do capitalismo. Trata-se, antes, de um sistema particular de *relações* de classe, no qual os participantes agiam para se reproduzir *tais como eram*, acarretando a consequência não intencional de disparar um processo de desenvolvimento que deu origem ao capitalismo.

Decerto é verdade, como afirmaram alguns historiadores marxistas, que o desenvolvimento do capitalismo inglês precisou do desenvolvimento de fazendeiros “médios” bastante prósperos, e que os produtores rurais mercantis desempenharam um papel preponderante na história do capitalismo. Outra coisa, porém, é sugerir que, depois de os pequenos produtores mercantis se livrarem dos grilhões feudais que os impediam de evoluir para a condição de produção-de-obra assalariada, o advento do capitalismo ficou mais ou menos assegurado. É nisso que Brenner se afasta de seus predecessores. O primeiro aspecto que vem à mente de imediato é que existiram camponeses mais ricos em muitas épocas e muitos lugares — sem que se tornassem capitalistas. Portanto, cabe perguntar por que

os camponeses mais ricos da Inglaterra começaram a se comportar de maneiras substancialmente diferentes das de qualquer outro camponês próspero em toda a história escrita, por que os fazendeiros ingleses não se assemelharam aos *kulaks* russos ou, a rigor, aos grandes arrendatários rurais da França na mesma época. Essa diferença e as razões dela foram precisamente o que Brenner procurou explicar.

Brenner não pressupõe que a classe dominante inglesa poderia simplesmente ter expropriado os pequenos fazendeiros pela força bruta, nem que o teria feito, mesmo que pudesse, na ausência das condições econômicas sumamente específicas que tornaram a desapropriação dos pequenos produtores não apenas possível, mas lucrativa. A explicação de Brenner sobre a diferenciação do campesinato inglês (a “ascensão do pequeno produtor mercantil”), que acabou levando à polarização entre fazendeiros capitalistas e trabalhadores não proprietários, relaciona-se também com a nova lógica econômica que submeteu os fazendeiros ingleses aos imperativos da competição, em uma escala e de maneiras sem precedentes. Essa lógica foi imposta aos fazendeiros, quer eles empregassem ou não trabalho assalariado. Aplicou-se até mesmo nos casos em que o arrendatário, por si mesmo ou com sua família, era o produtor direto.

Este é um aspecto particularmente importante: Brenner deixa claro que os produtores diretos podiam ser privados do acesso não mercadológico aos meios de sua auto-reprodução, mesmo quando permaneciam de posse dos meios de produção, e que essa situação os sujeitou às exigências do mercado. Para reiterar o contraste indispensável que vimos traçando aqui, os camponeses de outros lugares e épocas valeram-se das *oportunidades* do mercado, mas os fazendeiros ingleses distinguiram-se por seu grau de sujeição aos *imperativos* do mercado.

Brenner dispôs-se a explicar como e por que isso se deu; como os produtores foram privados do acesso não-mercadológico aos meios de sua auto-reprodução e até à própria terra; como as formas senhoriais de exploração foram transformadas, passando da extorsão extra-econômica do excedente para a apropriação de rendas capitalistas; como os latifundiários e os arrendatários foram obrigados e ha-

bilitados a agir em resposta aos imperativos da competição; como as novas formas de apropriação criaram novas compulsões; e como essas compulsões condicionaram a diferenciação — e, em grande medida, a desapropriação — do campesinato. Isso aconteceu tanto pelas pressões puramente econômicas da competição quanto pela coerção mais direta, por parte de grandes proprietários que tinham um novo tipo de interesse econômico em posses amplas e concentradas. O proletariado de massa foi o *fim* e não o começo desse processo. Não é demais ressaltar o quanto, para Brenner, a dependência dos agentes econômicos em relação ao mercado foi uma *causa* e não um resultado da proletarianização.

O ponto forte da tese de Brenner é que ela enfatiza a especificidade do processo histórico que deu vida ao capitalismo, com sua nova lógica econômica historicamente específica, em um esforço convincente de explicar como ele surgiu. Muitos historiadores afirmaram estar explicando a transição do feudalismo para o capitalismo. Mas, sob suas diversas formas, a maioria das tentativas de explicar esse processo de transição tende a generalizar leis de movimento que são específicas do capitalismo e a transformá-las em princípios universais do movimento histórico. Mesmo quando tais tentativas reconhecem a particularidade do capitalismo como forma histórica específica, o surgimento dessa forma histórica ocorre por meio de processos essencialmente capitalistas. Brenner é um dos pouquíssimos autores que realmente discorrem sobre um *processo* de transição, sobre a transformação de um tipo de sociedade em outro, de um conjunto de normas de reprodução em outro, e até de uma dinâmica histórica em outra.

Brenner e a “revolução burguesa”

Uma última crítica a Brenner é especialmente reveladora. Alguns anos depois do debate original em torno de suas teses, Brenner publicou *Merchants and Revolution* (1993), um grande estudo dos primórdios da Inglaterra moderna que levou em conta o papel dos comerciantes na Revolução Inglesa. Diversos críticos agarraram-se prontamente ao fato de Brenner ter atribuído um importante papel

revolucionário aos comerciantes. Depois de haver insistido em que o capitalismo tinha nascido no campo, disseram eles, Brenner tivera que reconhecer a burguesia e a revolução burguesa, afinal.

Entre os mais destacados expoentes dessa visão estava Perry Anderson. Havia, afirmou ele numa resenha do livro, um “profundo paradoxo” no trabalho de Brenner, uma contradição fundamental entre sua tese original sobre a origem do capitalismo e seu trabalho posterior sobre os comerciantes:

Lá estavam, enfim, os burgueses revolucionários. A espécie que fora declarada uma ficção na França era *bel et bien* uma realidade na Inglaterra, cem anos antes da Convenção. Há uma bela ironia em que tenha sido a comprovação histórica maciça, contrariando — e não corroborando — uma convicção teórica, que levou um estudioso marxista a essa conclusão. O detrator da importância do capital mercantil como princípio foi o primeiro a estabelecer, com detalhes convincentes, seu papel de demiurgo na prática.⁵

Brenner, convém dizer antes de mais nada, não admitiu nada que se assemelhe a isso. Mas, para compreender a importância de sua argumentação, precisamos situá-la no contexto de suas idéias sobre a “revolução burguesa”. Não há dúvida de que ele lançou um desafio à historiografia marxista convencional nesse aspecto, ao fazer uma vigorosa sugestão de que a concepção de revolução burguesa dessa historiografia tinha muita coisa em comum com o modelo mercantil.

A concepção tradicional da revolução burguesa, sustentou ele, pertence a uma fase do trabalho de Marx que ainda decorria maciçamente do materialismo mecanicista do Iluminismo do século XVIII, e contrasta nitidamente com a crítica madura que Marx fez à economia política.⁶ Na teoria inicial, as forças produtivas desenvolvem-se quase naturalmente através da divisão do trabalho, que, por sua vez, evolui em resposta aos mercados em expansão, de sorte que a existência do capitalismo é invocada para explicar seu surgimento. A concepção tradicional da revolução burguesa como explicação da transição para o capitalismo é, portanto, intrinsecamente contradi-

tória e prejudicial a si mesma, uma vez que, por seus próprios pressupostos, “torna a revolução duplamente desnecessária”;

Primeiro, não há realmente uma *transição* a ser feita: visto que o modelo parte da sociedade burguesa das cidades, prevê sua evolução através de mecanismos burgueses e faz o feudalismo transcender a si mesmo em consequência de sua exposição ao comércio, o problema de como um tipo de sociedade se transformou no outro é simplesmente presumido e nunca enunciado. Segundo, já que a sociedade burguesa se desenvolve sozinha e dissolve o feudalismo, dificilmente a revolução burguesa poderia reivindicar um papel necessário.⁷

Depois de afirmar que a tese da revolução burguesa, como o antigo modelo mercantil, presumia justamente aquilo que precisava ser explicado, ao atribuir à burguesia uma racionalidade capitalista que só precisava ser libertada do jugo do feudalismo, Brenner abriu caminho para uma reavaliação completa da burguesia e de seu papel na ascensão do capitalismo. São esses os antecedentes de sua descrição dos comerciantes londrinos e, especialmente, do longo pós-escrito do livro. A acusação de que ele solapou sua própria tese original simplesmente reproduz a lógica circular e paralogística que essa tese se destinou a corrigir.

Em parte alguma isso encontra melhor ilustração do que no “profundo paradoxo” apontado por Perry Anderson. Sua crítica, podemos argumentar, incorre exatamente no mesmo paralogismo do antigo modelo mercantil e nos chama a atenção para uma consequência importantíssima desse modelo: a tendência permanente a fazer de “burguês” um sinônimo de “capitalista”.

Podemos ter profunda convicção de que, digamos, a Revolução Francesa foi inteiramente burguesa, muito mais do que a inglesa, aliás, sem por isso chegarmos um milímetro mais perto de determinar se ela também foi capitalista. Desde que aceitemos que não há uma identificação necessária entre burguês (ou habitante dos burgos, ou cidade) e capitalista, o burguês revolucionário pode ficar longe de ser uma ficção, mesmo — ou especialmente — na França, onde o revolucionário burguês modelo não era capitalista nem tampouco comerciante à moda antiga, mas advogado ou funcionário

público. Ao mesmo tempo, se o burguês revolucionário da Inglaterra *esteve* inexoravelmente ligado ao capitalismo, foi precisamente porque já se haviam estabelecido relações sociais capitalistas de propriedade no interior do país.

Existe, é claro, muita coisa que Brenner não faz. Um aspecto de particular importância que exige investigação é que, embora o modelo mercantil possa apresentar falhas fatais, isso não altera o fato de que o capitalismo surgiu numa rede de comércio internacional e não poderia ter despontado sem ela. Portanto, ainda resta muito a dizer sobre como a inserção particular da Inglaterra no sistema internacional de comércio determinou o desenvolvimento do capitalismo inglês. Pode-se argumentar que a Inglaterra transformou a natureza do comércio, ao criar um mercado nacional característico — a rigor, o primeiro mercado nacional (centrado em Londres) e, talvez, o primeiro mercado realmente competitivo. Ainda resta muito a aprender sobre a maneira como isso afetou a natureza do comércio internacional.

Outra grande questão é o sistema estatal europeu e sua contribuição para o desenvolvimento do capitalismo inglês. Juntos, o sistema de comércio e o sistema estatal funcionaram como o conduto pelo qual a Inglaterra acabou conseguindo transmitir suas pressões competitivas para outros Estados e economias, de modo que nações *não* capitalistas puderam tornar-se motores do desenvolvimento capitalista, em resposta a essas pressões externas.⁸ Ainda mal começamos a investigar os mecanismos pelos quais o capitalismo impôs seus imperativos a outros países europeus e, eventualmente, ao mundo inteiro. Isso também desempenharia importante papel na explicação de como o capitalismo transformou as formas tradicionais de colonialismo numa nova forma capitalista de imperialismo. Entre outras coisas, a explicação sistemática dessas questões históricas poderia ser de grande ajuda para lidarmos com o chamado processo de globalização atual.

E.P. Thompson

A tese de Brenner, ao mostrar como os produtores diretos ficaram sujeitos aos imperativos do mercado, ainda que não explique o papel

das cidades e mercados no desenvolvimento do capitalismo, explica o contexto em que a própria natureza do comércio e dos mercados foi transformada, adquirindo um papel econômico inteiramente novo e uma nova lógica sistêmica. Isso aconteceu muito antes da industrialização e foi uma precondição dela. Os imperativos de mercado, em outras palavras, impuseram-se aos produtores diretos antes da proletarianização em massa da força de trabalho. Foram um fator decisivo na criação de um proletariado de massa, já que as forças de mercado, respaldadas pela coerção direta, sob a forma da intervenção política e jurídica, criaram uma maioria não proprietária.

O modo como se estabeleceram os imperativos do mercado, no período que conduziu à industrialização, foi descrito de maneira sumamente vívida por E.P. Thompson. Em sua obra, o desenvolvimento do capitalismo ganha vida não apenas como um processo de proletarianização, particularmente em seu clássico *A formação da classe trabalhadora inglesa* (1963), mas também como um confronto vivo entre os princípios do mercado e as práticas e valores alternativos. A implantação da “sociedade de mercado” surge como uma confrontação entre as classes, entre aqueles cujos interesses expressavam-se na nova economia política do mercado e aqueles que a contestavam, colocando o direito à subsistência acima dos imperativos do lucro.

Na parte central de *A formação da classe trabalhadora inglesa*, intitulada “Exploração”, Thompson resume o que são, para ele, os momentos axiais do surgimento do capitalismo industrial. Dois aspectos correlatos destacam-se em sua análise. O primeiro é a época do impulso transformador, a formação de uma nova classe trabalhadora. Thompson situa a experiência transformadora da classe trabalhadora inglesa, o processo em que foram forjados um novo proletariado e uma nova cultura da classe trabalhadora, no período de 1790-1832. Sua análise, portanto, termina muito antes de a transformação industrial da produção estar concluída, ou sequer muito avançada. O segundo aspecto, correlato a esse, é que ele discerne uma transformação no que parece ser uma continuidade fundamental: até os trabalhadores que, à primeira vista, mal parecem diferir de seus predecessores artesanais, e cuja cultura de oposição ainda tem raízes profundas nas antigas tradições pré-industriais populares e

radicais, são, para Thompson, uma “nova raça de seres”, um novo tipo de proletariado.

Alguns críticos marxistas de Thompson interpretaram esses traços marcantes como uma prova da preocupação desse autor com os fatores culturais “subjetivos”, em detrimento das mudanças “objetivas” no modo de produção em si, particularmente os efeitos transformadores da mudança tecnológica na organização da produção e na natureza da força de trabalho.⁹ Contudo, também nesse caso, os críticos marxistas talvez estejam fazendo concessões em demasia às versões históricas padronizadas do desenvolvimento capitalista. Entre historiadores de diversas convicções ideológicas, tem havido uma tendência a atribuir as causas da “Revolução Industrial” — quando chegam a aceitar a idéia de uma revolução industrial — a inovações ou avanços técnicos no comércio e nas relações de mercado. Thompson, em contraste, assim como Brenner depois dele, faz algo muito mais sutil e complexo — seguindo, como podemos argumentar, os princípios (ainda que nem sempre a prática) do próprio Marx. Apesar de todas as muitas diferenças de estilo e temática entre Brenner e Thompson, é possível imaginar uma explicação da industrialização pautada na contestação brenneriana das idéias convencionais sobre o desenvolvimento capitalista, que teria muito mais em comum com a versão histórica de Thompson do que com qualquer outra.

Brenner, como os leitores estarão lembrados, procurou explicar o surgimento de novas “regras de reprodução”. Mostrou que a dinâmica do crescimento auto-sustentado e a necessidade constante de aumento da produtividade do trabalho pressupuseram transformações das relações de propriedade que criaram a necessidade desse aumento, simplesmente para permitir que os principais agentes econômicos — os grandes proprietários e os camponeses — se reproduzissem. As diferenças entre a Inglaterra e a França, por exemplo, tiveram pouco a ver, em primeiro lugar, com quaisquer diferenças em suas respectivas capacidades tecnológicas. Esses países se distinguiram pela natureza das relações entre latifundiários e camponeses: um caso exigiu um aumento da produtividade do trabalho, o outro,

não. O impulso sistemático de revolucionar as forças de produção foi mais resultado do que causa.

A explicação thompsoniana da industrialização fundamenta-se na mesma percepção. Seu propósito é investigar as conseqüências dos modos de exploração especificamente capitalistas. Entre essas conseqüências, no período de transição para o capitalismo industrial, estiveram a intensificação da mão-de-obra e da disciplina do trabalho. O que criou o impulso de intensificar a exploração não foi o surgimento das máquinas a vapor ou do sistema fabril, mas a necessidade intrínseca das relações de propriedade capitalistas de aumentar a produtividade e o lucro. Esses imperativos capitalistas impuseram-se tanto às formas tradicionais de trabalho quanto a suas novas formas, tanto aos artesãos ainda engajados na produção pré-industrial quanto aos operários das fábricas. “O trabalho braçal suado, em larga escala”, afirmou Thompson, “foi tão inerente a essa revolução quanto a produção fabril e as máquinas a vapor.”¹⁰ A experiência comum dos imperativos capitalistas e da exploração capitalista foi o que permitiu a diversos tipos de trabalhadores unirem-se em organizações de classe e criarem um novo tipo de cultura da classe trabalhadora. Sem dúvida, esses imperativos estavam fadados a transformar a organização da produção e a natureza da classe trabalhadora, mas o sistema fabril foi mais resultado do que causa.

Nesse ponto, Thompson adota a distinção estabelecida por Marx entre a subordinação “formal” e a subordinação “real” do trabalho pelo capital. No primeiro caso, o capital apropriou-se do trabalho excedente de trabalhadores ainda comprometidos com as formas tradicionais de produção. Essa forma de exploração foi movida por imperativos capitalistas, os imperativos da competição e da acumulação, mas, a princípio, esses imperativos não transformaram o processo técnico de produção. Talvez prefiramos dizer que o capitalismo só atingiu a maturidade depois que o capital transformou especificamente o próprio processo de trabalho para atender às necessidades do capital — isto é, depois que o capitalismo assumiu sua forma industrial. Ainda assim, entretanto, podemos reconhecer que o capitalismo industrial foi resultado e não causa das leis de movimento capitalistas.

Portanto, a resposta para aqueles que, como Perry Anderson, indagaram-se por que Thompson, depois de *A formação da classe trabalhadora inglesa*, recuou para o século XVIII — em vez de ir para diante, para além da década de 1830, a fim de dar uma explicação mais completa da industrialização — é que ele estava tentando explicar a criação do capitalismo como forma social, e não um processo técnico neutro chamado industrialização. Thompson estava particularmente interessado no século XVIII, como o momento em que a transformação capitalista das relações de propriedade vinha se consolidando e se desdobrando na articulação de uma nova ideologia capitalista, mais consciente e explícita do que em qualquer época anterior. Esse foi também o momento em que os novos princípios econômicos ainda não haviam assumido plena forma como uma ideologia hegemônica — a economia política do mercado — que logo se infiltraria até em parte da oposição mais radical ao capitalismo.

Thompson sugeriu que, na Inglaterra setecentista, o mercado foi, na verdade, o principal campo de batalha. E o foi por razões muito específicas desse momento transitório da história inglesa. Por um lado, tratou-se de um momento de mão-de-obra livre, não sujeita a formas de dominação extra-econômicas pré-capitalistas, e ainda não sujeita, em geral, às novas disciplinas da fábrica, de modo que, por um breve período, as pessoas continuaram a controlar “suas relações e modalidades de trabalho imediatas”. Por outro lado, “elas detinham pouquíssimo controle do mercado para seus produtos ou dos preços da matéria-prima ou dos alimentos”. Por essa razão os protestos sociais eram freqüentemente dirigidos contra o mercado. As pessoas — amiúde as mulheres — opunham-se não apenas ao que encaravam como preços injustos, mas como práticas de mercado ilegítimas e imorais: práticas destinadas a aumentar os lucros, as quais, do ponto de vista da sociedade de mercado e da racionalidade capitalista, parecem perfeitamente normais hoje em dia, mas que violavam algumas expectativas costumeiras sobre os direitos de acesso aos meios de subsistência.¹¹

Em alguns desses protestos, podemos ver também a oposição a uma transformação do mercado que o estava fazendo passar de instituição visível e mais ou menos transparente para uma “mão invisí-

vel”. O mercado com que as pessoas estavam mais familiarizadas era um lugar físico, onde elas punham em oferta mercadorias a serem compradas por outras pessoas, de acordo com princípios que, até certo ponto, eram regidos pelos costumes, pela regulação comunitária e pelas expectativas referentes ao direito à subsistência. Nesse momento, ele estava se transformando em um mecanismo que escapava ao controle comunal, à medida que a transparência das transações de mercado ia sendo superada pelos mistérios de um mercado “auto-regulado”, do mecanismo de preços e da subordinação de todos os valores comunitários aos imperativos do lucro.

Thompson também mostra como a nova ideologia da economia política, que incluía as novas concepções de propriedade e a ética do lucro, foi cada vez mais imposta pela repressão estatal. Os tribunais punham o direito de o proprietário lucrar com o aumento da produtividade acima dos outros tipos de direito, tais como o direito consuetudinário de uso de que os não proprietários haviam desfrutado durante muito tempo, ou o direito à subsistência. E as autoridades públicas reagiam com mais violência, especialmente na esteira da Revolução Francesa, aos protestos contra os preços injustos e as práticas de mercado. A coerção do estado, em outras palavras, foi necessária para impor a coerção do mercado.

Resumindo

Até aqui, a tese deste livro tem sido que o principal problema das versões históricas mais padronizadas do capitalismo começam — ou terminam — em conceitos que obscurecem a especificidade do capitalismo. Precisamos de uma forma de história que dê nítido relevo a essa especificidade, que reconheça a diferença entre a auferição comercial do lucro e a acumulação capitalista, entre o mercado como oportunidade e o mercado como imperativo, e entre os processos transitórios de desenvolvimento tecnológico e o impulso capitalista específico para aumentar a produtividade do trabalho. Precisamos fazer essas especificidades do capitalismo remontarem a suas raízes nas formas de propriedade e nas relações de classes. Sem dúvida, a maior parte dos marxistas diria estar fazendo todas essas coisas,

ou a maioria delas, mas procurei demonstrar que, com pouquíssimas exceções, suas versões da história não procedem coerentemente com base nisso, e a consequência é que a especificidade do capitalismo continua mascarada.

Vale a pena acrescentar que os pressupostos do antigo modelo mercantil, com seu caráter paralogístico, podem aparecer nos lugares mais improváveis. Por exemplo, os críticos que acusam os historiadores — e, com frequência, os marxistas ocidentais, em particular — de serem “eurocêntricos” podem, paradoxalmente, estar reproduzindo o próprio pressuposto que faz do modelo mercantil o mais eurocêntrico de todos. Esse modelo, ademais, baseou-se na premissa de que a Europa merece crédito por haver derrubado as barreiras ao desenvolvimento natural do capitalismo, permitindo-lhe desenvolver-se até sua maturidade, a partir de suas origens na sociedade urbana e no comércio. Pelo menos algumas teses antieurocênticas agem contestando a primazia européia dessa realização. Mas é difícil perceber a vantagem de afirmar que algumas sociedades não-européias, com civilizações urbanas e sistemas de comércio mais altamente desenvolvidos, tinham avançado mais na trajetória do desenvolvimento capitalista do que é admitido pelas versões eurocêntricas do modelo. Essa parece ser uma contestação peculiarmente ineficaz do antigo modelo e de sua forma de conferir ao capitalismo um caráter natural, aceitando a própria premissa básica desse modelo. Mais particularmente, esses argumentos tendem a reforçar a visão profundamente eurocêntrica de que a ausência do capitalismo é, de algum modo, uma falha histórica (linha de pensamento que é especialmente contraproducente para os *críticos* do capitalismo).

Uma crítica antieurocêntrica mais provocadora diz respeito ao desprezo, por parte de muitos historiadores ocidentais, do papel desempenhado pelo imperialismo europeu no desenvolvimento do capitalismo. Mas esse argumento só pode ser realmente eficaz se levar em conta as condições muito específicas em que as formas tradicionais de colonialismo foram transformadas em imperialismo capitalista. E isso significa reconhecer as condições muito específicas em que, em primeiro lugar, as relações sociais de propriedade assumiram uma forma capitalista.

À primeira vista, muita coisa aconteceu no saber histórico desde que surgiu o modelo mercantil. Algumas das *convenções* mais solidamente estabelecidas da historiografia ocidental foram contestadas e, aparentemente, subvertidas em suas bases — não apenas pelos marxistas, mas por um ou outro tipo de historiador “revisionista”, pós-modernista e outros iconoclastas. No entanto, uma medida de quão profundamente arraigadas são as antigas explicações paralogísticas do capitalismo é o fato de elas ainda continuarem presentes nos estudos mais correntes — por exemplo, nas atuais concepções da modernidade e da pós-modernidade — e em nossa linguagem cotidiana convencional, que continua a identificar *capitalista* com *burguês* e a identificar ambos com a *modernidade*.

PARTE II

A origem do capitalismo

Capítulo 4

A origem agrária do capitalismo

A emergência do capitalismo certamente pressupôs o feudalismo ocidental, para não falar do desenvolvimento de algumas formas de propriedade da Antigüidade greco-romana.¹ Mas, uma coisa é dizer que o feudalismo europeu foi uma condição *necessária* do surgimento do capitalismo (o que, aliás, outros fatores também foram, como a existência de uma rede de comércio que incluía um mundo muito além da Europa Ocidental), e outra bem diversa é dizer que ele foi *suficiente*. O feudalismo na Europa, mesmo na Europa Ocidental, era internamente variado e produziu diversos resultados diferentes, apenas um dos quais foi o capitalismo. Não se trata apenas de índices diferentes de “desenvolvimento conjunto e desigual”, ou mesmo de fases transitórias diferentes. As cidades-estados autônomas que emergiram na Itália renascentista, por exemplo, ou o Estado absolutista na França, foram formações distintas, cada qual com sua lógica interna de funcionamento, que não precisariam ter dado origem ao capitalismo. Nos casos em que elas desembocaram no capitalismo, isso se deu somente ao entrarem na órbita de um sistema capitalista já existente e das pressões competitivas que ele conseguiu impor a seus rivais políticos, militares ou comerciais. Depois desse momento, nenhuma entrada na economia capitalista pôde ser igual às anteriores, já que todas ficaram sujeitas a um sistema capitalista maior e cada vez mais internacional.²

A tendência a presumir que o capitalismo foi um produto inevitável do feudalismo europeu, ainda que antagônico a ele, enraíza-se, como vimos, na convicção de que as cidades autônomas que cresceram nos interstícios das “soberanias fracionadas” do feudalismo fo-

ram não apenas o inimigo natural que viria a destruir o sistema feudal, mas a semente dentro dele que daria vida ao capitalismo. Desligarmo-nos dessa pressuposição implica, em primeiro lugar, separarmos *capitalista de burguês* e *capitalismo de cidade*.

Capitalismo agrário

A associação do capitalismo com as cidades é uma das convenções mais firmemente estabelecidas na cultura ocidental. Supõe-se que o capitalismo tenha nascido e se criado na cidade. Mais do que isso, entretanto, a implicação é que *qualquer* cidade — com suas práticas características de intercâmbio e comércio — era, por sua própria natureza, capitalista desde sempre, e que somente obstáculos externos impediram que *qualquer* civilização urbana desse origem ao capitalismo. Só a religião errada, o tipo errado de Estado ou outros grilhões ideológicos, políticos ou culturais, que atavam as mãos das classes urbanas, é que impediram o capitalismo de emergir em todo e qualquer lugar, desde tempos imemoriais — ou, pelo menos, desde que a tecnologia permitiu a produção de excedentes suficientes.

Segundo essa visão, o que explica o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente é a autonomia singular de suas cidades e de sua classe quintessencial — os burgueses. Em outras palavras, o capitalismo surgiu no Ocidente menos pelo que estava presente do que pelo que estava ausente: o cerceamento das práticas econômicas urbanas. Nessas condições, foi preciso apenas que houvesse uma expansão mais ou menos natural do comércio para desencadear o desenvolvimento do capitalismo até sua plena maturidade. Só se precisou de um crescimento quantitativo, que ocorreu, como seria quase inevitável, com o passar do tempo (em algumas versões, é claro, ajudado, mas não originalmente causado, pela “ética protestante”).

Há muitas coisas questionáveis nessas suposições sobre a ligação natural entre as cidades e o capitalismo, porém a que mais se destaca entre elas deve ser a tendência a dar ao capitalismo uma feição natural, a disfarçar sua singularidade como forma social historicamente específica, que teve um começo e tem potencialmente um fim. A tendência a identificá-lo com as cidades e o comércio urbano, como

vimos, costuma ser acompanhada por uma inclinação a fazê-lo parecer uma consequência mais ou menos automática de práticas tão antigas quanto a história humana, ou até consequência de uma inclinação “natural”, nas palavras de Adam Smith, a “comerciar, permutar e trocar”.

Talvez o corretivo mais salutar desses pressupostos e de suas implicações ideológicas seja o reconhecimento de que o capitalismo, com todos os seus impulsos sumamente específicos de acumulação e maximização do lucro, não nasceu na cidade, mas no campo, num lugar muito específico e em época muito recente da história humana. Não precisou de uma simples extensão ou expansão do escambo e da troca, mas de uma transformação completa das relações e práticas humanas mais fundamentais, de um rompimento com antiqüíssimos padrões de interação humana com a natureza.

Durante milênios, os seres humanos proveram suas necessidades materiais trabalhando a terra. E, provavelmente por quase tanto tempo quanto se dedicaram à agricultura, dividiram-se em classes, entre os que trabalhavam a terra e os que se apropriavam do trabalho alheio. Essa divisão entre apropriadores e produtores assumiu muitas formas, porém uma característica comum foi que, tipicamente, os produtores diretos eram camponeses. Esses camponeses produtores permaneciam de posse dos meios de produção, particularmente da terra. Como em todas as sociedades pré-capitalistas, esses produtores tinham acesso direto aos meios de sua reprodução. Significa que, quando seu trabalho excedente era apropriado por exploradores, isso era feito através do que Marx chamou de meios “extra-econômicos” — ou seja, através da coerção direta, exercida por grandes proprietários ou Estados que empregavam sua força superior, seu acesso privilegiado ao poder militar, jurídico e político.

Essa é, portanto, a diferença básica entre todas as sociedades pré-capitalistas e o capitalismo. Ela nada tem a ver com o fato de a produção ser urbana ou rural, e tem tudo a ver com as relações particulares de propriedade entre produtores e apropriadores, seja na indústria, seja na agricultura. Somente no capitalismo é que o modo de apropriação dominante baseia-se na desapropriação dos produtores diretos legalmente livres, cujo trabalho excedente é apropriado

por meios puramente “econômicos”. Como os produtores diretos, no capitalismo plenamente desenvolvido, são desprovidos de propriedade, e como seu único acesso aos meios de produção, aos requisitos de sua própria reprodução e até aos meios de seu próprio trabalho é a venda de sua capacidade de trabalho em troca de um salário, os capitalistas podem apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores sem uma coação direta.

Essa relação singular entre produtores e apropriadores é mediada, obviamente, pelo “mercado”. Houve vários tipos de mercado ao longo de toda a história escrita da humanidade, e sem dúvida antes dela, já que as pessoas trocam e vendem seus excedentes de muitas maneiras diferentes e para vários fins diferentes. No capitalismo, entretanto, o mercado tem uma função distintiva e sem precedentes. Praticamente tudo, numa sociedade capitalista, é mercadoria produzida para o mercado. E, o que é ainda mais fundamental, o capital e o trabalho são profundamente dependentes do mercado para obter as condições mais elementares de sua reprodução. Assim como os trabalhadores dependem do mercado para vender sua mão-de-obra como mercadoria, os capitalistas dependem dele para comprar a força de trabalho e os meios de produção, bem como para realizar seus lucros, vendendo os produtos ou serviços produzidos pelos trabalhadores. Essa dependência do mercado confere a este um papel sem precedentes nas sociedades capitalistas, não apenas como um simples mecanismo de troca ou distribuição, mas como o determinante e regulador principal da reprodução social. A emergência do mercado como determinante da reprodução social pressupõe sua penetração na produção da necessidade mais básica da vida: o alimento.

Esse sistema singular de dependência do mercado acarreta requisitos e compulsões sistêmicos específicos, que não são compartilhados por nenhum outro modo de produção: os imperativos da competição, da acumulação e da maximização do lucro. E esses imperativos, por sua vez, significam que o capitalismo pode e tem que se expandir constantemente, de maneiras e em graus que não se parecem com os de nenhuma outra forma social. Ele pode e tem que acumular constantemente, buscar constantemente novos mercados, impor constan-

temente seus imperativos a novos territórios e novas esferas da vida, a todos os seres humanos e ao meio ambiente natural.

Quando reconhecemos quão distintas são essas relações e processos sociais, quão diferentes são das formas sociais que dominaram a maior parte da história humana, torna-se claro que é preciso mais, para explicar o surgimento dessa forma social característica, do que o pressuposto paralogístico de que ela sempre existiu sob forma embrionária, precisando apenas ser libertada dos cerceamentos não naturais. A questão de sua origem pode ser assim formulada: dado que os produtores foram explorados pelos apropriadores durante milênios, de maneiras não capitalistas, antes do advento do capitalismo, e dado que os mercados também existiram “desde tempos imemoriais” e em quase toda parte, como foi que produtores e apropriadores, assim como as relações entre eles, passaram a ser tão dependentes do mercado?

Ora, é óbvio que os longos e complexos processos históricos que acabaram levando a essa situação de dependência do mercado poderiam ser indefinidamente recuados no tempo até suas origens. Mas podemos tornar a questão mais fácil de manejar, identificando a primeira época e lugar em que uma nova dinâmica social de dependência do mercado foi claramente discernível.

Mesmo depois do século XVII, a maior parte do mundo, inclusive a Europa, estava livre dos imperativos de mercado que aqui resumimos. Por certo existia um vasto sistema de comércio, que se estendia por todo o globo. Mas em parte alguma, nem nos grandes centros de comércio da Europa nem nas vastas redes comerciais do mundo islâmico ou da Ásia, a atividade econômica e a produção, em particular, eram guiadas pelos imperativos da competição e da acumulação. O princípio dominante do comércio, em toda parte, era “comprar barato e vender caro”.

O comércio internacional era, essencialmente, um comércio de transporte, no qual os mercadores compravam produtos num local para vendê-los com lucro em outro. Contudo, mesmo num único reino europeu poderoso e relativamente unificado, como a França, prevaleciam basicamente os mesmos princípios do comércio não-capitalista. Não havia um mercado único e unificado, um mercado em

que as pessoas auferissem lucros não por comprarem barato e venderem caro, não por transportarem mercadorias de um mercado para outro, mas por produzirem por um custo mais eficiente, em concorrência direta com outras pessoas no mesmo mercado.

O comércio ainda tendia a ser de mercadorias de luxo, ou, pelo menos, de mercadorias destinadas às famílias mais prósperas, ou que atendessem às necessidades e aos padrões de consumo das classes dominantes. Não havia um mercado de massa para produtos de consumo baratos e cotidianos. Tipicamente, os produtores camponeses produziam não apenas seus alimentos, mas outros produtos do cotidiano, como o vestuário. Podiam levar seu excedente para os mercados locais, onde a renda obtida era trocada por outras mercadorias. Os produtos agrícolas podiam até ser vendidos em mercados mais distantes. Mas, também nesse caso, os princípios do comércio eram basicamente idênticos aos dos produtos manufaturados.

Neste ponto, os leitores poderão recordar a esclarecedora argumentação de Karl Polanyi sobre o comércio antes do advento da “sociedade de mercado”, sobre seu caráter fundamentalmente não competitivo. Mas, permitam-me esclarecer alguns pontos que talvez não fiquem inteiramente claros na exposição de Polanyi. Tomemos o exemplo do comércio de longa distância, a forma particular de atividade econômica que definiu os grandes centros comerciais que, segundo todas as versões do modelo mercantil, teriam sido os precursores do capitalismo. Esse tipo de comércio assumia a forma de uma “arbitragem comercial entre mercados separados”.³ Comprar barato num mercado e vender caro em outro era o princípio operacional, e não a competição num único mercado integrado. Se havia competição, ela não assumia a forma de uma produção competitiva e eficiente em termos de custos. Certas condições essencialmente “extra-econômicas”, como a dominação dos mares e outras vias de transporte, ou instituições financeiras e instrumentos de arbitragem altamente desenvolvidos, eram a chave da vantagem comercial. Esse tipo de comércio, predominantemente de artigos de luxo para um mercado bastante restrito, não trazia em si mesmo o impulso de aumentar a produtividade. A vocação principal do grande mercador era a circulação, não a produção. Mesmo quando um grande centro

comercial, como Florença, desenvolvia uma produção interna, somada a seu papel de servir à atividade mercantil externa, a lógica básica das transações econômicas não era essencialmente diferente. Continuava a se tratar de uma produção restrita para um mercado suntuário e de uma reciclagem da riqueza, ou “lucro sobre a alienação”, no processo de circulação, e não na criação de valor na produção e de apropriação da mais-valia, à maneira capitalista.

Esses princípios não-capitalistas de comércio coexistiam com formas de exploração não-capitalistas. Por exemplo, na Europa Ocidental, mesmo nos lugares em que a servidão feudal havia de fato desaparecido, outras formas de exploração “extra-econômica” continuavam a prevalecer. Na França do século XVIII, por exemplo, onde os camponeses ainda constituíam a vasta maioria da população e continuavam a deter a posse da maior parte da terra, os cargos no Estado central serviam de recurso econômico para muitos membros das classes dominantes, como meio de extrair o trabalho excedente dos produtores camponeses sob a forma de impostos. Até os grandes proprietários que se apropriavam da renda da terra dependiam, tipicamente, de vários poderes e privilégios extra-econômicos para aumentar sua riqueza.

Portanto, os camponeses tinham acesso aos meios de produção, à terra, sem terem que oferecer sua força de trabalho no mercado como mercadoria. Os latifundiários e os detentores de cargos públicos, com a ajuda de vários poderes e privilégios “extra-econômicos”, extorquiam diretamente o trabalho excedente dos camponeses sob a forma de rendas ou impostos. Embora todo tipo de pessoas pudessem comprar e vender toda sorte de coisas no mercado, nem os proprietários camponeses que produziam, nem os latifundiários e os funcionários públicos que se apropriavam da produção alheia dependiam diretamente do mercado para conseguir as condições de sua auto-reprodução, e as relações entre eles não eram intermediadas pelo mercado.

Mas houve uma grande exceção a essa regra geral. A Inglaterra, no século XVI, vinha se desenvolvendo em direções inteiramente novas. Embora houvesse outros Estados monárquicos relativamente fortes na Europa, mais ou menos unificados numa monarquia,

como a Espanha e a França, nenhum era tão efetivamente unificado quanto a Inglaterra (e a ênfase aqui recai sobre a Inglaterra, e não sobre outras partes das Ilhas Britânicas). No século XI, quando a classe dominante normanda estabeleceu-se na ilha como uma entidade militar e política bastante coesa, a Inglaterra já ficou mais unificada do que a maioria dos países. No século XVI, ela avançou muito rumo à eliminação da fragmentação do Estado, da “soberania fracionada” herdada do feudalismo. Os poderes autônomos detidos pelos senhores, pelas assembléias municipais e por outras entidades corporativas de outras nações européias eram, na Inglaterra, cada vez mais concentrados no Estado central. Isso contrastava com outros países europeus nos quais, durante muito tempo, monarquias poderosas mantiveram-se num convívio incômodo com outros poderes militares, sistemas jurídicos fragmentados e privilégios corporativos pós-feudais cujos detentores insistiam em sua autonomia contra o poder centralizador do Estado.

A centralização política singular do Estado inglês tinha bases e corolários materiais. Já no século XVI, a Inglaterra dispunha de uma rede impressionante de estradas e transporte de água, que unificou a nação num grau incomum na época. Londres, que se tornou desproporcionalmente grande em relação a outras cidades inglesas e à população total do país (e, eventualmente, a maior cidade da Europa), também vinha se transformando no eixo de um mercado nacional em desenvolvimento.

A base material em que se fundamentava essa economia nacional emergente era a agricultura inglesa, que se singularizava de diversas maneiras. Primeiro, a classe dominante inglesa distinguia-se por dois aspectos correlatos.⁴ Por um lado, havendo-se desmilitarizado antes de qualquer outra aristocracia da Europa, ela fazia parte de um Estado cada vez mais centralizado, em aliança com uma monarquia centralizadora, sem a fragmentação da soberania que era característica do feudalismo e seus Estados sucessores. Embora o Estado servisse à classe dominante como instrumento da ordem e protetor da propriedade, a aristocracia não detinha poderes “extra-econômicos” autônomos nem uma “propriedade politicamente

constituída” no mesmo grau que seus equivalentes no continente europeu.

Por outro lado, havia o que se poderia chamar de uma troca entre a centralização do poder estatal e o controle da terra pela aristocracia. Na Inglaterra, fazia muito tempo que a terra era incomumente concentrada, cabendo aos grandes proprietários uma parcela também incomumente grande dela. Essa concentração da propriedade significava que os latifundiários ingleses podiam usar sua propriedade de novas maneiras. O que lhes faltava em poderes “extra-econômicos” de extorsão do excedente era mais do que compensado por seus crescentes poderes econômicos.

Essa combinação singular teve conseqüências significativas. Por um lado, a concentração da propriedade inglesa da terra significou que uma imensa extensão dela não era trabalhada por proprietários camponeses, mas por arrendatários (aliás, a palavra fazendeiro [*farmer*] significa, literalmente, rendeiro — uso que é sugerido por expressões hoje conhecidas, como arrendar [*farming out*]). Isso se deu antes mesmo das ondas de desapropriação, especialmente dos séculos XVI e XVII, convencionalmente associadas com o cercamento, e contrastou, por exemplo, com a França, onde uma proporção maior da terra permaneceu e permaneceria por muito tempo nas mãos dos camponeses.

Por outro lado, os poderes extra-econômicos relativamente reduzidos dos grandes proprietários significavam que eles dependiam menos de sua capacidade de arrancar uma renda maior de seus arrendatários, através de meios coercitivos diretos, do que da produtividade destes. Nesse arranjo, os latifundiários tinham um forte incentivo para estimular — e, sempre que possível, obrigar — seus arrendatários a descobrirem meios de aumentar a produção. Nesse aspecto, eram fundamentalmente diferentes dos aristocratas rentistas cuja riqueza, ao longo da história, dependeu da extorsão do excedente dos camponeses por meio da simples coação, e que ampliavam seu poder de extorsão do excedente não pelo aumento da produtividade dos produtores diretos, mas aprimorando seus próprios poderes coercitivos — militares, jurídicos e políticos.

Quanto aos arrendatários, eles ficaram cada vez mais sujeitos não só às pressões diretas dos grandes proprietários, mas a imperativos de mercado que os obrigavam a aumentar a produtividade. Na Inglaterra, os arrendamentos assumiram várias formas e houve muitas variações regionais, mas um número crescente ficou sujeito a aluguéis pagos em dinheiro — aluguéis fixados não por padrões legais ou consuetudinários, mas pelas condições do mercado. Havia, de fato, um mercado de arrendamentos. Os arrendatários eram obrigados a competir não só no mercado de consumidores, mas também num mercado de acesso à terra. Quando a segurança do arrendamento dependia da capacidade de pagar o aluguel vigente, a produção não competitiva podia significar a perda direta da terra. Para fazer frente aos pagamentos monetários, numa situação em que outros arrendatários potenciais competiam pelos mesmos arrendamentos, os arrendatários eram obrigados a produzir por um custo eficiente, sob pena de serem desapropriados. O efeito do sistema de relações de propriedade foi que muitos produtores agrícolas (inclusive os prósperos “fazendeiros”) tornaram-se dependentes do mercado para obter acesso à própria terra, aos meios de produção.

O desenvolvimento dessas rendas monetárias ilustra a diferença entre o mercado como oportunidade e o mercado como imperativo. Expõe também as deficiências das descrições do desenvolvimento capitalista baseadas nos pressupostos convencionais. A maneira como esses pressupostos determinaram as percepções dos fatos é bem ilustrada num importante artigo do debate sobre a transição, referente ao papel estrutural das cidades no feudalismo. John Merrington sugeriu que, embora a transformação do trabalho excedente feudal em rendas monetárias não tenha alterado, por si só, a natureza fundamental das relações feudais, ela teve uma consequência importante: ao ajudar a fixar o trabalho excedente numa magnitude constante, “estimulou o crescimento da produção mercantil independente”.⁵

Mas essa proposição parece basear-se menos em provas empíricas do que no modelo do mercado como oportunidade, com seu pressuposto de que os pequenos produtores optariam por funcionar como capitalistas, se tivessem essa chance. Os efeitos das rendas mo-

netárias variaram muito, de acordo com as relações de propriedade entre os camponeses que produziam essas rendas e os latifundiários que se apropriavam delas. Quando os poderes extra-econômicos dos senhores feudais continuavam sólidos, os camponeses podiam ficar sujeitos às mesmas pressões coercitivas de antes, exercidas por grandes proprietários que procuravam extorquir deles mais trabalho excedente, mesmo que este já então assumisse a forma de renda monetária, em vez de serviços prestados sob a forma de trabalho. Em lugares como a França, onde o controle da propriedade pelo campesinato era suficientemente forte para resistir a essas pressões crescentes dos grandes proprietários, a renda era comumente fixada por uma taxa nominal. Sem dúvida, seria precisamente num caso como esse — em que os camponeses gozavam de direitos seguros de propriedade e estavam sujeitos não apenas ao pagamento de uma renda fixa, mas modesta — que poderíamos esperar, com base nos pressupostos de Merrington, encontrar um estímulo à produção mercantil que acabasse dando origem ao capitalismo. Mas o efeito foi exatamente o inverso. Os dados resumidos por Brenner sugerem que não foi esse tipo de pagamento de uma renda fixa que estimulou o crescimento da produção mercantil. Ao contrário, foi a renda *não fixa e variável*, que atendia aos imperativos do mercado, que estimulou, na Inglaterra, o desenvolvimento da produção mercantil, o aumento da produtividade e o crescimento econômico auto-sustentado. Na França, precisamente porque era típico os camponeses gozarem da posse da terra por uma renda fixa e nominal, esse estímulo não existiu. Em outras palavras, não foram as *oportunidades* proporcionadas pelo mercado, mas os *imperativos* deste que levaram os pequenos produtores mercantis à acumulação.

No início da era moderna, na Inglaterra, muitos arrendamentos consuetudinários haviam-se transformado, efetivamente, nesse tipo de pagamento monetário. Mas, mesmo os arrendatários que gozavam de um tipo de posse consuetudinária que lhes dava maior segurança, mas que, ainda assim, podiam ser obrigados a vender suas safras nos mesmos mercados, podiam ir à falência, numa situação em que os padrões competitivos de produtividade eram estipulados por fazendeiros que respondiam de maneira mais direta e urgente às

pressões do mercado. O mesmo se aplicaria, cada vez mais, até aos proprietários que cultivavam sua própria terra. Nesse ambiente competitivo, os fazendeiros produtivos prosperavam e suas posses tendiam a crescer, enquanto os produtores menos competitivos eram imprensados na parede e acabavam por se juntar às classes não proprietárias.

As forças competitivas de mercado, portanto, foram um fator fundamental na expropriação dos produtores diretos. Mas essas forças econômicas foram auxiliadas, sem dúvida, pela intervenção coercitiva direta para expulsar os ocupantes da terra ou extinguir seus direitos consuetudinários. É possível que alguns historiadores tenham exagerado a decadência do campesinato inglês, que talvez tenha levado muito mais tempo para desaparecer por completo do que sugerem algumas narrativas. Mas não há dúvida de que, comparada a outros campesinatos europeus, a variedade inglesa foi uma espécie rara e em extinção, e os imperativos de mercado certamente aceleraram a polarização da sociedade rural inglesa em proprietários de latifúndios ainda maiores e numa multidão crescente de não-proprietários. O resultado foi a famosa tríade composta por latifundiários, arrendatários capitalistas e trabalhadores assalariados, e, com o crescimento do trabalho assalariado, as pressões para aumentar a produtividade da mão-de-obra também se intensificaram. Esse mesmo processo criou uma agricultura altamente produtiva, capaz de sustentar uma grande população não dedicada à produção agrícola, mas criou também uma massa crescente de não-proprietários, que viria a constituir uma grande força de trabalho assalariada e um mercado interno para bens de consumo baratos — um tipo de mercado que não tinha precedentes históricos. Foram esses os antecedentes da formação do capitalismo industrial inglês.

O efeito dos imperativos de mercado foi intensificar a exploração para aumentar a produtividade — tanto a exploração do trabalho alheio quanto a auto-exploração praticada pelo fazendeiro e sua família. Esse padrão viria a ser reproduzido nas colônias britânicas e, a rigor, nos primórdios da América nacional, onde os pequenos fazendeiros independentes que deveriam ser a espinha dorsal de uma república livre enfrentaram, desde o início, a dura escolha do capita-

lismo agrário: na melhor das hipóteses, a auto-exploração intensa, e na pior, a perda da terra e a substituição por empresas maiores e mais produtivas.

O contraste com a França é esclarecedor. A crise do feudalismo francês foi resolvida por um tipo diferente de formação estatal. Ali, a aristocracia conservou por muito tempo seu controle sobre a propriedade politicamente constituída, mas, quando o feudalismo foi substituído pelo absolutismo, a propriedade politicamente constituída não foi substituída pela exploração puramente econômica ou pela produção capitalista. Em vez disso, a classe dominante francesa ganhou novos poderes extra-econômicos, à medida que o Estado absolutista foi criando um vasto aparato de cargos por meio dos quais uma parte da classe proprietária podia apropriar-se do trabalho excedente dos camponeses sob a forma de impostos. Mesmo assim, no auge do absolutismo, a França continuou a ser uma mistura confusa de jurisdições rivais, enquanto a nobreza e as autoridades municipais agarravam-se aos remanescentes de seus poderes feudais autônomos, resíduos da “soberania fracionada” feudal. Nessas condições, a estratégia econômica favorita foi extorquir os camponeses por meios extra-econômicos, em vez de estimular a produção e o melhoramento competitivos. Não houve um impulso de desenvolvimento capitalista comparável ao da Inglaterra, até esta conseguir impor suas pressões competitivas numa economia internacional.

Também vale a pena assinalar que o mercado nacional integrado, que Polanyi descreveu como o primeiro tipo de mercado a funcionar de acordo com princípios competitivos, desenvolveu-se na Inglaterra muito antes de surgir em qualquer outro lugar, ao passo que a França teve que esperar pela era napoleônica para eliminar as barreiras internas ao comércio. O importante é que o desenvolvimento de um mercado nacional competitivo foi um corolário, e não uma causa, do capitalismo e da sociedade de mercado. A evolução de um mercado nacional competitivo unificado refletiu as mudanças no modo de exploração e na natureza do Estado.

Assim, na França, por exemplo, a persistência da propriedade politicamente constituída, ou das formas de exploração “extra-econômicas”, fez com que nem o Estado nem a economia fossem

realmente integrados. Os poderes de exploração, que eram simultaneamente políticos e econômicos, sob a forma de cargos públicos e dos remanescentes das antigas jurisdições aristocráticas e municipais, tenderam a fragmentar o Estado e a economia, mesmo no regime absolutista. Na Inglaterra, houve uma separação mais clara entre os poderes políticos e coercitivos do Estado e os poderes de exploração das classes proprietárias, que derivavam sua riqueza de formas puramente econômicas de exploração. Assim, os poderes econômicos privados da classe dominante não prejudicaram a unidade política do Estado, e tanto houve um Estado realmente centralizado quanto uma economia nacional integrada.

A ascensão da propriedade capitalista e a ética do "melhoramento"

Já no século XVI, portanto, a agricultura inglesa era marcada por uma combinação singular de circunstâncias, pelo menos em algumas regiões, que aos poucos viriam a fixar a direção econômica de toda a economia. O resultado foi um setor agrário mais produtivo do que qualquer outro na história. Latifundiários e arrendatários ficaram preocupados com o que chamaram de melhoramento — o aumento da produtividade da terra com vistas ao lucro.

Vale a pena nos determos por um momento nesse conceito de melhoramento, porque ele nos diz muito sobre a agricultura inglesa e o desenvolvimento do capitalismo. A própria palavra "melhorar" [*improve*], em sua acepção original, não significava apenas "tornar melhor", num sentido geral, mas sim, literalmente, fazer alguma coisa com vistas ao lucro monetário, especialmente cultivar a terra para fins lucrativos (com base nas antigas formas francesas correspondentes a "para", *en*, e "lucro" [ou "proveito"], *pros* — ou seu caso oblíquo, *preu*). No século XVII, a palavra "melhorador" [*improver*] estava solidamente estabelecida na língua, para se referir àquele que tornava a terra produtiva e lucrativa, especialmente cercanda-a

* Ver nota à p.54 (N.T.)

ou tornando cultiváveis as terras abandonadas. O melhoramento agrícola, a essa altura, era uma prática bem estabelecida e, no século XVIII, fase áurea do capitalismo agrário, o "melhoramento" em palavras e atos já tinha sua vigência plenamente reconhecida.

Ao mesmo tempo, essa palavra foi adquirindo um significado mais geral, no sentido como a conhecemos hoje (e seria interessante pensar nas implicações de uma cultura em que a palavra correspondente a "tornar melhor" enraíza-se no termo que corresponde a lucro monetário). Mesmo em sua associação com a agricultura, ela acabou perdendo parte de sua antiga especificidade — de tal modo que, por exemplo, alguns pensadores radicais do século XIX puderam acolher o melhoramento no sentido de cultivo científico da terra, sem sua conotação de lucro comercial. Mas, no início da era moderna, a produtividade e o lucro estavam inextricavelmente ligados no conceito de melhoramento, que resume bem a ideologia de um capitalismo agrário em ascensão.

No século XVII surgiu todo um novo *corpus* bibliográfico, que explicitou com detalhes sem precedentes as técnicas e benefícios do melhoramento. Este último foi também uma grande preocupação da Royal Society, que reunia alguns dos cientistas mais destacados da Inglaterra (Isaac Newton e Robert Boyle eram membros dela) com alguns dos membros mais progressistas das classes dominantes do país — como o primeiro conde de Shaftesbury, mentor do filósofo John Locke, e o próprio Locke, ambos profundamente interessados no melhoramento agrícola.

O melhoramento não decorreu, a princípio, de inovações tecnológicas significativas — embora se usassem novos equipamentos, como o arado de rodas. Em geral, tratou-se mais de novos avanços nas técnicas de cultivo, ou até de simples refinamentos e aperfeiçoamentos dos antigos: cultura mutável ou itinerante, alternando períodos de cultivo com períodos de alqueive; rotação de culturas; drenagem de pântanos e terras aráveis etc.

Todavia, o melhoramento significava um pouco mais do que métodos e técnicas novos ou melhores de cultivo. Significava, em termos ainda mais fundamentais, novas formas e concepções de propriedade. Para o latifundiário empreendedor e seu próspero ar-

rendatário capitalista, o cultivo “melhorado” significava, idealmente, ainda que não necessariamente, propriedades rurais maiores e mais concentradas. Certamente significou a eliminação de antigos costumes e práticas que interferiam no uso mais produtivo da terra.

Desde tempos imemoriais, os camponeses empregaram vários modos de regular o uso da terra a bem da comunidade aldeã. Restringiram certas práticas e concederam certos direitos, não para aumentar a riqueza dos latifundiários ou dos Estados, mas a fim de preservar a própria comunidade camponesa, talvez para preservar a terra e distribuir seus frutos de maneira mais equitativa e, muitas vezes, para sustentar os membros menos afortunados da comunidade. Até a posse ou propriedade privada era tipicamente condicionada por essas práticas consuetudinárias, conferindo aos não-proprietários certos direitos de uso da propriedade de terceiros. Na Inglaterra, havia muitas dessas práticas e costumes. Existiam as terras comunais, nas quais os membros da comunidade podiam ter o direito de pastagem ou o direito de apanhar lenha, e havia vários outros tipos de direito de uso das terras particulares, como o de colher as sobras da lavoura em períodos específicos do ano.

Do ponto de vista dos latifundiários e dos fazendeiros capitalistas adeptos do melhoramento, a terra tinha que ficar livre de qualquer dessas obstruções, para que eles tivessem um uso produtivo e lucrativo das propriedades. Entre os séculos XVI e XVIII, houve uma pressão crescente pela eliminação dos direitos consuetudinários que interferiam na acumulação capitalista. Isso podia significar várias coisas: contestar o direito comunitário às terras comunais, reivindicando a posse particular exclusiva, eliminar vários direitos de uso das terras particulares, ou contestar os arrendamentos consuetudinários que davam a muitos pequenos lavradores o direito de posse, sem a concessão de um título legal inequívoco de propriedade. Em todos esses casos, as concepções tradicionais de propriedade tiveram que ser substituídas por novas concepções capitalistas de propriedade — não apenas como “privada”, mas como *exclusiva*. Os outros indivíduos e a comunidade tinham que ser excluídos, eliminando-se a regulação e as restrições ao uso da terra ditadas pelas aldeias (coisa que na França, por exemplo, não aconteceu sob formas e em graus

nada semelhantes), extinguindo-se o direito consuetudinário de uso e assim por diante.⁶

O cercamento

Isso nos traz à mais famosa redefinição dos direitos de propriedade: o cercamento. É comum pensar-se no cercamento como a simples colocação de cercas em volta das terras comunais ou dos “campos livres” que caracterizavam algumas partes do interior da Inglaterra. Mas ele significou a extinção, com ou sem a demarcação física das terras, dos direitos comunais e consuetudinários de uso dos quais dependia a sobrevivência de muitas pessoas.

A primeira grande onda de cercamentos ocorreu no século XVI, quando os grandes latifundiários procuraram expulsar os plebeus das terras que pudessem ser lucrativamente usadas como pasto na criação de ovelhas, cada vez mais lucrativa. Os comentaristas da época responsabilizaram os cercamentos, mais do que qualquer outro fator isolado, pela praga crescente dos vadios — “homens sem patrão”, despejados de suas terras, que vagavam pelo interior e ameaçavam a ordem social.⁷ O mais famoso desses comentaristas, Thomas More, embora fosse, ele mesmo, responsável por cercamentos, descreveu essa prática como “a devoração dos homens pelas ovelhas”. Esses críticos sociais, como muitos historiadores que os sucederam, talvez tenham superestimado os efeitos do cercamento, em detrimento de outros fatores que levaram à transformação das relações de propriedade inglesas. Mas ele continua a ser a expressão mais vívida do processo implacável que estava modificando não apenas a zona rural da Inglaterra, mas o mundo: o nascimento do capitalismo.

O cercamento continuou a ser uma grande fonte de conflito na Inglaterra do início da era moderna, quer servisse à criação de ovelhas, quer ao cultivo de terras aráveis, cada vez mais lucrativa. As revoltas contra ele pontuaram os séculos XVI e XVII e o cercamento despontou como uma grande fonte de ressentimento na Guerra Civil Inglesa. Em suas fases iniciais, essa prática deparou, até certo ponto, com a resistência do Estado monárquico, nem que fosse pela

ameaça que representava para a ordem pública. Mas, depois que as classes proprietárias conseguiram moldar o Estado de acordo com seus próprios requisitos mutáveis — sucesso este que foi consolidado, em caráter mais ou menos definitivo, em 1688, na chamada Revolução Gloriosa —, não houve mais intervenção estatal, e surgiu um novo tipo de movimento de demarcação no século XVIII: os chamados cercamentos parlamentares. Nesse tipo de cercamento, a extinção dos direitos de propriedade problemáticos, que interferiam na capacidade de acumulação de alguns grandes proprietários, passou a ocorrer através de decretos do Parlamento. Nada atesta de maneira mais clara a vitória do capitalismo agrário.

A teoria da propriedade de Locke

As pressões para transformar a natureza da propriedade manifestaram-se de diversas maneiras, na teoria e na prática. Vieram à tona em casos levados aos tribunais, em conflitos em torno de direitos específicos de propriedade, em torno de terras comunais ou de terras particulares sobre as quais pessoas diferentes tinham direitos de uso parcialmente coincidentes. Era comum, nesses casos, as práticas e reivindicações consuetudinárias entrarem em confronto direto com os princípios do melhoramento — e, muitas vezes, os juízes reconheciam as razões do melhoramento como alegações legítimas contra direitos consuetudinários tão antigos quanto a memória era capaz de lembrar.⁸ As novas concepções da propriedade também foram teorizadas de maneira mais sistemática, sendo sua versão mais célebre o capítulo 5 do *Segundo tratado sobre o governo*, de John Locke, escrito no fim do século XVII.⁹ Vale a pena examinar sua tese mais de perto, pois nenhum outro trabalho é mais emblemático do capitalismo agrário em ascensão.

Locke começa pela proposição de que Deus “concedeu a terra em comum a todos os homens” (II.26), mas passa então a mostrar como, apesar disso, os indivíduos vieram a deter a propriedade de coisas particulares. Na verdade, escreve ele, essa propriedade individual privada é um direito natural, concedido por Deus. Os homens (e, em sua argumentação, trata-se sempre de homens) são possuidores de sua pró-

pria pessoa e, por conseguinte, o trabalho que fazem com as mãos e o corpo também é sua propriedade. Assim, o direito natural de propriedade se estabelece quando um homem “mistura seu trabalho” com alguma coisa, isto é, quando, por meio de seu trabalho, ele a retira de seu estado natural ou modifica sua condição natural.

Toda a tese de Locke sobre a propriedade gira em torno da idéia do melhoramento. O tema que perpassa todo o capítulo é que a terra existe para se tornar produtiva e lucrativa, e é por isso que a propriedade privada, que emana do trabalho, suplanta a posse comum. Locke insiste repetidamente em que a maior parte do valor inerente à terra provém não da natureza, mas do trabalho e do melhoramento: “é o trabalho, de fato, que *instaura a diferença de valor* em tudo quanto existe” (II.40). Ele chega até a oferecer cálculos específicos do valor com que o trabalho contribui, em contraste com a natureza. “Creio”, sugere ele, por exemplo, “que não será mais do que um cálculo muito modesto dizer que, dos *produtos* da terra que são úteis à vida do homem, nove décimos são *efeitos do trabalho*”; e, logo em seguida, corrige-se: seria mais correto dizer que 99/100 são mais atribuíveis ao trabalho do que à natureza (II.40). Um acre de terra na América não cultivada, que pode ser tão fértil em termos naturais quanto um acre na Inglaterra, não vale um milésimo do acre inglês, se calcularmos “todo o lucro que o *índio* auferir dele” (II.43). O que Locke pretende dizer, e que, não por coincidência, está impregnado de um desdém colonialista, é que a terra não melhorada é um deserto, donde qualquer homem que a tire da posse comum e se aproprie dela — que retire terras da área comunal e as cerque — para melhorá-la, está *dando* algo à humanidade, e não retirando.

Há algo de atraente, é claro, na idéia lockiana de que o trabalho é a fonte do valor e a base da propriedade, mas logo fica claro que há também algo de estranho nela. Para começar, vê-se que não há uma correspondência direta entre trabalho e propriedade, porque um homem pode apropriar-se do trabalho de outro. Pode adquirir um direito de propriedade sobre algo, ao “misturá-lo” não com o seu trabalho, mas com o de alguma outra pessoa a quem empregue. Para Locke, parece que a questão tem menos a ver com a atividade do trabalho como tal do que com seu uso lucrativo. Ao calcular o valor do

acre na América, por exemplo, ele não fala do gasto de esforço e trabalho do índio, mas de sua incapacidade de gerar lucros. A questão, em outras palavras, não é o trabalho de um ser humano, mas a *produtividade da propriedade* e sua aplicação ao lucro comercial.

Numa passagem famosa e muito debatida, Locke escreve que “a grama que o meu cavalo pastou, a turfa que meu criado cortou, o minério que extraí em qualquer lugar onde a ele tenho direito em comum com outros, tornam-se minha *propriedade...*” (II.28). Muita tinta foi derramada a respeito desse trecho e do que ele nos diz, por exemplo, sobre a visão lockiana do trabalho assalariado (o trabalho do criado que corta as turfas). Mas o que impressiona realmente nessa passagem é que Locke trata “as turfas que meu criado cortou” como equivalentes ao “minério que extraí”. Isso significa não apenas que eu, o senhor, apropriei-me do trabalho de meu criado, mas que essa apropriação, em princípio, não difere da própria atividade de trabalho do criado. Minha extração do minério, para todos os fins e efeitos, é idêntica à minha apropriação dos frutos da poda feita por meu criado. Mas Locke não está interessado na simples apropriação *passiva*. Trata-se, antes, de que o latifundiário que confere à sua terra um uso produtivo, que a melhora, mesmo que seja através do trabalho de terceiros, está sendo *diligente*, não menos — e talvez mais — do que o criado que labuta.

Esse é um aspecto em que vale a pena nos determos. Um dos modos de entender aonde Locke pretende chegar é considerar o uso comum da língua nos dias atuais. Quando as páginas financeiras dos jornais diários falam de produtores, em geral não pretendem referir-se aos trabalhadores. Na verdade, é provável que falem de conflitos, por exemplo, entre produtores de automóveis e trabalhadores da indústria automobilística ou seus sindicatos. Os empregadores de mão-de-obra, em outras palavras, recebem o crédito pela produção. Estamos tão acostumados a esse uso que não percebemos suas implicações, mas é importante ter em mente que algumas condições históricas muito específicas foram necessárias para possibilitá-lo.

As classes dominantes tradicionais das sociedades pré-capitalistas, que se apropriavam passivamente da renda dos camponeses dependentes, jamais pensariam em si mesmas como “produtoras”. O

tipo de apropriação que se pode chamar de “produtor” é caracteristicamente capitalista. Implica que a propriedade é usada ativamente, não para um consumo ostensivo, mas para investimento e para a extração de lucros crescentes. A riqueza não é adquirida pelo simples uso da força coercitiva para extrair mais trabalho excedente dos produtores diretos, à maneira dos aristocratas rentistas, nem pelo ato de comprar barato e vender caro, como faziam os comerciantes pré-capitalistas, mas pelo aumento da produtividade do trabalho (produção por unidade de trabalho).

Ao fundir o trabalho com a geração do lucro, Locke talvez tenha-se tornado o primeiro pensador a construir uma teoria sistemática da propriedade a se basear em algo semelhante a esses princípios capitalistas. Não há dúvida de que ele não foi um teórico do capitalismo industrial maduro. Mas sua visão da propriedade, com sua ênfase na produtividade, já o distinguiu de seus predecessores. Sua idéia de que o valor é ativamente criado na produção já é imensamente diferente das concepções tradicionais, que se concentram simplesmente no processo de troca, na “esfera da circulação”. Somente William Petty, muitas vezes chamado de fundador da economia política, sugeriu algo semelhante a essa “teoria trabalhista do valor” no século XVII, e, mesmo assim, no contexto do capitalismo agrário — uma teoria que ele pôs à prova como agente imperialista na Irlanda, do mesmo modo que Locke e seu mentor, o primeiro conde de Shaftesbury, encaravam as colônias norte-americanas como um laboratório do melhoramento.¹⁰

Em suas obras de economia, Locke critica os aristocratas rurais que descansam e recebem renda, sem fazerem melhorias na terra, e é igualmente crítico quanto aos comerciantes que agem como simples intermediários, comprando barato num mercado e vendendo por preço mais alto em outro, ou estocando mercadorias para elevar seu preço, ou monopolizando um mercado para aumentar os lucros da venda. Esses dois tipos de proprietários, na visão dele, são parasitas. Contudo, seu ataque a tais proprietários não deve ser erroneamente interpretado como uma defesa dos trabalhadores contra as classes dominantes. É certo que ele diz coisas positivas sobre os artesãos e comerciantes industriais, mas seu ideal parece ser o grande latifun-

diário que introduz benfeitorias, a quem ele considera a fonte suprema da riqueza da comunidade, ou a quem chama, significativamente, de “produtor primário” — um homem como Shaftesbury, grande proprietário capitalista e investidor do comércio colonial, um homem que é não apenas “industrial”, mas cuja vasta propriedade contribui enormemente para a riqueza da comunidade.

A visão lockiana da propriedade harmoniza-se muito bem com a situação da Inglaterra nos primórdios do capitalismo agrário. Reflete claramente uma situação em que a posse sumamente concentrada da terra e as grandes propriedades eram associadas a uma agricultura singularmente produtiva (produtiva, mais uma vez, não apenas no sentido da produção total, mas no da produção por unidade de trabalho). Seu discurso sobre o melhoramento faz eco à literatura científica dedicada às técnicas agrícolas que floresceram singularmente na Inglaterra dessa época — especialmente a que provinha da Royal Society e dos grupos de eruditos com quem Locke e Shaftesbury mantinham estreitas relações. Mais particularmente, suas referências constantes às terras comunais como um *deserto* e seu enaltecimento da retirada de terra das áreas comunais, e, a rigor, do cercamento, tiveram repercussões muito poderosas naquela época e lugar.

É preciso recordarmos que a definição de propriedade, na época de Locke, não era apenas uma questão filosófica, mas uma questão prática muito imediata. Como vimos, uma nova definição capitalista da propriedade estava em vias de se estabelecer, contestando as formas tradicionais não só na teoria, mas também na prática. A idéia de direitos de uso coincidentes sobre um mesmo lote de terra estava dando lugar, na Inglaterra, à propriedade *exclusiva*. Do século XVI ao XVIII, houve disputas constantes em torno dos direitos comunais e consuetudinários. O princípio do melhoramento para fins de troca lucrativa ganhava cada vez mais precedência sobre outros princípios e outras reivindicações de propriedade, quer estas se baseassem nos costumes, quer em algum direito fundamental de subsistência. O aumento em si da produtividade tornou-se uma razão para a eliminação de outros direitos.

Que argumento poderia ser melhor que o de Locke para respaldar o grande proprietário que almejava extinguir os direitos consuetudi-

nários dos plebeus, expulsá-los das terras comunais e transformar a terra comum numa propriedade privada exclusiva, por meio do cercamento? Que argumento poderia ser melhor do que afirmar que o cercamento, a exclusão e o melhoramento aumentavam a riqueza da comunidade, e mais faziam contribuir para o “quinhão comum” do que subtrair algo dele? E, de fato, já no século XVII houve exemplos de decisões judiciais, em conflitos em torno da terra, nas quais os juízes invocaram princípios muito semelhantes aos enunciados por Locke, para conceder precedência à propriedade exclusiva em detrimento dos direitos comunais e consuetudinários. No século XVIII, quando os cercamentos tiveram uma rápida aceleração, com o envolvimento ativo do Parlamento, as alegações de melhoramento eram sistematicamente citadas como base do direito à propriedade e fundamento para a extinção dos direitos tradicionais.

Essa não foi a única maneira pela qual a teoria da propriedade de Locke respaldou os interesses de latifundiários como Shaftesbury. Tendo por pano de fundo sua enfática declaração de que todos os homens eram livres e iguais no estado natural, ele encontrou maneiras engenhosas de justificar a escravidão. E era fácil invocar suas idéias sobre o melhoramento para justificar a expansão colonialista e a expropriação dos povos indígenas, como deixa dolorosamente patente sua observação sobre o índio americano. Se as terras não-beneficiadas das Américas não representavam nada além de um deserto, era um dever dos europeus, por ordenação divina, cercá-las e melhorá-las, tal como os homens “industriais” e “racionalistas” tinham feito no estado natural original. “No começo, o mundo inteiro era como a América” (II.49), sem dinheiro, sem comércio e sem melhoramentos. Se o mundo — ou parte dele — tinha sido retirado desse estado natural por ordem de Deus, por certo tudo o que permanecia nesse estado primitivo deveria seguir o mesmo caminho.

Luta de classes

Já deve estar claro, a esta altura, que o desenvolvimento de formas características de propriedade na agricultura inglesa acarretou novas formas de lutas de classes. Também nesse caso, podemos destacar a

especificidade do capitalismo agrário, contrastando a situação inglesa com a francesa. As diferenças nas formas de propriedade e nos modos de exploração que caracterizaram essas duas grandes potências européias, como vimos, refletiram-se em questões e campos diferentes da luta de classes, bem como em diferentes relações entre a classe e o Estado.

Na França, os modos extra-econômicos de extorsão do excedente ou a propriedade politicamente constituída, fosse sob a forma de cargos estatais, fosse sob a dos vários poderes e privilégios ligados ao status nobiliárquico (como a isenção de impostos), explicitaram os termos da luta de classes. O Estado, por exemplo, servia de fonte de renda para um segmento substancial das classes dominantes. Ao mesmo tempo, como forma de propriedade politicamente constituída, o Estado competia com as classes latifundiárias pelos mesmos excedentes produzidos pelos camponeses. Assim, partes da aristocracia podiam lutar contra os esforços da monarquia de eliminar seus poderes autônomos e apropriar-se deles num Estado absolutista centralizado, enquanto outras partes detinham ou procuravam adquirir propriedades nesse mesmo Estado. Um burguês podia opor-se ao ônus tributário excessivo que incidia sobre o desprivilegiado Terceiro Estado e às isenções de que desfrutavam os Estados privilegiados, a nobreza e o clero, mas, ao mesmo tempo, podia buscar cargos estatais (que eram passíveis de ser comprados) como meio de se apropriar do trabalho excedente através da tributação. Os camponeses, é claro, constituíam a fonte primária desse trabalho excedente, o que significava que, à medida que o Estado e seu aparato de cargos públicos cresciam, e que os camponeses ficavam sujeitos a um ônus tributário cada vez maior, a monarquia tinha que preservar o campesinato da destruição por latifundiários ávidos de renda, a fim de que ele pudesse ser extorquido por um Estado ávido de impostos.

As classes apropriadoras, portanto, tinham um interesse material em preservar ou ganhar acesso à propriedade politicamente constituída, quer sob a forma de privilégios, quer diretamente em cargos estatais. Isso viria a se revelar uma grande questão na Revolução de 1789, quando os privilégios da aristocracia foram contestados

pelo Terceiro Estado e quando a burguesia, em particular, reagiu contra a ameaça de lhe ser vedado o acesso aos cargos públicos.¹¹ Para as classes produtoras, e para os camponeses em particular, a maior questão isolada durante todo o *ancien régime* foi, sem sombra de dúvida, o ônus da tributação, e havia uma probabilidade de que a resistência popular se concentrasse, acima de tudo, na exploração pelo Estado, sob a forma de impostos cada vez mais altos.

O panorama foi muito diferente na Inglaterra do começo da era moderna. Nela, a propriedade politicamente constituída não era uma questão central. A classe latifundiária, com sua confiança crescente em formas puramente econômicas de exploração, nunca dependeu tanto do Estado como recurso material direto, e a tributação pela Coroa nunca desempenhou, para as classes proprietárias inglesas, o mesmo papel que teve para as francesas. Enquanto os grandes proprietários ingleses dependeram do Estado para impor seus interesses de classe — e entraram em conflito com ele quando sua propriedade, ou os poderes do Parlamento como comitê de proprietários, foram questionados pela monarquia —, seus interesses materiais diretos recaíram menos sobre a aquisição de um pedaço do Estado do que sobre o aumento de sua capacidade econômica de apropriação, capacidade esta que estava diretamente enraizada em seu controle da terra e de seus usos produtivos. Enquanto o aristocrata francês podia preocupar-se com a preservação de seu acesso a cargos elevados, ou com sua isenção dos impostos e seus vários privilégios nobiliárquicos, o direito de cercamento figurava com mais destaque nos projetos de classe dos latifundiários ingleses.

Para as classes subalternas inglesas, isso significava que os conflitos em torno do direito de propriedade, do próprio significado da propriedade, tinham maior vulto do que as lutas contra a exploração extra-econômica. Assim, por exemplo, para o plebeu inglês, a resistência aos cercamentos, ou a proteção dos direitos consuetudinários de uso, ocupavam, na luta contra a exploração, a posição proeminente que tinha para o camponês da França a resistência à tributação.

Isso também levanta algumas questões importantes sobre o papel da luta de classes no desenvolvimento do capitalismo. Que podemos dizer, por exemplo, sobre a tese de que a luta de classes dos

camponeses contra os grandes proprietários promoveu o capitalismo na Inglaterra, ao romper os grilhões do feudalismo e libertar a produção mercantil? Embora a configuração das relações de classe fosse complexa demais para ser reduzida a qualquer fórmula simples, seria mais próximo da verdade, se quiséssemos resumir numa única frase as maneiras como a luta de classes entre latifundiários e camponeses “libertou” o capitalismo, dizer que o capitalismo foi promovido pela afirmação dos poderes dos grandes proprietários contra as reivindicações de uso consuetudinário dos camponeses. Mais uma vez, isso não significa descartar o papel dos “médios” fazendeiros, ou produtores mercantis ingleses, no desenvolvimento do capitalismo. Esses fazendeiros, como arrendatários capitalistas da terra, foram a espinha dorsal da tríade agrária. Mas decerto é enganoso tratar as lutas populares como a grande força na promoção do desenvolvimento do capitalismo, em detrimento das lutas populares mais subversivas e democráticas que *contestaram* as formas de propriedade conducentes ao desenvolvimento capitalista. Essas forças populares podem ter perdido a batalha contra os grandes proprietários capitalistas, mas deixaram um imenso legado de idéias radicais, bem diferente dos impulsos “progressistas” do capitalismo, legado este que continua vivo até hoje em vários movimentos democráticos e anticapitalistas.¹²

A situação é ainda mais complicada quando se trata da “revolução burguesa”. A Revolução Francesa de 1789 enquadra-se muito melhor nessa descrição do que a Revolução Inglesa da década de 1640 — se o que estamos buscando é uma grande luta entre a burguesia e a aristocracia. Mas, como vimos, há questões de enorme peso a respeito do que a luta na França teve a ver com o capitalismo. A Revolução Inglesa, em contraste, por certo não foi um conflito entre a burguesia e a aristocracia. Contudo, ao ampliar o poder das classes proprietárias no Parlamento e ao promover os interesses dos grandes latifundiários, em detrimento dos interesses dos pequenos proprietários, e ao promover o melhoramento contra os direitos consuetudinários das classes subalternas, ela se relacionou mais de perto e de maneira mais direta com a promoção do capitalismo e da definição capitalista de propriedade do que a Revolução Francesa.

Capítulo 5

Do capitalismo agrário ao capitalismo industrial: esboço sucinto

Na Inglaterra, onde a riqueza ainda derivava predominantemente da produção agrícola, todos os grandes agentes econômicos do setor agrário — tanto os produtores diretos quanto os apropriadores de seus excedentes — ficaram, do século XVI em diante, cada vez mais dependentes do que correspondia a práticas capitalistas: a maximização do valor de troca por meio da redução de custos e do aumento da produtividade, através da especialização, da acumulação e da inovação.

Essa forma de prover as necessidades materiais básicas da sociedade inglesa trouxe consigo toda uma nova dinâmica de crescimento auto-sustentado, um processo de acumulação e expansão muito diferente dos antiquíssimos padrões cíclicos que dominavam a vida material em outras sociedades. Ela também foi acompanhada pelos processos capitalistas típicos de expropriação e criação de uma massa de não-proprietários. É nesse sentido que podemos falar de “capitalismo agrário” na Inglaterra do início da era moderna, uma forma social com “leis de movimento” características, que acabariam dando origem ao capitalismo em sua forma industrial madura. Não é o objetivo deste livro explorar toda a história do desenvolvimento capitalista, mas podemos pelo menos esboçar algumas das ligações entre o capitalismo em sua forma agrária original e seu desenvolvimento industrial posterior.

O capitalismo agrário era realmente capitalista?

Devemos fazer uma pausa, neste ponto, para enfatizar dois aspectos importantes. Primeiro, não foram os comerciantes nem os fabrican-

tes que dirigiram o processo que impulsionou o desenvolvimento inicial do capitalismo. A transformação das relações sociais de propriedade enraizou-se firmemente no campo, e a transformação do comércio e da indústria ingleses foi mais resultado do que causa da transição da Inglaterra para o capitalismo. Os comerciantes podiam funcionar perfeitamente bem dentro de sistemas não capitalistas. Prosperaram, por exemplo, no contexto do feudalismo europeu, onde se beneficiaram não só da autonomia das cidades, mas também da fragmentação dos mercados e da oportunidade de realizar transações entre um mercado e outro.

Segundo, e talvez mais fundamental, o termo “capitalismo agrário” tem sido usado, até aqui, sem que o trabalho assalariado seja colocado em seu cerne, embora, por qualquer definição, o trabalho assalariado seja central no capitalismo. Isso requer uma certa explicação.

Convém dizer que muitos arrendatários empregavam o trabalho assalariado, tanto assim que a tríade identificada por Marx e outros — latifundiários que viviam da renda capitalista da terra, arrendatários capitalistas que viviam do lucro e trabalhadores que viviam do salário — tem sido vista por muitos como a característica definidora das relações agrárias na Inglaterra. E assim foi, pelo menos nas partes do país — particularmente o leste e o sudeste — que mais se destacaram por sua produtividade agrícola. Na verdade, as novas pressões econômicas, as pressões competitivas que levaram os fazendeiros improdutivos à falência, foram um fator fundamental na polarização da população agrária em grandes latifundiários e trabalhadores assalariados não-proprietários, promovendo a tríade agrária. E, é claro, as próprias pressões pelo aumento da produtividade se fizeram sentir na exploração mais intensa da mão-de-obra assalariada.

Assim, não seria absurdo definir o capitalismo agrário inglês em termos dessa tríade. Mas é importante ter em mente que as pressões competitivas, assim como as novas “leis de movimento” que as acompanharam, dependiam, em primeiro lugar, não da existência de um proletariado de massa, mas da existência de arrendatários-produtores dependentes do mercado. Os trabalhadores assalariados, especialmente os que dependiam inteiramente do salário para so-

breviver, e não apenas como um suplemento sazonal (o tipo de trabalho assalariado sazonal e complementar que existiu desde a Antiguidade nas sociedades rurais), continuaram a ser minoria na Inglaterra do século XVII.

Ademais, essas pressões competitivas não afetaram somente os arrendatários que empregavam trabalhadores assalariados, mas também os fazendeiros que — tipicamente com suas famílias — eram, eles mesmos, produtores diretos, trabalhando sem mão-de-obra contratada. As pessoas podiam ser dependentes do mercado — depender dele para as condições básicas de sua auto-reprodução — sem serem completamente desprovidas de propriedades. Ser dependente do mercado exigia apenas a perda do acesso direto não mercadológico aos meios de auto-reprodução. Na verdade, uma vez firmemente estabelecidos os imperativos do mercado, nem mesmo a propriedade direta era proteção contra eles. E a dependência do mercado foi causa e não resultado da proletarianização das massas.

Em outras palavras, a dinâmica específica do capitalismo já estava instaurada na agricultura inglesa antes da proletarianização da força de trabalho. Aliás, essa dinâmica foi um fator preponderante na promoção da proletarianização do trabalho na Inglaterra. O fator crucial foi a dependência dos produtores e também dos apropriadores em relação ao mercado, além dos novos imperativos sociais criados por essa dependência.

Algumas pessoas talvez relutem em descrever essa formação social como capitalista, sob a alegação de que o capitalismo, por definição, baseia-se na exploração do trabalho assalariado. Essa relutância é legítima — desde que reconheçamos que, como quer que a chame-mos, a economia inglesa do início da era moderna, movida pela lógica de seu setor produtivo básico, que era a agricultura, já estava funcionando segundo princípios e “leis de movimento” diferentes dos que haviam prevalecido em qualquer outra sociedade, desde o alvorecer da história. Essas leis de movimento foram as *precondições* — que não existiram em nenhum outro lugar — do desenvolvimento de um capitalismo maduro, que de fato se basearia na exploração em massa do trabalho assalariado.

E qual foi o resultado de tudo isso? Primeiro, a agricultura inglesa tinha uma produtividade ímpar. No fim do século XVII, por exemplo, a produção de grãos e cereais tivera uma alta tão drástica, que a Inglaterra tornou-se líder na exportação desses produtos. Esses avanços na produção foram conseguidos com uma força de trabalho agrícola relativamente pequena. É a isso que nos referimos ao falar da produtividade ímpar da agricultura inglesa.

Alguns historiadores, como vimos, tentaram contestar a própria idéia do capitalismo agrário, sugerindo que a produtividade da agricultura francesa no século XVIII era mais ou menos igual à da Inglaterra. O que eles realmente querem dizer é que a produção agrícola total dos dois países era mais ou menos idêntica. Num deles, entretanto, esse nível de produção era conseguido por uma população cuja vasta maioria ainda se compunha de produtores camponeses, enquanto, no outro, a mesma produção total era conseguida por uma força de trabalho muito menor, numa população rural em declínio. Mais uma vez, portanto, a questão não é a produção total, mas a produtividade, a produção por unidade de trabalho.

Os simples dados demográficos podem render volumes inteiros. Não é incomum reconhecer-se que a produtividade agrícola da Inglaterra teve uma capacidade singular de sustentar a explosão populacional que ajudou a alimentar a industrialização. Mas, quando a densidade populacional inglesa começou a ofuscar a de outros países da Europa Ocidental, depois que o crescimento populacional destes havia-se estabilizado, se é que não estava em declínio, o padrão do desenvolvimento econômico inglês já era distinto. O aumento demográfico pode ajudar a explicar o desenvolvimento do capitalismo industrial, mas não consegue explicar o surgimento do capitalismo em si. Quando muito, essa explosão populacional foi mais efeito do que causa. Todavia, antes mesmo de um padrão singular de aumento populacional tornar-se manifesto na Inglaterra, sua composição demográfica já se distinguia sob outros aspectos significativos, que nos dizem muito sobre o desenvolvimento econômico inglês.

Entre 1500 e 1700, a Inglaterra passou por um crescimento substancial da população — semelhante ao de outros países europeus —

que distinguiu-se em um aspecto fundamental: a percentagem de sua população urbana mais do que dobrou nesse período (alguns historiadores situam a percentagem urbana pouco abaixo de 1/4 da população total já no fim do século XVII). O contraste com a França é marcante. Nesta, a população rural continuou bastante estável, ainda compondo 85% a 90% do total na época da Revolução Francesa de 1789, e depois dela. Em 1850, quando a população urbana da Inglaterra e do País de Gales estava em cerca de 40,8%, a da França ainda correspondia a apenas 14,4% (e a da Alemanha, a 10,8%).¹

Portanto, já no início do período moderno, a agricultura britânica era suficientemente produtiva para sustentar um número inusitadamente grande de pessoas que não mais se dedicavam à produção agrícola. Esse fato atesta, é claro, mais do que apenas técnicas de cultivo particularmente eficientes. Ele também aponta para uma revolução nas relações sociais de propriedade. Enquanto a França continuava a ser um país de proprietários camponeses, a terra inglesa concentrava-se num número muito menor de mãos e a massa de não-proprietários crescia a passos largos. A questão central, no entanto, não é o tamanho das propriedades. Enquanto a produção agrícola da França ainda seguia as práticas rurais tradicionais (lá não havia nada que se assemelhasse ao *corpus* da literatura inglesa sobre o melhoramento, e a comunidade aldeã ainda impunha suas normas e restrições à produção, afetando inclusive os maiores latifundiários), a agricultura inglesa atendia aos imperativos da competição e do melhoramento.²

Vale a pena acrescentar mais um dado sobre o padrão demográfico singular da Inglaterra. O crescimento inusitado da população urbana não se distribuiu uniformemente pelas cidades inglesas. Noutros lugares da Europa, o padrão típico era uma população urbana dispersa entre várias cidades importantes — de tal modo que Lyon, por exemplo, não era apequenada por Paris. Na Inglaterra, Londres tornou-se desproporcionalmente grande, subindo de cerca de 60 mil habitantes por volta de 1530 para 575 mil em 1700 e se tornando a maior cidade da Europa, enquanto outras cidades inglesas eram muito menores.

Esse padrão significa mais do que se evidencia à primeira vista. Testemunha, entre outras coisas, a transformação das relações sociais de propriedade no coração do capitalismo agrário — o sul e o sudeste — e a desapropriação dos pequenos produtores, cujo destino, como migrantes desalojados, era tipicamente Londres. O crescimento de Londres também representou a unificação crescente não apenas do Estado inglês, mas de um mercado nacional. Essa imensa cidade era o eixo do comércio inglês. Era, a um tempo, um grande ponto de trânsito do comércio nacional e internacional e uma vasta consumidora dos produtos ingleses, inclusive de sua produção agrícola. Em outras palavras, o crescimento de Londres, de toda sorte de maneiras, simbolizou o capitalismo emergente da Inglaterra: seu mercado cada vez mais único, unificado, integrado e competitivo; sua agricultura produtiva e sua população desapropriada.

Comércio, imperialismo e indústria

A lógica singular e sem precedentes do capitalismo agrário fez-se sentir em todas as esferas da vida econômica. Decerto é verdade que o capitalismo inglês surgiu no contexto de um sistema de comércio mais vasto, e não teria surgido sem ele. Mas, contrariando as convenções que identificam a força propulsora do desenvolvimento econômico na atividade comercial, as “leis de movimento” econômicas nascidas na Inglaterra rural transformaram as antigas regras do comércio e criaram um tipo inteiramente novo de sistema mercantil. Esse sistema dependia não apenas do comércio exterior, do tipo de comércio transportador descrito por Polanyi, mas de um mercado interno altamente desenvolvido, com uma população crescente que já não se dedicava à produção de bens do cotidiano — como alimentos e produtos têxteis — para consumo próprio e de seus familiares. Londres em si era um mercado maciço de bens de consumo primários e era o eixo desse mercado interno crescente, um mercado que diferia dos outros no tamanho, na substância e nas “leis de movimento”.

Esse foi o primeiro sistema comercial — e o único, durante muito tempo — a se basear no comércio de meios de sobrevivência e au-

to-reprodução para um mercado de massa cada vez maior, e não de bens suntuários para um mercado restrito.³ A natureza crescentemente nacional e integrada desse mercado significou que, de modo sempre mais acentuado, ele funcionava não apenas com base nos princípios do “lucro e da alienação”, mas com base na produção competitiva.

A Inglaterra chegou até a desenvolver seu próprio sistema bancário característico. Outros grandes centros de comércio europeus tinham sistemas bancários que se haviam desenvolvido em tempos antigos e medievais: operações de câmbio, bancos públicos que lidavam com as finanças do Estado e a regulação da moeda, e mecanismos para financiar o comércio exterior e de longa distância. A Inglaterra era relativamente fraca nesse tipo de atividade bancária clássica, mas criou um novo sistema bancário que se originou, em contraste com o resto da Europa, no comércio interno, sobretudo de produtos nacionais. Esse sistema não tinha raízes no comércio exterior, “não na arbitragem comercial entre mercados separados”, mas em um “mercado metropolitano” centrado em Londres, para facilitar uma rede de distribuição de Londres para todo o país, através de representantes ou agentes que funcionavam recebendo comissões e créditos.⁴ Não é difícil perceber que esse sistema financeiro e comercial singular tinha suas raízes no capitalismo agrário, nas relações sociais mutáveis que produziram a necessidade desse mercado, para sustentar uma crescente população não agrária, e a capacidade de atender a essa necessidade.

A dinâmica do mercado interno inglês expandiu-se para o comércio internacional. A economia nacional em desenvolvimento também estava se transformando no centro de um sistema de comércio internacional que diferia de qualquer outro sistema de comércio anterior. Assim como a antiga rede de mercados locais e o comércio “transportador” entre eles estavam dando lugar a um mercado integrado, vinha surgindo um sistema de comércio mundial originário da Grã-Bretanha, e especialmente de Londres, que depois viria a substituir “a infinita sucessão de operações de arbitragem entre mercados separados, diferentes e distintos que constituíra até então o comércio exterior”.⁵ Os instrumentos característicos produzi-

dos pelo sistema comercial interno inglês — letras de câmbio e, especialmente, as “letras de Londres” — tornaram-se também os instrumentos do comércio internacional. Quando a Inglaterra conquistou uma ascendência inequívoca no comércio internacional, no que é às vezes chamado de “capitalismo mercantil” do século XVIII, seu sucesso ergueu-se sobre os alicerces do sistema comercial interno anterior — e até o poderio militar, o poderio naval maciço que garantiu a preeminência britânica, enraizou-se claramente na riqueza criada pelo capitalismo agrário.

A nova dinâmica desse sistema capitalista crescente produziu uma nova forma de imperialismo colonial. Tinha havido outras nações coloniais, até maiores e mais poderosas. Mas a Grã-Bretanha criou um novo tipo de impulso imperialista: não apenas a antiga avidez pré-capitalista de terras e pilhagem (embora ela não desaparecesse, é claro), mas uma expansão, para o exterior, dos mesmos imperativos capitalistas que estavam impulsionando o mercado interno: os imperativos da produção competitiva e do aumento do consumo.

Já no século XVII, ou talvez mesmo no XVI, as atitudes e o comportamento singulares dos imperialistas ingleses eram visíveis na maior colônia da Inglaterra, a Irlanda. Servidores públicos progressistas, como o economista político William Petty, viam a Irlanda como um campo de prova do capitalismo agrário, um laboratório para se testar os efeitos da transformação das relações de propriedade, fossem quais fossem as conseqüências para as multidões de despossuídos.

É claro que o imperialismo britânico também contribuiu para o desenvolvimento do primeiro capitalismo industrial do mundo. Mas, conquanto a industrialização tenha-se alimentado dos recursos do imperialismo, é importante ter em mente que a lógica deste, por si só, não acarretou o capitalismo industrial. O poder imperial de outras nações européias não surtiu os mesmos efeitos e, às vésperas da Revolução Industrial, o mercado interno ainda era mais importante para a economia britânica do que o comércio internacional. O capitalismo agrário foi a raiz do desenvolvimento econômico britânico.

Os historiadores marxistas têm mostrado convincentemente, opondo-se a muitos argumentos em contrário, que o maior crime do imperialismo europeu, a escravidão, deu uma grande contribuição para o desenvolvimento do capitalismo industrial.⁶ Mas, também nesse caso, devemos ter em mente que a Grã-Bretanha não foi a única a explorar a escravidão colonial, e que esta teve efeitos diferentes em outros lugares. Outras grandes potências européias — a França, a Espanha e Portugal — acumularam uma grande riqueza com a escravidão e com o tráfico de produtos viciadores, como o tabaco, os quais, segundo se argumenta, alimentaram o comércio de seres humanos vivos.⁷ Mais uma vez, porém, somente na Grã-Bretanha essa riqueza se converteu em capital industrial — e a diferença, também nesse caso, esteve na nova dinâmica capitalista que já havia transformado a lógica da economia britânica, desencadeando os imperativos da competição competitiva, da acumulação de capital e do crescimento auto-sustentado.

O comércio e o imperialismo, portanto, foram fatores essenciais no desenvolvimento do capitalismo industrial, mas não podem ser tratados como causas primárias. Dito de outra maneira, seu efeito específico foi muito variado, de acordo com seu contexto. Temos que nos voltar para o mercado interno inglês e para o capitalismo agrário em que ele cresceu, a fim de descobrir a *differentia specifica* que atrelou o comércio e o imperialismo à indústria capitalista.

A longo prazo, as conseqüências do capitalismo agrário inglês para o desenvolvimento econômico posterior devem ser bastante óbvias. Embora este não seja o lugar para explorarmos em detalhes as ligações entre o capitalismo agrário e o desenvolvimento da Inglaterra que a transformou na primeira economia industrializada, alguns pontos são evidentes. Sem um setor agrícola produtivo, capaz de sustentar uma grande força de trabalho não-agrícola, seria improvável que o primeiro capitalismo industrial do mundo viesse a emergir. Sem o capitalismo agrário da Inglaterra, não haveria massas de despossuídos, obrigados a vender sua força de trabalho por um salário. Sem essa força de trabalho não-agrícola de despossuídos, não haveria um mercado de consumo de massa para os bens cotidianos baratos — como alimentos e produtos têxteis — que impulsiona-

naram o processo de industrialização da Inglaterra. Vale a pena enfatizar que esse grande mercado derivou seu caráter especial não apenas de suas dimensões incomuns, mas também de suas limitações, da relativa pobreza dos consumidores, que exigiam produtos baratos para uso cotidiano. Ele tinha mais coisas em comum com os mercados posteriores de consumo de massa do que com os de artigos de luxo do comércio clássico.

Sem a riqueza criada pelo capitalismo agrário, ao lado de motivações inteiramente novas de expansão colonial — motivações diferentes das de antigas formas de aquisição territorial —, o imperialismo britânico teria sido algo muito diferente do motor do capitalismo industrial em que veio a se transformar. Finalmente (e este é, sem dúvida, um ponto mais controverso), sem o capitalismo inglês, provavelmente não haveria nenhum tipo de sistema capitalista: foram as pressões competitivas provenientes da Inglaterra, especialmente de uma Inglaterra industrializada, que compeliram outros países, antes de mais nada, a promoverem seu próprio desenvolvimento econômico em direções capitalistas. Nações que ainda agiam com base em princípios pré-capitalistas de comércio, ou numa rivalidade geopolítica e militar que mal diferia, em princípio, dos antigos conflitos feudais pelo território e pela pilhagem, foram guiadas pelas novas vantagens competitivas da Inglaterra a promover seu próprio desenvolvimento econômico em moldes semelhantes.⁸

No mínimo, o capitalismo agrário possibilitou a industrialização. O simples dizer isso já é dizer muito. As condições de possibilidade criadas pelo capitalismo agrário — as transformações das relações de propriedade, do tamanho e da natureza do mercado interno, da composição da população e da natureza e extensão do comércio e do imperialismo britânicos — foram mais substanciais e tiveram maior alcance do que qualquer avanço puramente tecnológico exigido pela industrialização. Isso é verdadeiro em dois sentidos: primeiro, os avanços puramente tecnológicos não foram responsáveis pela chamada revolução agrícola que lançou as bases da industrialização; e segundo, as mudanças tecnológicas que constituíram a primeira Revolução Industrial foram modestas, de qualquer modo.⁹

Se o capitalismo agrário tornou o capitalismo industrial não apenas possível, mas necessário ou inevitável, é uma outra pergunta, mas houve um vigoroso impulso histórico nessa direção. Um mercado integrado, suprimindo as necessidades baratas da vida para uma massa crescente de consumidores e respondendo a pressões competitivas já bem estabelecidas, constituiu uma lógica processual nova e específica, cujo resultado foi o capitalismo industrial. Esse mercado e as relações sociais de propriedade em que ele estava enraizado forneceram não só os meios, mas também a necessidade de produzir bens de consumo numa nova escala, e também de produzi-los com eficiência de custos, de maneiras determinadas pelos imperativos da competição, da acumulação e da maximização dos lucros, juntamente com seus requisitos de aumento da produtividade do trabalho.

Em outras palavras, em contraste com a sugestão de Polanyi de que a “sociedade de mercado” foi uma resposta a certos avanços tecnológicos numa sociedade mercantil, a conclusão que podemos extrair da história do capitalismo agrário é que uma dinâmica capitalista, enraizada numa nova forma de relações sociais de propriedade, precedeu a industrialização, tanto em termos cronológicos quanto causais. Na verdade, um certo tipo de sociedade de mercado — uma sociedade em que os produtores dependiam do mercado para ter acesso aos meios de subsistência, ao trabalho e à auto-reprodução, e estavam sujeitos aos imperativos do mercado — foi não o resultado da industrialização, mas sua causa primária. Somente uma transformação das relações sociais de propriedade que obrigou as pessoas a produzirem competitivamente (e não apenas a comprarem barato e venderem caro), uma transformação que fez com que o acesso aos meios de auto-reprodução passassem a depender do mercado, é capaz de explicar a drástica revolução das forças produtivas que foi singularmente característica do capitalismo moderno.

A industrialização, portanto, foi o resultado e não a causa da sociedade de mercado, e as leis de movimento capitalistas foram a causa e não o resultado da proletarianização das massas. Mas isso, é claro, não foi o fim do desenvolvimento capitalista. A proletarianização, que representou a transformação completa da força de trabalho em mer-

cadoria, viria a conferir poderes coercitivos novos e mais extensos ao mercado, criando uma classe trabalhadora completamente dependente dele e completamente vulnerável à disciplina do mercado, sem nenhuma mediação e sem recursos alternativos. Embora, em seus diversos aspectos, o capital e o trabalho estivessem sujeitos às forças impessoais do mercado, o mercado em si veio a se transformar, cada vez mais, num grande eixo da divisão de classes entre exploradores e explorados, entre compradores e vendedores de capacidade de trabalho. Nesse sentido, ele foi um novo instrumento coercitivo do capital, a disciplina máxima no controle da mão-de-obra e um novo terreno da luta de classes.

É desnecessário dizer que o sistema capitalista está em constante estado de desenvolvimento e fluxo. Mas não compreenderemos seus processos atuais de mudança e contradição se não soubermos rastrear-los até suas bases. A ascensão do capitalismo não pode ser explicada como resultado de aperfeiçoamentos técnicos, da “tendência de progresso econômico da Europa Ocidental” ou de qualquer outro mecanismo transistórico. A transformação específica das relações sociais de propriedade que *acionou* um “progresso” historicamente singular das forças produtivas não pode ser presumida como um dado. Reconhecer isso é crucial para a compreensão do capitalismo — para não falar na compreensão das condições de sua abolição e sua substituição por uma forma social diferente. Devemos reconhecer não apenas a plena força dos imperativos capitalistas, as compulsões da acumulação, da maximização do lucro e da produtividade crescente do trabalho, mas também suas raízes sistêmicas, para sabermos exatamente por que elas funcionam como funcionam.

Capítulo 6

Modernidade e pós-modernidade

A atribuição de um caráter natural ao capitalismo, implícita na identificação convencional do *burguês* com o *capitalista* e de ambos com a *modernidade*, que ainda persiste até nas teorias mais iconoclastas de hoje, tem o efeito de disfarçar a especificidade do capitalismo, quando não de afastar por completo sua conceituação. Voltemo-nos agora, por um momento, para o outro lado da moeda. Não se trata apenas de o capitalismo ser historicamente específico. Trata-se de que, se alguns aspectos essenciais da modernidade têm pouco a ver com ele, a identificação do capitalismo com a modernidade pode disfarçar também a especificidade de uma modernidade *não-capitalista*.

Modernidade versus capitalismo: França e Inglaterra

Independentemente do que mais pretendam dizer com modernidade, e quer a considerem boa, ruim, ou ambas as coisas, em geral as pessoas acreditam que ela tem algo a ver com o que o sociólogo Max Weber chamou de processo de *racionalização*: a racionalização do Estado na organização burocrática, a racionalização da economia no capitalismo industrial, a racionalização da cultura na disseminação da educação, no declínio da superstição e no progresso da ciência e da tecnologia, e assim por diante. É típico associar-se o processo de racionalização a certos padrões intelectuais ou culturais que remontam ao Iluminismo: o racionalismo e a obsessão com o planejamento racional, o gosto pelas visões totalizantes do mundo, a padronização do saber, o universalismo (a crença em verdades e va-

lores universais) e a crença no progresso linear, especialmente da razão e da liberdade.

Tipicamente, o Iluminismo é concebido como um — se não o — momento decisivo no avanço da modernidade, e a fusão da modernidade com o capitalismo torna-se prontamente visível na maneira como as teorias da modernidade ligam o Iluminismo ao capitalismo. Presume-se que os traços característicos do Iluminismo estejam associados ao desenvolvimento do capitalismo, quer porque o capitalismo inicial, em seu processo de desdobramento, os teria criado, quer porque o avanço da racionalização que produziu o Iluminismo também teria trazido consigo o capitalismo. Weber, por exemplo, é famoso por distinguir vários sentidos da racionalidade (formal ou instrumental versus substantiva, e assim por diante), mas sua tese sobre o processo histórico de racionalização depende, é claro, de assemelharmos os vários significados da razão e da racionalidade, de tal modo que a racionalidade instrumental do capitalismo se relacione, por definição, com a razão em seu sentido iluminista. Para o bem ou para o mal, o processo que nos trouxe o que há de melhor nos princípios iluministas — a resistência a qualquer poder arbitrário, o compromisso com a emancipação humana universal e a postura crítica diante de qualquer tipo de autoridade, seja ela intelectual, religiosa ou política — é, segundo essa visão, o mesmo processo que nos trouxe a organização capitalista da produção.

Para desarticular a fusão do capitalismo com a modernidade, poderíamos começar por situar o Iluminismo em seu contexto histórico. Boa parte do projeto iluminista pertence a uma sociedade nitidamente não-capitalista — não somente pré-capitalista, porém não-capitalista. Muitos aspectos do Iluminismo, em outras palavras, enraizam-se em relações sociais de propriedade não-capitalistas. Pertencem a uma forma social que não é apenas um ponto de transição no caminho para o capitalismo, mas uma rota alternativa de saída do feudalismo. Em particular, o Iluminismo francês pertence ao Estado absolutista na França.

O Estado absolutista na França do século XVIII, como vimos na discussão de Anderson, funcionava não só como uma forma política, mas como um recurso econômico para uma parcela substancial

da classe dominante. Nesse sentido, ele representou não apenas o contexto político, mas também o contexto econômico ou material do Iluminismo. O Estado absolutista era um instrumento centralizado de extorsão extra-econômica da mais-valia, e os cargos estatais eram uma forma de propriedade que dava aos que os possuíam acesso aos excedentes produzidos pelos camponeses. Também havia outras formas descentralizadas de apropriação extra-econômica: os resíduos do feudalismo e suas chamadas soberanias fracionadas. Essas formas de apropriação extra-econômica eram, em outras palavras, diretamente antitéticas à forma puramente econômica da exploração capitalista.

Consideremos agora o fato de que a pátria principal do chamado projeto da modernidade, a França do século XVIII, era uma sociedade maciçamente rural, com um mercado interno restrito e fragmentado. Seu mercado ainda funcionava com base em princípios não-capitalistas: não na apropriação da mais-valia da força de trabalho transformada em mercadoria, não na criação do valor na produção, mas nas antigas práticas da extração comercial do lucro — o lucro na alienação, o comprar barato e vender caro, e o comércio, tipicamente, de artigos de luxo ou suprimentos para o Estado. A população esmagadoramente rural era a antítese de um mercado de consumo de massa. Quanto à burguesia, que teria sido, por assim dizer, a principal fonte material do Iluminismo, ela *não* era uma classe capitalista. Na verdade, em sua maior parte, não era sequer uma classe comercial tradicional. Os principais agentes burgueses do Iluminismo e, mais tarde, da Revolução Francesa eram profissionais liberais, detentores de cargos públicos e intelectuais. Sua briga com a aristocracia pouco tinha a ver com libertar o capitalismo dos grilhões do feudalismo.

De onde vieram, portanto, os princípios da chamada modernidade? Terão vindo de um capitalismo novo, mas crescente? Terão representado a luta de uma classe capitalista aspirante contra uma aristocracia feudal? Podemos ao menos dizer que o capitalismo foi a consequência não-intencional do projeto da modernidade burguesa? Ou terá esse projeto representado algo diferente?

Consideremos os interesses de classe da burguesia francesa. Um modo de examiná-los é nos voltarmos para a Revolução Francesa, auge do projeto iluminista. Quais eram os principais objetivos revolucionários da burguesia? No cerne de seu projeto estavam a igualdade civil, o ataque aos privilégios e a demanda de “carreiras acessíveis ao talento”. Isso significava, por exemplo, igualdade de acesso aos cargos mais altos do Estado, que a aristocracia tendia a monopolizar e cujo acesso ameaçava fechar por completo. Significava também um sistema tributário mais equitativo, para que o fardo não mais fosse desproporcionalmente carregado pelo Terceiro Estado em benefício das camadas privilegiadas, entre cujos privilégios mais valorizados estava a isenção de impostos. Os alvos principais dessas queixas eram a aristocracia e, secundariamente, a Igreja.

Como se expressaram ideologicamente esses interesses burgueses? Tomemos o exemplo do universalismo, a crença em certos princípios aplicáveis à humanidade em geral, em todas as épocas e lugares. O universalismo tinha uma longa história no Ocidente, mas teve um sentido e um destaque muito especiais para a burguesia francesa. Dito em termos sucintos, a contestação burguesa do privilégio e dos estados privilegiados, a nobreza e o clero, expressou-se na afirmação do universalismo contra o particularismo aristocrático. A burguesia questionou a aristocracia mediante a invocação dos princípios universais da cidadania, da igualdade civil e da “nação” — uma identidade universalista que transcendia as identidades mais particulares do parentesco, da tribo, da aldeia, do status, do estado ou da classe.

Em outras palavras, a *universalidade* opunha-se ao *privilégio* em seu sentido literal, como uma lei especial ou privada. A universalidade erguia-se contra o privilégio diferencial e o direito por prescrição. Era um passo bastante fácil passar do ataque aos privilégios tradicionais para o ataque aos princípios dos costumes e das tradições em geral. E esse tipo de contestação transformou-se facilmente numa teoria da história, na qual se atribuiu à burguesia e a seus intelectuais orgânicos um papel preponderante, como agentes históricos do rompimento com o passado, encarnações da razão e da liberdade, vanguarda do progresso.

Quanto à atitude burguesa perante o Estado absolutista, ela foi bem mais ambígua. Enquanto a burguesia teve um acesso razoável a

carreiras estatais lucrativas, o Estado monárquico lhe conveio, e, mesmo posteriormente, a chamada revolução burguesa concluiu o projeto centralizador do absolutismo. Sob certos aspectos, na verdade, a contestação burguesa da ordem tradicional, longe de repudiar os princípios absolutistas, simplesmente os ampliou.

Tomemos novamente o princípio da universalidade. O Estado monárquico, já no século XVI, havia contestado as reivindicações feudais da nobreza — muitas vezes, com o apoio do Terceiro Estado e da burguesia, em particular —, alegando representar a universalidade contra a particularidade da nobreza e de outras jurisdições rivais. A burguesia também herdou e ampliou outros princípios absolutistas: a preocupação com o planejamento racional e a padronização, por exemplo, na qual foram pioneiros o Estado absolutista e suas principais autoridades, como Richelieu e Colbert. Afinal, até a padronização da língua francesa fez parte do projeto centralizador do Estado absolutista, um projeto de racionalização que teve sua expressão cultural clássica nos jardins formais de Versalhes.¹

Estudiosos como Marshall Berman e David Harvey, que nos deram algumas das abordagens mais importantes da modernidade (e da pós-modernidade), gostam de enfatizar a dualidade da consciência moderna, que remonta ao Iluminismo. Essa sensibilidade dualista, dizem eles, combina a universalidade e a imutabilidade com uma sensibilidade ao efêmero, ao contingente e ao fragmentado. A tese parece consistir em que a preocupação com a universalidade e a verdade absoluta foi, desde o começo, uma tentativa de dar sentido à experiência fugaz, efêmera e constantemente móvel e mutável da vida moderna, que eles associam ao capitalismo.

Berman citou alguns trechos de um romance de Rousseau, *Júlia ou a nova Heloísa* (1761), como uma das primeiras expressões dessa sensibilidade (ele chamou Rousseau de “a voz moderna arquetípica na fase inicial da modernidade”).² O trecho mais marcante provém de uma carta em que St. Preux, personagem de Rousseau, registra suas reações ao chegar a Paris. O que Berman vê nisso é o sentimento moderno das novas possibilidades, combinado com o mal-estar e a incerteza provenientes da movimentação, da mudança e da diversi-

dade constantes. É uma experiência que Berman associa a uma fase inicial do capitalismo.

Mas, talvez possamos ver algo bem diferente nas palavras de St. Preux, ou mesmo na própria descrição que Berman faz do “torvelinho” da vida moderna. Podemos ver não tanto a experiência do capitalismo moderno, mas do antigo medo e fascínio despertados pela cidade. Muito do que o St. Preux de Rousseau e o próprio Marshall Berman têm a dizer sobre a experiência da vida moderna poderia ser dito por um camponês italiano que chegasse à antiga cidade de Roma. Talvez seja significativo que o filósofo romano Sêneca seja um pensador com quem o próprio Rousseau expressa uma afinidade especial, citando-o na página de rosto de *Emílio* (1762), num tema que é central em *A nova Heloísa* e na obra de Rousseau em geral: a necessidade de restabelecer a saúde da humanidade, através de um retorno aos princípios naturais. Apesar de todo o chamado romantismo de Rousseau, a sensibilidade de *A nova Heloísa* talvez tenha realmente mais coisas em comum com o antigo estoicismo do que com a “experiência da modernidade [capitalista]”. De qualquer modo, talvez não seja por acaso que os tropos literários associados a essa “experiência da modernidade” — os de Rousseau e os de outros escritores europeus — provenham, tipicamente, não de uma sociedade altamente urbanizada, mas de sociedades com uma população ainda esmagadoramente rural.

Seja como for, a ideologia da burguesia francesa do século XVIII teve pouco a ver com o capitalismo e muito mais com as lutas em torno das formas não-capitalistas de apropriação, os conflitos em torno dos poderes extra-econômicos de exploração. Não é preciso reduzir o Iluminismo a uma crua ideologia de classes. Antes, a questão é que, nessa conjuntura histórica particular, em condições nitidamente não-capitalistas, até a ideologia de classe burguesa assumiu a forma de uma visão mais ampla da emancipação humana geral, e não apenas da emancipação da burguesia. Apesar de todas as suas limitações, tratava-se de um universalismo emancipatório — razão por que, é claro, pôde ser retomado por forças muito mais democráticas e revolucionárias.

Para perceber as complexidades disso, basta compararmos a França com a Inglaterra. Reiterando, a Inglaterra do século XVIII, no

auge do capitalismo agrário, tinha uma população urbana crescente, que compunha uma parcela muito maior da população total do que na França. Os pequenos proprietários estavam sendo desapropriados não apenas pela coerção direta, mas também por pressões econômicas. Londres era a maior cidade da Europa. Havia um mercado interno muito mais integrado — e competitivo —, o primeiro mercado nacional do mundo. Já existiam os primórdios de um mercado de consumo de massa de artigos baratos do cotidiano, especialmente alimentos e produtos têxteis, e uma força de trabalho cada vez mais proletarizada. A base produtiva que a Inglaterra tinha na agricultura já estava funcionando segundo princípios basicamente capitalistas, com uma aristocracia profundamente envolvida no capitalismo agrário e nas novas formas de comércio. E a Inglaterra estava em meio ao processo de criar um capitalismo industrial.

Quais eram as expressões culturais e ideológicas características do capitalismo inglês no mesmo período? Não o racionalismo cartesiano e o planejamento racional, mas a “mão invisível” da economia política clássica e a filosofia do empirismo britânico. Não os jardins formais de Versalhes, mas os jardins de paisagismo “natural”, aparentemente não planejado. Até o Estado inglês que promoveu a ascensão inicial do capitalismo era muito menos “racional”, em termos weberianos, do que o Estado burocrático do *ancien régime* francês, e até hoje o sistema jurídico inglês, baseado no direito consuetudinário, é menos racional do que o código napoleônico que se seguiu à Revolução Francesa, ou do que outros sistemas da Europa continental baseados no direito romano. Certamente houve, na Inglaterra, um interesse pela ciência e tecnologia, compartilhado com seus vizinhos europeus. E, afinal, o Iluminismo francês deveu muito a Bacon, Locke e Newton. Mas a ideologia característica que distinguiu a Inglaterra das outras culturas européias foi, acima de tudo, a ideologia do “melhoramento”: não a idéia iluminista do aperfeiçoamento da humanidade, mas o melhoramento da propriedade, a ética — e, a rigor, a ciência — do lucro, o compromisso com o aumento da produtividade do trabalho e a prática do cercamento e da desapropriação.

Essa ideologia, especialmente a idéia do melhoramento agrícola e a literatura correlata que se produziu na Inglaterra, não foi igualmente característica da França do século XVIII, onde os camponeses dominavam a produção e os grandes proprietários conservavam sua mentalidade rentista — como fez, aliás, a burguesia em geral. (A exceção, a propósito, confirma a regra: os fisiocratas, economistas políticos franceses para quem a agricultura inglesa era um modelo a ser imitado.)

Pois bem, se quisermos procurar as raízes de uma “modernidade” destrutiva — digamos, a ideologia do tecnocentrismo e da degradação ecológica —, podemos começar por buscá-las no projeto do “melhoramento”, na subordinação de todos os valores humanos à produtividade e ao lucro, e não no Iluminismo. Seria possível dizermos que não foi por acaso que o escândalo da doença da vaca louca aconteceu na Grã-Bretanha, terra natal do “melhoramento”?

Como todos sabemos, tornou-se o auge da moda atacar o chamado projeto iluminista. Supõe-se que os valores iluministas anteriormente enumerados — e esta é uma das acusações mais brandas — estejam “na raiz dos desastres que abalaram a humanidade ao longo de todo este século”, em tudo, desde as guerras mundiais e do imperialismo até a destruição ecológica.⁴ Este não é o lugar para examinarmos todos os disparates recentes, que agora ultrapassam em muito as percepções sensatas que podem ter estado contidas, um dia, nas críticas ao Iluminismo. O importante é que estamos sendo solicitados a jogar fora tudo o que há de melhor no projeto iluminista — especialmente seu compromisso com a emancipação humana universal — e a responsabilizar esses valores pelos efeitos destrutivos que deveríamos atribuir ao capitalismo. Há, pois, muitas razões, tanto intelectuais quanto políticas, para distinguirmos o projeto iluminista dos aspectos de nossa situação atual que pertencem maciçamente não ao “projeto da modernidade”, mas ao capitalismo.

Pós-modernidade

Tal como é comumente usado, o conceito de modernidade desarticula algumas distinções essenciais entre as formas sociais e culturais que pertencem e não pertencem ao capitalismo. Em sua tendência a

fundir o *burguês* com o *capitalista*, ele faz parte da visão padronizada da história que pressupõe o capitalismo como resultado de tendências já existentes, até de leis naturais, quando e onde lhes é dada essa oportunidade. No processo evolutivo que vai das formas primitivas de troca ao capitalismo industrial moderno, a modernidade aparece quando essas forças econômicas agrilhoadas e a racionalidade econômica burguesa são libertadas das restrições tradicionais. Com isso, *modernidade* equivale a *sociedade burguesa*, que equivale a *capitalismo*.

Recentemente, esse conceito de modernidade foi complementado pela idéia de *pós-modernidade*. A era pós-moderna tem sido descrita de maneiras variadas, mas sempre em relação à modernidade. Em geral, a pós-modernidade representa uma fase do capitalismo marcada por algumas características econômicas e ideológicas distintas (a “era da informação”, a produção enxuta, a “acumulação flexível”, o “capitalismo desorganizado”, o consumismo etc.). Mais particularmente, porém, ela é marcada por certas formações culturais resumidas na formulação “*pós-modernismo*”, cujo traço isolado de maior destaque é o questionamento do “projeto iluminista”.

Diz-se que o *pós-modernismo* substituiu a cultura do *modernismo* e os padrões intelectuais associados ao “projeto da modernidade”. O projeto da modernidade, de acordo com essas exposições, parece ter-se iniciado no século XVIII, ou, pelo menos, seu momento definidor teria sido o Iluminismo, embora ele tenha chegado à fruição no século XIX. O chamado projeto do Iluminismo é também tido como representando o racionalismo, o tecnocentrismo, a padronização do saber e da produção, e a crença no progresso linear e em verdades universais absolutas. O *pós-modernismo* é entendido como uma reação a esse projeto — embora também possa ser visto como enraizado no *modernismo*, no *ceticismo* e na *sensibilidade* à mudança e à contingência que são associados a certas formas culturais do século XX, mas que já estavam presentes no Iluminismo. O *pós-modernismo* vê o mundo como essencialmente fragmentado e indeterminado, rejeita qualquer discurso totalizante, qualquer “*metanarrativa*” e quaisquer teorias abrangentes e universalistas sobre o mundo e a história. Rejeita também qualquer projeto político uni-

versalista, inclusive os projetos universalistas emancipatórios — em outras palavras, os projetos de emancipação *humana* geral, em vez das lutas particularíssimas contra opressões muito variadas e particulares.

Algumas teorias da pós-modernidade foram sumamente esclarecedoras, dizendo-nos muito sobre o capitalismo do fim do século XX e, especialmente, sobre suas formas culturais.⁵ Mas o conceito em si, em essência, é uma inversão da modernidade em sua acepção convencional e traz em seu bojo muitos dos mesmos pressupostos problemáticos. Essa modernidade faz parte de uma visão da história que *abrevia* o grande divisor entre as sociedades capitalistas e não-capitalistas, visão esta que trata as leis de movimento especificamente capitalistas como se fossem leis universais da história, e que junta num mesmo saco várias ocorrências históricas muito diferentes, capitalistas e não-capitalistas. A idéia de pós-modernidade deriva de uma concepção da modernidade que, no que tem de pior, torna o capitalismo historicamente invisível, ou, para dizer o mínimo, torna-o *natural*.

Também é importante assinalar que até a *crítica* da modernidade pode surtir o mesmo efeito de tornar o capitalismo natural. Esse efeito já era visível muito antes dos modismos pós-modernistas atuais — por exemplo, nas teorias sociológicas de Weber, especificamente em sua teoria da racionalização. O processo de racionalização — o progresso da razão e da liberdade associado ao Iluminismo — havia, segundo Weber, libertado a humanidade das restrições tradicionais. Ao mesmo tempo, entretanto, a racionalização havia produzido e disfarçado uma nova opressão, a “jaula de ferro” das formas organizacionais modernas. Há muito de recomendável, é claro, no reconhecimento dos dois lados da modernidade: não apenas dos avanços que ela supostamente representa, mas também das possibilidades destrutivas inerentes a suas capacidades produtivas, suas tecnologias e suas formas organizacionais — e até a seus valores universalistas. Mas, em uma argumentação como a de Weber, acontece mais alguma coisa. O capitalismo, como a dominação burocrática, torna-se apenas uma extensão natural do progresso da razão e da liberdade a longo prazo. Vale também assinalar que, em Weber,

encontramos algo estreitamente aparentado com a ambivalência pós-modernista em relação ao capitalismo, na qual o lamento nunca está muito longe da celebração.

Portanto, a *pós-modernidade* acompanha uma *modernidade* em que *burguês* é idêntico a *capitalista* e em que o *racionalismo* iluminista é indistinguível da *racionalidade* econômica do capitalismo. Essas equações acarretam, inevitavelmente, alguns pressupostos conhecidos sobre a origem do capitalismo, especialmente o de que o capitalismo já se acha presente na racionalidade burguesa, simplesmente à espera do momento de se libertar. A idéia de pós-modernidade certamente concentra nossa atenção nas transformações históricas havidas *dentro* do capitalismo, mas o faz disfarçando as transformações *entre* as sociedades capitalistas e não-capitalistas. Mais uma vez, a especificidade do capitalismo perde-se nas continuidades da história e o sistema capitalista é tido como natural, no progresso inevitável da burguesia em eterna ascensão.

Conclusão

Este livro disse respeito à origem do capitalismo. Que nos diz essa origem sobre a natureza do sistema capitalista em si?

Primeiro, ela nos lembra que o capitalismo não é uma consequência natural e inevitável da natureza humana, ou sequer da antiqüíssima tendência social a “comerciar, permutar e trocar”. Ele é um produto tardio e localizado de condições históricas muito específicas. O impulso expansionista do capitalismo, que hoje atingiu o ponto de uma universalidade virtual, não é consequência de sua conformidade à natureza humana ou de alguma lei transistórica, mas produto de suas próprias leis internas de movimento, historicamente específicas. E essas leis de movimento precisaram de vastas transformações e sublevações sociais para ser acionadas. Precisaram de uma transformação do metabolismo humano com a natureza, no suprimento das necessidades básicas da vida.

Segundo, o capitalismo foi, desde o início, uma força profundamente contraditória. Basta considerarmos os efeitos mais patentes do capitalismo agrário inglês: as condições de prosperidade material existiram na Inglaterra do início da era moderna como em nenhum outro lugar, mas foram conseguidas à custa de uma vasta desapropriação e de uma exploração intensa. Essas novas condições também lançaram as bases e as sementes de formas novas e mais eficazes de expansão e imperialismo coloniais, na busca de novos mercados, forças de trabalho e recursos.

Há também os corolários do “melhoramento”: a produtividade e a capacidade de alimentar uma vasta população, contrastadas com a subordinação de todas as outras considerações aos imperativos do lucro. Isso significa, entre outras coisas, que, muitas vezes, pessoas

que poderiam ser alimentadas passam fome. Em geral, há uma grande disparidade entre as capacidades produtivas do capitalismo e a qualidade de vida que ele proporciona. A ética do “melhoramento”, em seu sentido original, no qual a produção é inseparável do lucro, é também a ética da exploração, da pobreza e da falta de teto.

O uso irresponsável da terra e a destruição ambiental são igualmente conseqüências da ética da produtividade em nome do lucro. O capitalismo nasceu bem no cerne da vida humana, na interação com a natureza da qual depende a própria vida, e a transformação dessa interação pelo capitalismo agrário revelou os impulsos intrinsecamente destrutivos de um sistema em que os próprios fundamentos elementares da vida ficam sujeitos aos requisitos do lucro. Em outras palavras, a origem do capitalismo revelou o segredo essencial do capitalismo.

A expansão dos imperativos capitalistas pelo mundo afora reproduziu, sistematicamente, os efeitos que teve no começo, em seu próprio país de origem: desapropriação, extinção dos direitos consuetudinários de propriedade, imposição de imperativos de mercado e destruição ambiental. Esses processos ampliaram seu alcance, saindo das relações entre as classes exploradoras e exploradas para as relações entre países imperialistas e subordinados. Mais recentemente, por exemplo, num novo tipo de imperialismo, a disseminação dos imperativos de mercado (com a ajuda de órgãos capitalistas internacionais como o Banco Mundial e o FMI), obrigou os fazendeiros do Terceiro Mundo a substituírem a auto-suficiência agrícola pela especialização em culturas voltadas para o mercado mundial.

Mas, se os efeitos destrutivos do capitalismo têm-se reproduzido constantemente, seus efeitos positivos não têm sido nem de longe igualmente sistemáticos desde o momento em que o sistema se originou. Uma vez estabelecido o capitalismo num dado país, a partir do momento em que ele começou a impor seus imperativos ao resto da Europa e, por fim, ao mundo inteiro, seu desenvolvimento em outros lugares nunca pôde seguir o mesmo curso que ele tivera em seu lugar de origem. A partir de então, a existência de uma sociedade capitalista transformou todas as demais, e a expansão posterior dos

imperativos capitalistas alterou constantemente as condições do desenvolvimento econômico.

Há também uma lição mais geral a extrair da experiência do capitalismo agrário inglês. Depois que os imperativos de mercado estabeleceram os termos da reprodução social, todos os agentes econômicos — apropriadores e produtores, mesmo quando estes permanecem de posse dos meios de produção ou detêm sua propriedade direta — ficaram sujeitos às exigências da competição, da produtividade crescente, da acumulação de capital e da exploração intensa da mão-de-obra.

Quanto a isso, aliás, nem mesmo a inexistência de uma separação entre apropriadores e produtores constitui uma garantia de imunidade. Depois que o mercado se estabelece como uma “disciplina” ou um “regulador” econômico, depois que os agentes econômicos passam a depender do mercado para obter as condições de sua própria reprodução, até os trabalhadores que são donos dos meios de produção, individual ou coletivamente, ficam obrigados a responder aos imperativos do mercado — a competir e a acumular, a deixar que as empresas não-competitivas e seus trabalhadores vão à falência, e a se tornarem exploradores, eles mesmos. A história do capitalismo agrário e de tudo que decorreu dele deve deixar claro que, sempre que os imperativos de mercado regulam a economia e regem a reprodução social, não há como escapar à exploração. Não existe, em outras palavras, nada que se possa chamar de mercado realmente social ou democrático, e muito menos um “socialismo de mercado”.

Lembro-me vividamente — embora os dias históricos do colapso comunista pareçam agora muito distantes — de como os democratas idealistas da antiga União Soviética e do Leste Europeu reagiam às advertências sobre o mercado que vinham da esquerda ocidental (numa época em que ainda parecia haver uma esquerda antimercado no Ocidente, e em que ainda havia alguma chance de diálogo entre essa esquerda e as forças mais progressistas dos antigos países comunistas). Quando as pessoas alertavam para o fato de que o mercado não significava apenas supermercados repletos de vastas quantidades e variedades de bens de consumo, mas também o de-

semprego em massa e a pobreza, a resposta era: "Sim, é claro, mas não é isso que queremos dizer com mercado." A idéia era que seria possível separar e escolher o que se quisesse do mercado auto-regulador. O mercado poderia agir como um regulador da economia, o bastante para garantir uma certa racionalidade, uma certa correspondência entre o que as pessoas queriam e o que era produzido. O mercado poderia agir como um sinal, uma fonte de informações, uma forma de comunicação entre consumidores e produtores, e poderia garantir que as empresas inúteis ou ineficientes se aprimorassem ou fossem à falência. Mas seria possível prescindir de seu lado mais desagradável.

Tudo isso, sem dúvida, parece hoje tão ingênuo a muitos russos e europeus orientais quanto parecia, na época, a alguns marxistas ocidentais, mas a ironia é que muita gente, na esquerda ocidental de hoje, inclina-se a pensar que o mercado, como regulador econômico, é passível de escolha entre sua disciplina benéfica e suas consequências mais destrutivas. É difícil explicar de outra maneira a idéia do "socialismo de mercado", essa contradição de termos, ou até a concepção menos utópica do "mercado social", no qual as devastações do mercado poderiam ser controladas pela regulação do Estado e pela melhoria dos direitos sociais.

Isso não quer dizer que um mercado social não seja melhor do que o capitalismo irrestrito de livre mercado. Tampouco significa que algumas instituições e práticas associadas ao mercado não possam ser adaptadas a uma economia socialista. Mas não podemos recusar-nos a enfrentar as implicações da condição irredutível sem a qual o mercado não pode funcionar como disciplina econômica: a dependência dos produtores diretos em relação ao mercado e, especificamente, sua forma mais extremada, a transformação da força de trabalho em mercadoria — condição que impõe os mais rigorosos limites à "socialização" do mercado e a sua possibilidade de assumir feições humanas.¹

Atualmente, está mais claro do que nunca que os imperativos do mercado não permitirão que o capital prospere sem deprimir as condições de imensas multidões de pessoas e degradar o meio ambiente no mundo inteiro. Chegamos agora a um ponto em que os efei-

tos destrutivos do capitalismo estão suplantando seus ganhos materiais. Nenhum país do atual Terceiro Mundo, por exemplo, pode ter esperança de conquistar sequer o desenvolvimento contraditório por que passou a Inglaterra. Com as pressões da competição, da acumulação e da exploração impostas pelas economias capitalistas mais desenvolvidas, e com as crises inevitáveis de capacidade excedente geradas pela competição capitalista, a tentativa de alcançar a prosperidade material de acordo com os princípios capitalistas tende cada vez mais a trazer em seu bojo apenas o lado negativo da contradição capitalista, sua desapropriação e destruição, sem seus benefícios materiais — para a vasta maioria, com certeza.

À medida que o capitalismo se espalha por regiões mais vastas e penetra mais fundo em todos os aspectos da vida social e do meio ambiente natural, suas contradições vão escapando mais e mais a nossos esforços de controlá-las. A esperança de atingir um capitalismo humano, verdadeiramente democrático e ecologicamente sustentável vai-se tornando transparentemente irrealista. Mas, conquanto essa alternativa não esteja disponível, resta ainda a alternativa verdadeira do socialismo.

Notas

Introdução

1. Em meu livro *The Pristine Culture of Capitalism: A Historical Essay on Old Regimes and Modern States* (Londres, Verso, 1991), dei a esse modelo da história o nome de “paradigma burguês”.

Capítulo 1. O modelo mercantil e seu legado

1. O trabalho mais famoso de Henri Pirenne foi *Mohammed and Charlemagne* (Londres, Allen & Unwin, 1956), mas um resumo geral de sua tese completa pode ser encontrado numa série de palestras suas, intitulada *Medieval Cities: The Origins and the Revival of Trade* (Princeton, Princeton University Press, 1969).

2. Discuti com certa minúcia o modo como Weber adere ao modelo mercantil em *Democracy Against Capitalism: Renewing Historical Materialism* (Cambridge, Cambridge University Press, 1995), cap.5.

3. Robert Brenner frisa isso em “Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe”, in T.H. Aston e C.H.E. Philpin (orgs.), *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe* (Cambridge, Cambridge University Press, 1985), p.10.

4. Perry Anderson, “Maurice Thomson’s War”, *London Review of Books*, 4 de novembro de 1993, p.17.

5. Entre os historiadores “revisionistas” mais destacados da Inglaterra estão Conrad Russell e John Morrill.

6. Michael Mann, *The Sources of Social Power*, vol.I (Cambridge, Cambridge University Press, 1986), p.373.

7. *Ibid.*, p.374.

8. Karl Polanyi, *The Great Transformation* (Boston, Beacon Press, 1957), e George Dalton (org.), *Primitive, Archaic, and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi* (Boston, Beacon Press, 1971). Todas as citações que se seguem foram extraídas do primeiro.

9. Polanyi, p.76.

10. *Ibid.*, p.42.

11. *Ibid.*, p.41.

12. *Ibid.*, p.40.

13. *Ibid.*, p.33.

14. Ibid., p.37.
15. Idem.
16. Daniel R. Fusfield, "The Market in History", *Monthly Review*, 45 (maio de 1993), p.6.

Capítulo 2. Debates marxistas

1. Sobre as duas teorias da história em Marx, ver George Comminel, *Rethinking the French Revolution: Marxism and the Revisionist Challenge* (Londres, Verso, 1987). Ver também Robert Brenner, "Bourgeois Revolution and Transition to Capitalism", in A.L. Beier et al. (orgs.), *The First Modern Society* (Cambridge, Cambridge University Press, 1989).
2. R.H. Hilton (org.), *The Transition from Feudalism to Capitalism* (Londres, Verso, 1976).
3. Maurice Dobb in *ibid.*, p.59.
4. Hilton in *ibid.*, p.27.
5. Paul Sweezy in *ibid.*, p.49.
6. *Ibid.*, p.54.
7. *Ibid.*, p.106-7.
8. Idem.
9. Brenner, "The Origins of Capitalist Development: A Critique of Neo-Smithian Marxism", *New Left Review*, 104 (julho-agosto de 1977), p.25-92.
10. Ver, por exemplo, Hilton em *Transition*, p.157-9.
11. Perry Anderson, *Lineages of the Absolutist State* (Londres, Verso, 1974), p.19.
12. Idem.
13. *ibid.*, p.23.
14. *Ibid.*, p.18.
15. Anderson, "Maurice Thomson's War", *London Review of Books*, 4 de novembro de 1993, p.17.
16. Ver, por exemplo, Karl Marx, *O capital*, vol.1 (Moscou, s/d), p.699-701.
17. Brenner, "The Origins of Capitalist Development", p.76-7.

Capítulo 3. Alternativas marxistas

1. O artigo original de Brenner foi publicado pela primeira vez em *Past and Present*, 70 (fevereiro de 1976). As respostas de M.M. Postan e John Hatcher, Patricia Croot e David Parker, Heide Wunder, Emmanuel Le Roy Ladurie, Guy Bois, R.H. Hilton, J.P. Cooper e Arnost Klima apareceram nas edições seguintes, com uma resposta abrangente de Brenner no final. O debate completo foi reeditado em T.H. Aston e C.H.E. Philpin (orgs.), *The Brenner Debate: Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe* (Cambridge, Cambridge Uni-

- versity Press, 1985). Os outros trabalhos mais importantes de Brenner são "The Origins of Capitalist Development: A Critique of Neo-Smithian Marxism", *New Left Review*, 104 (julho-agosto de 1977), p.25-92; "The Social Basis of Economic Development", in John Roemer (org.), *Analytical Marxism* (Cambridge, Cambridge University Press, 1985); "Bourgeois Revolution and Transition to Capitalism", in A.L. Beier et al. (orgs.), *The First Modern Society* (Cambridge, Cambridge University Press, 1989); e *Merchants and Revolution: Commercial Change, Political Conflict, and London's Overseas Traders, 1550-1653* (Princeton, Princeton University Press, 1993).
2. Ver, por exemplo, Robert Albritton, "Did Agrarian Capitalism Exist?", *Journal of Peasant Studies*, 20 (abril de 1993, p.419-41).
3. Por exemplo, a resenha de Brian Manning sobre Brenner, *Merchants and Revolution: "The English Revolution and the transition from feudalism to capitalism"*, *International Socialism*, 63 (verão de 1994), p.84.
4. *Ibid.*, p.82.
5. Perry Anderson, "Maurice Thomson's War", *London Review of Books*, 4 de novembro de 1993, p.17.
6. Brenner, "Bourgeois Revolution and Transition to Capitalism". Para uma exposição anterior de uma tese semelhante, ver George Comminel, *Rethinking the French Revolution: Marxism and the Revisionist Challenge* (Londres, Verso, 1987).
7. Brenner, "Bourgeois Revolution", p.280.
8. Discuti mais detidamente esse ponto em *The Pristine Culture of Capitalism* (Londres, Verso, 1991).
9. Ver, por exemplo, G.A. Cohen, *Karl Marx's Theory of History: A Defence* (Princeton, Princeton University Press, 1978), p.75; e Perry Anderson, *Arguments Within English Marxism* (Londres, Verso, 1980), p.40.
10. E.P. Thompson, *The Making of the English Working Class* (Harmondsworth, Penguin, 1963), p. 288-9. Ver também p.222-3.
11. Thompson, *Customs in Common* (Londres, Merlin, 1991), p.38-42.

Capítulo 4. A origem agrária do capitalismo

1. Resumi essa tese sobre a trajetória que foi da Antiguidade greco-romana para o feudalismo ocidental e, depois dele, para o capitalismo, no primeiro capítulo de meu livro *Democracy Against Capitalism: Renewing Historical Materialism* (Cambridge, Cambridge University Press, 1995), especialmente nas p.31-9. Também delineei a singularidade das antigas formas de propriedade romanas e suas implicações para os fenômenos posteriores na Europa Ocidental, p.250-2. Há algumas especulações muito provisórias sobre a origem grega das formas de propriedade ocidentais em meu livro *Peasant-Citizen and Slave: The Foundations of Athenian Democracy* (Londres, Verso, 1988), especialmente p.91-2. Quanto à especificidade das relações de propriedade na Antiguidade grega e romana, ver também *Democracy Against Capitalism*, p.187-90.

2. Desenvolvi partes dessa argumentação sobre os diferentes resultados do feudalismo europeu, especialmente com respeito ao capitalismo inglês e ao absolutismo francês, em *The Pristine Culture of Capitalism* (Londres, Verso, 1991).
3. Eric Kerridge, *Trade and Banking in Early Modern England* (Manchester, Manchester University Press, 1988), p.6.
4. Essa discussão das particularidades das relações de propriedade inglesas tem, é claro, uma profunda dívida para com Robert Brenner, especialmente em seus dois artigos in T.H. Aston e C.H.E. Philpin (orgs.), *The Brenner Debate* (Cambridge, Cambridge University Press, 1985).
5. John Merrington, "Town and Country in the Transition to Capitalism", in R.H. Hilton (org.), *The Transition from Feudalism to Capitalism* (Londres, Verso, 1976), p.179.
6. Sobre a regulação da produção pela comunidade campesina na França, ver a conclusão de George Comninel, *Rethinking the French Revolution: Marxism and the Revisionist Challenge* (Londres, Verso, 1987).
7. A respeito desses primeiros críticos sociais, ver Neal Wood, *The Foundations of Political Economy: Some Early Tudor Views on State and Society* (Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1994).
8. Ver E.P. Thompson, "Custom, Law and Common Right", in *Customs in Common* (Londres, Merlin, 1991).
9. A discussão que se segue a respeito de Locke baseou-se no capítulo sobre Locke in Ellen Meiksins Wood e Neal Wood, *A Trumpet of Sedition: Political Theory and the Rise of Capitalism, 1509-1688* (Londres e Nova York, New York University Press, 1997). Para uma discussão detalhada sobre Locke e a literatura referente ao "melhoramento" no século XVII, ver Neal Wood, *John Locke and Agrarian Capitalism* (Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1984).
10. Agradeço essa observação sobre Petty a uma dissertação doutoral da autoria de Cathy Livingstone, da Universidade York, em Toronto, Canadá.
11. Quanto à Revolução Francesa e ao Estado como grande fonte material, ver Comninel, *Rethinking the French Revolution*, especialmente o capítulo final.
12. Ver Wood e Wood, *Trumpet of Sedition*, especialmente o capítulo 4, a propósito desse legado radical.

Capítulo 5. Do capitalismo agrário ao capitalismo industrial

1. Ver E.J. Hobsbawm, *The Age of Empire* (Londres, Weidenfeld and Nicholson, 1987), p.343.
2. Sobre a falta de "melhoramento" na agricultura francesa do século XVII e grande parte do XVIII, ver Hugues Neveux, Jean Jacquart e Emmanuel Le Roy Ladurie, *L'Âge classique des paysans, 1340-1789* (Paris, Editions du Seuil, 1975), especialmente p.214-5. Vale acrescentar que os grandes proprietários franceses não viam seus arrendatários como empresários ou melhoradores. Ver Robert Forster,

"Obstacles to Agricultural Growth in Eighteenth-Century France", *American Historical Review*, 75 (1970), p.1610.

3. O caso mais comumente citado como rival da Inglaterra na corrida para o capitalismo, pelo menos em suas fases iniciais (embora figure como uma "transição falha" no desenvolvimento do capitalismo industrial) — a República da Holanda do início da era moderna —, representa aqui um contraste interessante. Sendo uma importante potência mercantil, com uma agricultura comercial bem desenvolvida e uma rica sociedade urbana, seus camponeses prósperos, em contraste com os de outros lugares, de fato constituíram um mercado para alguns artigos de luxo, mas a república nunca produziu o tipo de mercado de massa de artigos baratos para uso cotidiano que se desenvolveu na Inglaterra. Seria interessante especular a respeito do que isso nos diz sobre as relações de propriedade na Holanda. Seja como for, houve quem argumentasse que as próprias características que o modelo mercantil trata como os motores do desenvolvimento econômico — as cidades florescentes e o comércio internacional — revelaram-se, no caso holandês, fatores preponderantes a bloquear o desenvolvimento adicional. Ver, por exemplo, Jan de Vries, *The Dutch Rural Economy in the Golden Age, 1500-1700* (New Haven, Yale University Press, 1974). Segundo essa tese, as cidades poderosas da república acabaram estrangulando a produtividade holandesa, ao lhe imporem um parasitismo de tipo rentista, que funcionou como um dreno em sua agricultura florescente. Ao mesmo tempo, a dependência do sistema tradicional de comércio internacional sujeitou a Holanda, no século XVII, a uma crise econômica européia à qual somente a Inglaterra ficou imune — até por causa do mercado interno inglês e de seu "capitalismo de um país".
4. Eric Kerridge, *Trade and Banking in Early Modern England* (Manchester, Manchester University Press, 1988), p.4-6.
5. *Ibid.*, p.6.
6. Os clássicos marxistas nessa matéria são os livros de Eric Williams, *Capitalism and Slavery* (Nova York, Russell and Russell, 1961), e de C.L.R. James, *The Black Jacobins* (Nova York, Vintage, 1989). A mais recente e fundamental contribuição para esse debate é o livro de Robin Blackburn, *The Making of New World Slavery* (Londres, Verso, 1997).
7. Blackburn defende essa tese.
8. Discuti o desenvolvimento de outras formas de capitalismo européias, em resposta às pressões competitivas provenientes da Inglaterra, em *The Pristine Culture of Capitalism* (Londres, Verso, 1991), especialmente p.103-6.
9. Ver Eric Hobsbawm, *Industry and Empire* (Nova York, Pantheon, 1968).

Capítulo 6. Modernidade e pós-modernidade

1. Discuti essas expressões culturais e intelectuais do absolutismo francês em *The Pristine Culture of Capitalism* (Londres, Verso, 1991).

2. Marshall Berman, *All That Is Solid Melts into Air: The Experience of Modernity* (Nova York, Simon and Schuster, 1982), p. 18.
3. Ver Wood, *Pristine Culture*, para maiores detalhes sobre esse contraste entre a cultura do capitalismo inglês e a do absolutismo francês.
4. Roger Burbach, "For a Zapatista Style Postmodernist Perspective", *Monthly Review*, 47 (março de 1996), p.37.
5. Ver, por exemplo, David Harvey, *The Condition of Postmodernity* (Oxford e Cambridge, Mass., Blackwell, 1989), e Fredric Jameson, *Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism* (Londres, Verso, 1991).

Conclusão

1. Para uma crítica do mercado e de sua dependência da transformação da força de trabalho em mercadoria, ver David McNally, *Against the Market* (Londres, Verso, 1993), especialmente o capítulo 6.

Agradecimentos

Algumas partes deste livro já foram publicadas antes em diversos locais: "From Opportunity to Imperative: The History of the Market", *Monthly Review* 46 (jul-ago 1994); "Capitalism, Merchants and Bourgeois Revolution: Reflections on the Brenner Debate and its Sequel", *International Review of Social History* 41 (1996); "Modernity, Postmodernity, or Capitalism?", *Monthly Review* 48 (jul-ago 1996), publicado em versões substancialmente revistas e ampliadas em *Review of International Political Economy* 41 (outono de 1997) e em Robert McChesney, John Bellamy Foster e Ellen Meiksins Wood (orgs.), *Capitalism and the Information Age* (Nova York, Monthly Review Press, 1997); "The Non-History of Capitalism", *Historical Materialism* 1 (1997); Ellen Meiksins Wood e Neal Wood, *A Trumpet of Sedition - Political Theory and the Rise of Capitalism, 1509-1688* (Nova York, New York UP, 1997); e "The Agrarian Origins of Capitalism", *Monthly Review* 50 (julho-agosto de 1998).

Quero agradecer a Neal Wood por seus comentários e seu incentivo e, em especial, a Chris Phelps, diretor editorial da Monthly Review Press, que não apenas me convenceu a produzir este livro, mas foi muito além dos aprimoramentos editoriais de rotina, com suas críticas e sugestões extremamente úteis e perspicazes.

Por fim, meu agradecimento à maravilhosa equipe da Monthly Review Press por tudo o que seus membros fizeram e continuam fazendo para promover este livro.

Índice remissivo

- absolutismo, 52-3, 87, 114-5, 116-7; e feudalismo, 44-8
- agricultura: mercantil inglesa, 47-8, 49-50; produtividade da, 54, 58-9, 88-90, 104, 105; *ver também* capitalismo agrário
- América colonial, 86-7, 97
- Anderson, Perry, 44-9, 62, 63, 68; sobre o absolutismo, 44-8, 52-3
- apropriação extra-econômica, 76-7, 94-5, 114-5, 118-9; *ver também* extorsão do excedente
- aristocracia, 82-3, 96, 98, 100-1; senhores feudais, 24-5, 44-5, 46-7; classe dominante, 82, 94-5
- arrendamentos pagos em dinheiro, 53
- arrendatários ingleses, 52-3, 54, 60-1, 82-3, 84-6, 103
- bens suntuários *ver* comércio de artigos de luxo
- Berman, Marshall, 117-8
- Bois, Guy, 55, 56
- Braudel, Fernand, 26
- Brenner, Robert, 40, 50, 66, 85; e a revolução burguesa, 61-4; sobre o capitalismo inglês, 47-9
- burguesia, 23-4, 44, 45-6; interesses da burguesia francesa, 114-7, 118-9
- campesinato *ver* camponeses
- camponeses, 86, 90, 98-9; desapropriação dos, 58-9, 60; extorsão do excedente dos, 56, 77, 81-2
- Capital, O* (Marx), 36
- capitalismo agrário inglês, 53, 57, 58, 77-8, 126; e luta de classes, 97-100; e desenvolvimento industrial, 101-2, 108-11; a Irlanda como laboratório para o, 108-9; e o melhoramento da terra, 88-91; origens do, 81-6; e trabalho assalariado, 101-4
- capitalismo mercantil, 49, 107-8; *ver também* comércio internacional
- capitalismo: e absolutismo, 44-8; e luta de classes, 99-100; mercantil, 49, 107-8; crises do, 7-8; efeitos destrutivos do, 128-9; surgimento do, 9-10, 47-8; transições falhas para o, 35, 43; processo histórico do, 7-8, 61; industrial, 58, 108-11; leis de movimento do, 8, 24-5, 125; atribuição de caráter natural ao, 13-4, 77, 122; objetivos do, 8, 9; racionalização, 113-4; crescimento urbano, 22-3, 76-7; *ver também* capitalismo agrário; mercado
- idades, 22-3, 75-7; *ver também* urbanização
- idades, expansão das, 41, 45; *ver também* cidades; urbanização
- classe dominante, 53, 82, 94-5; *ver também* aristocracia; senhores feudais; grandes proprietários
- classe trabalhadora, 65-6, 67
- colapso econômico russo, 7
- comércio de artigos de luxo, 79-80, 81
- comércio internacional, 64, 79-81, 107-8, 135n.3

- comércio, 30-1, 37-8, 39; internacional, 64, 79-81, 107-8, 135n.3
- competição, 30-1, 64, 79-81
- crescimento populacional, 27, 104-6
- debate sobre a transição, 37-44; e modelo mercantil, 39-41, 42-3; e produção mercantil, 37-9, 42-4
- debate sobre Brenner, 50, 62; sobre a produtividade agrícola, 58-9; sobre as relações de classe, 59-61; sobre as relações de propriedade inglesas, 50-1, 52-5
- debates marxistas *ver* absolutismo; debate sobre Brenner; Thompson, E.P.; debate sobre a transição
- desenvolvimento econômico, 126-7; e crescimento populacional, 27, 104-5
- desenvolvimento tecnológico, 10, 32-3, 66; *ver também* industrialização
- destruição ambiental, 126
- Dobb, Maurice, 37-8, 40, 41-3, 51, 53
- economia global, 7, 126-7
- economia mercantil, 44-5, 46
- emancipação, 118-9, 120-2
- erudição histórica, 70-1
- escravidão, 97, 109
- Espanha, 109
- "Estrutura agrária de classes e desenvolvimento econômico na Europa pré-industrial" (Brenner), 50-1
- Estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo* (Dobb), 37
- ética do melhoramento, 93, 97, 126; na agricultura, 54, 88-91, 119-20
- eurocentrismo, 70
- Europa Oriental, 127
- Europa: escravidão colonial e, 109; Oriental, 127; modelos de desenvolvimento econômico da, 26-9; raízes do capitalismo na, 8-9, 75-6; fragmentação do Estado na, 81-2; *ver também* países específicos
- exploração, formas de, 80-1, 85-8
- extorsão do excedente, 55; e trabalho, 25, 77-8, 81, 83-5, 98
- fazendeiros ingleses, 59-61; arrendatários, 54, 82-3, 84, 102-3; pequenos produtores mercantis, 43-4, 53-4, 59, 100; *ver também* triade agrária; agricultura
- fazendeiros/produtores mercantis ingleses, 43-4, 53-4, 59, 100
- feudalismo, 33-4, 36, 51, 52; e absolutismo, 44-8, 87; luta de classes no, 38-9, 40-1, 42; e modelo mercantil, 22-3, 24-5; dissolução do, 37-8, 39-40, 51-2; origens do capitalismo no, 37, 75-6
- Formação da classe trabalhadora inglesa, A* (Thompson), 65, 68
- França: produtividade agrícola da, 58-9, 104-5; luta de classes na, 97-9; comércio na, 79-80; modernidade e capitalismo na, 114-7; relações de propriedade na, 81, 84-5, 87, 105; e riqueza proveniente da escravidão, 109
- Frank, Andre Gunder, 40
- Grande transformação, A* (Polanyi), 29, 35
- grandes proprietários, 53, 92, 96; e relações de propriedade, 53, 55, 77-8; e produtividade dos arrendatários, 66, 83-4
- Grundrisse* [Elementos de crítica à economia política] (Marx), 36
- Guerra Civil (Inglaterra), 91-2
- habitantes dos burgos, 23; *ver também* burguesia
- Harvey, David, 117
- Hilton, R.H., 37-8, 56
- história, 8, 10, 61
- "História econômica geral" (Polanyi), 34

- homem econômico, 30
- Ideologia alemã, A* (Marx e Engels), 36
- Iluminismo, 21-2, 119-20, 121-2
- imperativos de mercado, 11-3, 24-5, 34-5, 111; globalização dos, 126-7, 128-9; e relações sociais, 53, 60, 79; sociedade de mercado, 29-33, 64-9; e industrialização, 67-8, 111-2; e proletarização, 65-6; *ver também* competição; produtividade; lucro
- imperialismo, 70, 126-7; colonial inglês, 107-8, 109-10
- índios americanos, 92-3, 94, 97
- industrialização: e capitalismo agrário, 58, 108-11; imperialismo britânico e, 107-9; sociedade de mercado e, 66, 67-8, 111-2
- Inglaterra: produtividade agrícola da, 53-4, 58-9, 88-9, 104-5; revolução burguesa na, 61-4; centralização na, 82-3; luta de classes na, 98-100; e comparação com a República da Holanda, 135n.3; surgimento do capitalismo na, 47-9; capitalismo industrial na, 118-9; uso da terra na, 90-2; transformação do mercado na, 68-9; relações de propriedade na, 51, 52-5, 63-4; *ver também* capitalismo agrário inglês
- invasão muçulmana, 22
- Irlanda como colônia inglesa, 108-9
- Júlia, ou A nova Heloísa* (Rousseau), 117
- latifundiários *ver* grandes proprietários
- Le Roy Ladurie, Emmanuel, 55-6
- leis de movimento, 8, 25, 125; *ver também* imperativos de mercado
- Leste Europeu, *ver* Europa Oriental
- liberdade, forças de mercado e, 12
- Lineages of the Absolutist State* (Anderson), 44
- Locke, John, 89, 92-7
- Londres, 82, 105, 106, 107
- longue durée*, 28
- luta de classes, 52, 56, 59-61, 97-100, 112; e feudalismo, 37-9, 40, 41
- malthusianismo, 27, 50-1, 52-3
- Manifesto comunista, O* (Marx e Engels), 36
- Mann, Michael, 28, 52
- mão-de-obra *ver* trabalho
- Marx, Karl, 12, 36-7, 47-9, 62, 67; teoria da "via realmente revolucionária" de, 39, 43
- marxistas, 12, 35, 69-70
- mercado de bens de consumo, 106-7, 109-10, 111
- mercado de massa, 107, 109-10, 135n.3
- mercado interno inglês, 106-7, 111
- mercado nacional inglês, 30-1, 64, 81-2, 87-8, 106
- mercado social, 128
- Mercado: dependência do, 78-9, 102-3; interno, 106-7, 111; como regulador econômico, 127-8; de massa, 106-7, 109-10, 135n.3; nacional, 30-1, 64, 82, 87-8, 106; como oportunidade, 11-2, 60; regulação do, 31-2, 33-4, 69
- mercadores/comerciantes, 23-4, 61-2, 101-2
- Merchants and Revolution* (Brenner), 47, 61
- Merrington, John, 84
- modelo demográfico, 26-7, 50-1
- modelo mercantil, 13, 21-9, 36, 70, 135n.3; progresso burguês no, 22-4, 63; e feudalismo, 23, 24-5; aprimoramentos do, 26-9; e debates sobre a transição, 39-41, 42-3
- Modernidade: dualidade da, 117-8, 122-3; e emancipação, 118-9, 120-1; e Iluminismo, 113-8, 120, 121

- More, Thomas, 91
 motivação do lucro, 8-9, 29-30; e melhoramento da terra, 88-9, 94
 movimento de cercamento, 91-2, 97, 99
 oferta e procura, leis da, 27-8
 organização social e capitalismo, 29
 padrão demográfico inglês, 104-6
 pequenos produtores mercantis, 10-1, 54, 59, 84-5
 Petty, William, 95, 108
 Pirenne, Henri, 22
 poder estatal, 44-5, 64, 82-3
 poder político-econômico, 46-7
 Polanyi, Karl, 29-35, 80; conceito de sociedade de mercado de, 29-34
 Portugal, 109
 pós-modernidade, 120-3
 posse da terra na Inglaterra, 83, 96
 privilégio, 116-7
 produção mercantil, 32-3, 39-40, 41-2; modalidade da pequena, 37-9, 42-3, 44, 50-2
 produção, escala da, 33; *ver também* produção mercantil
 produtividade, 54; e capitalismo agrário, 83-4, 85, 86, 104; do trabalho, 8-9, 22, 40-1, 57, 66-7, 95; e melhoramento da terra, 54, 88-9
 produtores, 77-8, 94-5, 96; pequenos produtores mercantis, 11, 53-4, 59
 progresso, 22, 33-4
 proletarização, 58, 61, 65-6, 102-3, 111-2
 propriedade exclusiva, 90, 96
 propriedade privada, 29
 propriedade: antigas formas de, 133n.1; e luta de classes na Inglaterra, 99, 100; teoria de Locke sobre a, 92-7; privada, 29
 racionalização, 25-6, 122; e modernidade, 113-5, 117, 119-20
 reciprocidade/redistribuição, 30
 regulação estatal, 30-1, 33-4, 69
 regulador econômico, mercado como, 127-8
 relações de propriedade, 77-8; transformações das, inglesas, 52-5, 84, 85, 89-91, 104-5; *ver também* relações sociais de propriedade
 relações sociais de propriedade, 51, 102, 114-5; e capitalismo, 47-9; e o mercado, 11-3, 29-30, 77-8; transformação das, 34-5, 105-6, 111-2; *ver também* relações de propriedade
 renda econômica, 53, 84-6
 renda monetária [da terra], 53, 84-6
 reprodução social, 53, 66, 78-9
 República da Holanda, 135n.3
 revolução burguesa, 37, 61-4, 100, 116-7
 Revolução Francesa (1789), 63-4, 69, 99, 100, 114-6
 Revolução Gloriosa (1688), 92
 Revolução Industrial, 32-3, 34, 66, 110-1
 Rousseau, Jean-Jacques, 117-8
 Royal Society (Inglaterra), 89, 96
Segundo tratado sobre o governo (Locke), 92
 Sêneca, 118
 senhores feudais, 24-5, 44-5, 46-7
 servidão, 44-5
 Shaftesbury, primeiro conde de, 89, 95, 96
 sistemas bancários, 107
 sistemas comerciais/mercantis, 105-6; *ver também* mercado
 Smith, Adam, 30
 sociedade mercantil do Mediterrâneo, 22
 sociologia histórica, 28-9
 St. Preux (*A nova Heloisa*), 117
 Sweezy, Paul, 37, 39-44, 51
 terras comunais, 90, 91, 96, 97

- Thompson, E.P., 64-9; sobre a industrialização, 66, 67-8
 trabalho: transformação do, em mercadoria, 33, 128-9; livre, 68; e industrialização, 67-8; capacidade de, 40, 56, 77-8, 111-2; produtividade do, 9, 22, 40-1, 57, 66-7; proletarização do, 58, 61, 65-6, 102-3, 111-2; e propriedade, 92-5; excedente, 25, 56, 77-8, 81, 83-5, 98; *ver também* trabalho assalariado
 trabalho assalariado, 8, 54, 56, 58, 94; e capitalismo agrário, 86, 94, 101-4
 tríade agrária inglesa, 59, 86, 100, 102-3; *ver também* grandes proprietários; fazendeiros; trabalho assalariado
 tributação francesa, 98-9, 116
 troca, 9-11, 12-3; *ver também* mercado
 troca de mercadorias, 12-3
 União Soviética, antiga, 127
 universalidade, 116-7, 121-2
 urbanização, 23, 76-7; na Inglaterra e na França, comparadas, 104-5, 106; e feudalismo, 41, 44-5
 uso da terra, 12; e movimento de cercamento, 91-2; e ética do melhoramento, 88-91; *ver também* relações de propriedade
 “via realmente revolucionária”, 39-40, 43
 Wallerstein, Immanuel, 40
 Weber, Max, 26-7, 113-4, 122